

Silvana Marchesani

A argumentação em editoriais e artigos de opinião: um estudo comparativo.

(Dissertação de Mestrado)

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Letras da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em Linguística e Língua Portuguesa elaborada sob a orientação da Prof^a Dr^a Juliana Alves Assis.

**Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
Belo Horizonte
2008**

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

M316a Marchesani, Silvana
A argumentação em editoriais e artigos de opinião: um estudo comparativo / Silvana Marchesani. – Belo Horizonte, 2008. 173f.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Juliana Alves Assis
Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Letras.
Bibliografia.

1. Editoriais. 2. Subjetividade. 3. Análise do discurso. I. Assis, Juliana Alves. II. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Letras. III. Título.

CDU: 800.852

Bibliotecária – Eunice dos Santos – CRB 6/1515

Dissertação defendida publicamente no programa de Pós-graduação em Letras da PUC Minas e aprovada pela seguinte banca examinadora:

Prof^a. Dr^a. Maria Beatriz Nascimento Decat
(UFMG)

Prof^a. Dr^a. Jane Quintiliano Guimarães Silva
(PUC-Minas)

Prof^a. Dr^a. Juliana Alves Assis
(Orientadora - PUC-Minas)

Belo Horizonte, 28 de fevereiro de 2008.

Prof. Dr. Hugo Mari
Coordenador do Programa de Pós-graduação em Letras da
PUC Minas

A vocês, **Caio e Gui**, por me ensinarem, todos os dias, o **Amor**.
Aos meus pais, Maria e Cesare, com muito afeto, por tudo.

AGRADECIMENTOS

À Prof^a. Juliana, pela dedicação incondicional, pelos caminhos apontados e, principalmente, por acreditar (e me fazer acreditar) que é possível desejar e realizar.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Letras da PUC- Minas, pelas contribuições, pelo incentivo e pela confiança depositada.

À Berenice, Vera e Rosária, pela disposição em todos os momentos.

Aos amigos/companheiros de curso, Elisa, Priscilla, Taís, Tony e, em especial, à Carla.

Ao queridíssimo Gustavo, pela constante presença, pela amizade consolidada e pela valiosa colaboração neste trabalho.

À Universidade Federal de Viçosa - UFV, pela oportunidade concedida.

À Pró Reitoria de Ensino e Pós-Graduação, em especial à Margarida e Suely, pela atenção e carinho.

À Fundação Arthur Bernardes – FUNARBE/UFV, pelo apoio.

À Prof.^a Luciana Ávila, pela recepção e pelas saudáveis discussões.

Ao excelente apoio recebido pela equipe/UFV-Belo Horizonte, em especial, à Edna, Conceição, Nirley e Jorge.

Ao CAP-Coluni e aos professores, meus parceiros de jornada.

À Custódia, Eunice e Meire, meu agradecimento especial e sempre.

À Capes pela bolsa de estudos concedida.

Aos meninos, pela compreensão, pela paciência e pela carinhosa torcida.

Ao Zhé, no passado, por todo incentivo; hoje, pela especial contribuição na composição e apresentação deste trabalho; e sempre, pelo amor, carinho e apoio aos nossos meninos.

À Thais, por simplesmente permanecer, apesar de tudo e de todos.

Aos meus “irmãos”, Ana, Flávia, Giovanni Paolo e Teka, pelo suporte em todas as situações.

À Regininha, muito querida, pelas silenciosas palavras.

Aos tios, Ana e Mário, por serem, mais uma vez, um “porto seguro” na família.

Às eternas amigas, Irene, MÔ e Sara, por compartilharem (sempre) os bons e os maus momentos.

À Marcela, um anjo, por fazer parte da nossa história.

Aos queridos, Angelo e Made pelo carinho, pelo “colo”, pelos cafés.

Aos amigos Carlos, Eraldo, Jeane, Mércia, Nerilda e Og, por estarem ao redor.

À Anita, amiga e companheira de todos os momentos.

Ao Jadir, Levi e Patrícia, por me acolherem sempre que necessário.

Ao Celso, Aninha, Lina e Jorginho, por terem me cedido muitos momentos do convívio com Juliana.

Yes there are two paths you can go by
but in the long run
There's still time to change the road you're on

Stairway To Heaven
Led Zeppelin

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	08
CAPÍTULO 1 – EM TORNO DO DISCURSO: GÊNERO DO DISCURSO, ENUNCIÇÃO, DIALOGISMO E POLIFONIA	19
1.1 Gênero do discursivo e suporte.....	19
1.1.1 Gênero do discurso e suporte.....	26
1.2 Interação, dialogismo e polifonia.....	27
1.3 Discurso, enunciação e cena enunciativa.....	29
1.4 As marcas de subjetividade.....	38
CAPÍTULO 2 – OS GÊNEROS EDITORIAL E ARTIGO DE OPINIÃO	42
2.1 O editorial e o artigo de opinião no jornalismo.....	42
2.2 O editorial.....	45
2.3 O artigo de opinião.....	48
2.4 Artigo de opinião, editorial, crônica, ensaio, comentário: fronteiras?.....	50
CAPÍTULO 3 – ARGUMENTAÇÃO	53
3.1 Discurso argumentativo/Estratégias argumentativas.....	53
3.1.1 Advérbios modalizadores.....	57
3.1.2 Conjunções.....	59
3.2 A argumentação para Perelman.....	59
CAPÍTULO 4 – A ARGUMENTAÇÃO NOS EDITORIAIS E NOS ARTIGOS DE OPINIÃO	63
4.1 Visão Geral dos dados.....	63
4.2 Marcas de subjetividade.....	70
4.3 Operadores argumentativos.....	76
4.4 Ironia.....	81
4.5 Orações subjetivas.....	85
4.6 Mundo relatado e mundo percebido.....	88
CONCLUSÃO	91
REFERÊNCIAS	94
ABSTRACT	99
ANEXOS	100

RESUMO

Este trabalho propõe um estudo comparativo dos gêneros editorial e artigos de opinião, no que diz respeito à organização e ao funcionamento da argumentação nos dois gêneros, tendo em vista serem ambos gêneros opinativos do domínio jornalístico.

A análise foi construída visando discutir o funcionamento e a organização argumentativa de editoriais e artigos de opinião, investigar a relação dialógica que se estabelece entre produtor e leitor no âmbito desses gêneros, verificar a intencionalidade e os aspectos discursivos envolvidos na elaboração desses textos e discutir a polifonia como estratégia argumentativa e seus efeitos no enunciado.

Ao todo, foram analisados 45 textos retirados do jornal Folha de S.Paulo, sendo 20 editoriais, 15 artigos de opinião localizados no caderno A – Opinião, 15 artigos de opinião do caderno A – Tendências/Debates e 15 artigos de opinião retirados dos outros diferentes cadernos e seções que compõem esse jornal. Os textos foram selecionados durante o período de junho a dezembro de 2007, tendo como critério a temática abordada, de forma a coletar textos com convergência temática.

Considerando-se que o processo de construção do sentido de um texto envolve muitos fatores que vão além da simples materialidade do texto e que todo e qualquer texto é produzido em um dado momento sociohistórico e a partir de um propósito comunicativo, foram consideradas as condições de produção e recepção dos gêneros abordados, num quadro construído à luz de princípios emanados de abordagens discursivas.

Foram apontados alguns direcionamentos que respeitam à natureza dos textos opinativos, em especial, e aos pontos de tangência entre os editoriais e dos artigos de opinião. A análise também evidenciou que, embora nos editoriais e nos artigos de opinião o objetivo principal seja comum – persuadir –, a seleção de argumentos, o tipo de argumento e a organização desses argumentos no texto muitas vezes revelam especificidades de cada um dos gêneros, o que não invalida a possibilidade de que possa ocorrer, em muitas situações, a completa identificação entre os dois gêneros.

Linha de pesquisa: Enunciação e Processos Discursivos.

Palavras-chave: gêneros discursivos – editorial - artigo de opinião – argumentação.

Introdução

A motivação inicial para a realização deste trabalho se deve a minha experiência como professora dos ensinamentos fundamental e médio, fato que me possibilitou construir um conjunto significativo de conhecimentos (e incertezas) sobre o funcionamento discursivo e a organização formal de textos argumentativos, seja em atividades de leitura, seja em atividades de escrita junto aos alunos.

Além disso, destaca-se um questionamento relativamente às especificidades, aos limites e às interfaces dos gêneros discursivos, aspecto que gerou inquietações sobre os elementos/fatores que, de fato, distinguem e marcam a configuração e o funcionamento de dois gêneros – o editorial e o artigo de opinião. Sobre esses gêneros salienta-se, inicialmente, que tanto os editoriais quanto os artigos de opinião são tomados como gêneros que pertencem ao discurso midiático, mais especificamente ao domínio do discurso jornalístico.

Muito embora as pesquisas sobre gêneros discursivos, principalmente a partir dos estudos de Bakhtin (1992), Marcuschi (2003), Rojo (2004), Schneuwly (1997) e Dolz (1997) (autores que comungam do pressuposto de que o homem transforma o mundo através da linguagem), tenham alcançado uma significativa amplitude, nos últimos anos, há ainda muito a ser explorado e investigado, principalmente, no que tange à emergência e ao funcionamento dos gêneros. De certo modo, uma das maiores dificuldades está em estabelecer fronteiras entre os diversos gêneros e, assim, classificá-los.

Assim como postula Marcuschi (2002), os gêneros podem apresentar uma configuração híbrida e, sob essa perspectiva, “a questão da intertextualidade **intergênero** evidencia-se como uma mescla de funções e formas de gênero diversos num dado gênero” (MARCUSCHI, 2002, p. 31). Nesse caso, orienta-nos o autor que o predomínio da função excede a forma na determinação do gênero, o que ratifica a plasticidade e dinamicidade dos gêneros. Na ótica bakhtiniana, a hibridização entre os diferentes gêneros ocorre todo o tempo, fato que acentua a dificuldade para delimitar as fronteiras entre os gêneros.

Para Utard (2003, p. 67), o fenômeno da hibridização se caracteriza pela “movimentação das fronteiras entre códigos de identificação; modificação dentro dos

códigos; perda dos limites; diluição, confusão e a criação”. É fundamental mencionar que o fenômeno de hibridização não se confunde com o de intertextualidade, pois a intertextualidade, uma estratégia muito utilizada nos textos jornalísticos, supõe a presença de um texto em outro. Os textos são considerados, tanto na hibridização quanto na intertextualidade, uma construção heterogênea e que recorrem a fontes diversas para a sua construção. Segundo Maingueneau (2002), é a maleabilidade do gênero que permite que haja mistura entre diferentes tipos de textos, pois não podemos ver os gêneros como formas prontas com as quais moldamos as produções discursivas. As categorias genéricas, de acordo com o autor, são porosas e permitem as trocas e misturas entre umas e outras.

Diversos gêneros no domínio discursivo jornalístico, entre eles os editoriais e artigos de opinião, ocupam e dividem o espaço do jornal e é nesse lugar que nasce a dificuldade de estabelecer fronteiras e contornos definidos para os diferentes gêneros que naquele espaço coexistem e são sustentados pelo mesmo suporte.

Entretanto, considerar que a hibridização aconteça limitada apenas ao suporte não seria suficiente para compreender a complexidade das imbricações entre os gêneros. Para tentar ampliar a noção de suporte, podemos usar a noção de *dispositivo* (CHARAUDEAU, 2004), já que ela não diz respeito somente ao aspecto material dos textos, mas também ao aspecto sociocultural. Tal noção é reiterada por Mouillaud (1997) que considera a noção de *dispositivo* como um modo de organizar, que se constitui não somente pelo suporte no qual se inscrevem os textos (por exemplo, a folha de jornal), mas também pelos contextos de produção e de recepção.

Para melhor compreender o modo como a hibridização é apreendida pelo leitor, é pertinente mencionar a noção de contrato de leitura, que, para Verón (1985), manifesta-se na forma através da qual o locutor se dirige ao seu público como sujeito do seu discurso. Maingueneau (2002, p. 69) considera o próprio gênero um contrato de leitura, já que isto significa “(...) afirmar que ele é fundamentalmente cooperativo e regido por normas”. Assim, sob esse ponto de vista, todo gênero discursivo exige daqueles que dele participam a aceitação e a adoção de um determinado número de regras mutuamente conhecidas.

Levando em consideração a noção de hibridização, torna-se importante ponderar que distinguir editorial de artigo de opinião torna-se uma tarefa difícil.

Ambos os textos pertencem à ordem dos textos opinativos, pois emitem uma opinião, discutem um fato atual, muitas vezes polêmico, e visam persuadir o leitor.

Para Melo (1985), o editorial é um texto que emite uma opinião, a do jornal, é responsabilidade da instituição, toma uma posição diante dos fatos do cotidiano, em um espaço pleno de contradições e, muitas vezes, concilia os interesses de diferentes grupos. Ainda segundo o autor, o artigo também emite uma opinião, toma posição frente aos fatos do cotidiano, mas representa um tipo de matéria escrita por jornalistas e/ou colaboradores que nem sempre são funcionários do jornal e, portanto, nesse caso, representam a própria opinião.

A semelhança entre os dois gêneros, no entanto, é bastante significativa. Muitas vezes um artigo confunde-se com o editorial, no que diz respeito aos elementos de constituição dos textos, os quais definem a sua construção composicional, tais como: (i) apresentação/exposição do tema na abertura do texto, (ii) exposição de argumentos, citações, dados estatísticos, referências científicas, pesquisas, com a finalidade de sustentar a argumentação, (iii) fechamento do texto voltado para a defesa do ponto de vista. O quadro a seguir abriga um exemplar de cada gênero, sem identificação, com o intuito de possibilitar ao leitor, logo na abertura deste trabalho, a percepção das semelhanças apontadas:

Exemplo 1 – anexo¹ e anexo²

Elementos <i>Título</i>	“Liberdade de pesquisa” ¹	“A ciência pode abrir mão de fazer experiências com animais?” ²
<i>Apresentação do tema</i>	UM CRITÉRIO para julgar o grau de civilização de um povo, já se disse, está no modo como trata seus animais.	AS INVESTIGAÇÕES científicas mais relevantes para a preservação da saúde e da vida humanas resultaram de estudos feitos com base na clínica, na observação e no mapeamento das doenças que mais incidem sobre a população humana ou de estudos voltados para a prevenção das doenças, não exclusivamente para o combate de seus sintomas.
	No Rio de Janeiro, uma lei municipal (nº 4.685) chegou a ser sancionada – com erros – pelo prefeito Cesar Maia (DEM). O projeto do vereador Cláudio Cavalcanti (DEM) prescrevia multa para maus-tratos com animais, mas havia sido emendado em plenário para isentar a pesquisa. Por erro da Câmara Municipal, foi enviado para sanção na versão	Via de regra, estudos baseados no modelo animal vivo (vivi-seção) servem apenas para desenvolver a habilidade dos cientistas na construção de modelos que terão de ser, mais tarde, redesenhados para a aplicação em estudos destinados à investigação de possíveis terapêuticas para doenças humanas. Após todo esse esforço, as drogas não

¹ Cf. anexo A/11

² Cf. anexo B/06

<p>Exposição de argumentos/citações</p>	<p>original, equívoco anulado depois por ato administrativo. Enquanto persistiu a confusão, pesquisadores da cidade, como os da renomada Fundação Oswaldo Cruz, concluíram que seus trabalhos se tornavam inviáveis. A definição de maus-tratos, afinal, era ampla o bastante para abrangê-los: "privação das necessidades básicas, sofrimento físico, medo, estresse, angústia, patologias ou morte".</p>	<p>funcionam como prometido. Muitas delas são retiradas do mercado após constatada sua letalidade para humanos. A ciência usa o dinheiro e investe o tempo de seus operadores se perdendo nos labirintos da vivisseccção. Seu investimento nesse único método de pesquisa é diretamente proporcional ao seu fracasso em responder satisfatoriamente às questões às quais se propõe responder com a investigação. Enquanto gerações e gerações de jovens cientistas são transformadas em vivisseccionistas sob a imposição hegemônica de uma ideologia claramente fracassada, outras tantas gerações de jovens, bebês e adultos morrem a cada ano daquelas mesmas doenças que o cientista há mais de cinco ou seis décadas promete curar ao buscar em organismos de ratos e camundongos a resposta para males que afetam cada vez mais devastadoramente organismos de indivíduos humanos.</p>
<p>Conclusão</p>	<p>Os pesquisadores também voltam sua atenção, agora, para o Supremo Tribunal Federal. Em dezembro estará em julgamento ação direta de inconstitucionalidade (nº 3.510) apresentada pela Procuradoria Geral da República, sob clara inspiração católica, para barrar a pesquisa com células-tronco embrionárias humanas. Seu uso foi autorizado, em condições já bem restritivas, pela nova Lei de Biossegurança (nº 11.105), mas é dada como inadmissível por grupos religiosos. Câmara e Supremo estão convocados a explicitar qual valor de civilização atribuem à ciência.</p>	<p>Essa ciência pode abrir mão do uso de animais vivos, pois, embora ela tenha produzido uma quantidade incalculável de drogas para combater os sintomas de tais males, ao sustentar sua investigação no vivisseccionismo, não produz resultados que garantem a "cura" de nenhum daqueles males mais freqüentes que afetam crônica ou agudamente a saúde e destroem a vida humana.</p>

Os dois textos de natureza opinativa transcritos no quadro apresentam uma configuração semelhante, ao considerarmos os pontos de tangência entre os mesmos. O elemento mais forte a assegurar essa semelhança parece ser mesmo a natureza argumentativa dos textos ao lado do domínio discursivo em que se encontram – o jornalístico. Ambos os gêneros, portanto, visam à adesão do leitor e apresentam a argumentação como fio condutor da construção da estrutura textual.

Ambos os textos iniciam-se focalizando a temática central, situando, assim, o leitor sobre o que será discutido. A seguir, há um encadeamento de argumentos a fim

de sustentar a tese a ser apresentada. No texto 2, há um detalhamento maior no que se refere à natureza dos argumentos; já no texto 1, pode-se notar um teor mais expositivo e menos explicativo dos argumentos. No que toca à conclusão dos textos, ambos se aproximam novamente, pois concluem o assunto arrolando idéias que visam a “amarrar” e fechar o ponto de vista defendido acerca da temática central. Em relação ao título, pode-se dizer que ambos se constroem sem permitir que o leitor, apenas com base na informação que trazem, seja capaz de antever o ponto de vista que será defendido acerca da temática. Entretanto, cada um, a seu modo, fornece pistas bem claras sobre o que será tratado no texto.

Segundo Perelman & Olbrechts-Tyteca (2002), a argumentação objetiva a adesão do auditório a certas teses. As técnicas argumentativas podem ser classificadas sob dois aspectos diferentes: (i) os argumentos de ligação, que, sob um aspecto positivo, pressupõem solidariedade para com as teses que se procura promover e com as teses já admitidas pelo auditório; e (ii) os argumentos de dissociação, que, sob um aspecto negativo, consiste em romper a solidariedade das teses admitidas e das que se opõem às teses do orador.

Tendo em vista essas considerações, pode-se assumir que a condição prévia de uma argumentação eficaz é o conhecimento (prévio) daquele que se busca/pretende conquistar (cf. PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA, *op. cit.*). Esse é um aspecto interessante quando se pensa que o leitor do artigo de opinião e do editorial é, em tese, o mesmo, quando se trata de textos publicados pelo mesmo veículo.

A discussão aqui esboçada em torno dos limites e interseções entre gêneros remete ao pensamento de Bakhtin (2000), que toma os gêneros discursivos como resultado de um uso comunicativo da língua na sua realização dialógica, de forma que os indivíduos, quando se comunicam, não trocam simplesmente orações, trocam enunciados que se constituem com os recursos formais da língua. Como qualquer outro produto social, os gêneros estão sujeitos a mudanças, decorrentes não só de transformações sociais, mas também de modificações do lugar atribuído ao ouvinte.

Sob essa perspectiva, o autor acrescenta que o conhecimento adquirido em relação ao repertório dos gêneros existentes nos permite a escolha do gênero adequada para cada situação de comunicação e à prática discursiva que se estabelece.

Filiado à visão de Bakhtin, está Fairclough (1992), para quem o gênero corresponde a tipos diversos de práticas sociais; dessa forma cada sociedade, em um dado momento, determina diferentes arranjos e combinações para esses gêneros. Então, de acordo com a situação de comunicação, os gêneros podem sofrer variações. Uma vez constituído um gênero, este exerce um efeito normativo sobre as interações. Por essa razão, como formas de ação, funcionam como referência para a construção e a compreensão dos enunciados, pois conduzem a produtos no processo discursivo e orientam o interlocutor no processo de compreensão e interpretação do enunciado (a construção da reação-resposta ativa).

Assim, para o trabalho que ora se apresenta, tomaremos gêneros, principalmente, no contexto dinâmico de sua produção dos mesmos. Na concepção de Bakhtin (1992), isso significa relacionar gêneros discursivos às suas funções, a partir da interação verbal.

Tendo em vista a discussão aqui iniciada, pretendemos, no presente estudo, investigar os gêneros editorial e artigo de opinião publicados no jornal *Folha de S.Paulo*.

Previamente, foram investigados, apenas como um direcionamento exploratório, por volta de 100 textos opinativos publicados, no período de janeiro a maio de 2007, no jornal *Folha de S.Paulo*, no jornal *Estado de S.Paulo*, no jornal *Estado de Minas* e em algumas revistas semanais, com o objetivo de arrolar e desenvolver os critérios para a posterior análise dos textos.

Posteriormente, e a fim de delimitar o *corpus* desta pesquisa, foi escolhido o jornal *Folha de S.Paulo* e foram selecionados 45 textos (15 editoriais situados no caderno A – Opinião, 15 artigos de opinião retirados do caderno A – Tendências/Debates e 15 artigos de opinião retirados dos diferentes cadernos e seções que compõem o referido jornal. Os textos foram selecionados a partir do tema abordado, preferencialmente acontecimentos e fatos noticiosos, durante o período de junho a dezembro de 2007.

Alguns questionamentos orientaram e direcionaram inicialmente a pesquisa, como: o que caracteriza, de fato, esses dois gêneros? de que forma esses gêneros se apresentam no domínio discursivo jornalístico? o que distingue ou não os dois gêneros? quais as marcas textuais que caracterizam esses dois gêneros?

Para alguns autores, como Martinez-Albertos (1974), há três estilos no domínio discursivo jornalístico, cada qual com os seus gêneros: informativo, opinativo e ameno. Tanto o editorial quanto o artigo de opinião são produtos de um sujeito que escreve para outros sujeitos em um dado momento sobre um fato noticioso atual e, não raras vezes, polêmico. Dessa forma, os editoriais e os artigos de opinião podem ser reconhecidos, dentro do domínio discursivo jornalístico, pelo estilo opinativo e suporte argumentativo com a finalidade de persuadir. Como ponto de partida, temos, portanto, um forte elo de semelhança entre os dois gêneros.

Os gêneros opinativos oferecem a opinião do autor e a sua posição em relação aos fatos, procuram convencer o leitor de que essa é a posição mais adequada ou correta. No que toca ao aspecto da autoria, o comentário, o artigo e a resenha pressupõem autoria definida, o que não ocorre em relação ao editorial. No entanto, no que diz respeito à temporalidade, o comentário e o editorial exigem continuidade e imediatismo, ao contrário da resenha e do artigo. Segundo Chaparro (1998), comentário seria expresso principalmente pelo esquema argumentativo, diferentemente do relato, que é expresso pelo esquema narrativo³.

Cabe salientar, ainda, que o suporte de cada texto é bastante relevante para o funcionamento do gênero. Nessa medida, tanto o editorial quanto o artigo de opinião podem variar em sua forma, conteúdo e construção. Exemplo disso poderá ser percebido se considerarmos um editorial ou artigo de revista semanal comparativamente a um jornal diário. Tais textos também sofrem a interferência do tipo de veículo, no que se refere ao público-alvo e à temática. Variam, ainda, no caso dos artigos, em função da seção do jornal ou revista. Como se discutirá, há artigos de opinião em diferentes seções, cujos formatos interferem no funcionamento do gênero. Investigar e analisar, pois, as implicações do suporte, das marcas paratextuais e dos elementos relativos ao contexto de produção, circulação e recepção desses gêneros é de suma importância para compreendê-los e distingui-los.

³ Para o autor, o jornalismo realiza-se por um conjunto de técnicas desenvolvidas a partir da experiência do fazer e os diversos gêneros desse domínio discursivo são “formas discursivas da imprensa”. Mais tarde, Chaparro filia-se à proposta de Martinez Albertos que “estabelece um nível interpretativo para o relato jornalístico, intermediário entre a informação e a opinião” (CHAPARRO, 1998, p. 120).

Embora se considere relevante reconhecer as estruturas prototípicas dos gêneros discursivos, é necessário também reconhecer a flexibilidade de tais estruturas. Para tanto, explorar as marcas lingüísticas do texto e os efeitos de sentido que podem provocar torna-se mais produtivo que reduzir em algumas características a classificação dos gêneros.

O presente trabalho tem por objetivo, então, inicialmente, elencar as características que realmente distinguem um editorial de um artigo de opinião, para além, por exemplo, dos traços paratextuais – localização do texto no jornal, diagramação usada, tipo de letra, etc. – de que se serve o leitor para distingui-los. Sendo ambos os textos – artigo de opinião e editorial – de natureza argumentativa, essa distinção deve se mostrar mais claramente em relação ao modo de enunciação e suas conseqüentes marcas na organização da composição textual.

Lembremos que o ato de argumentar constitui o ato lingüístico fundamental, pois a todo e qualquer discurso subjaz uma ideologia, e a neutralidade é apenas um mito (KOCH, 1987). A hipótese inicial é a de que a argumentação nos editoriais e nos artigos de opinião, ambos textos opinativos e retirados do mesmo domínio discursivo, o jornalístico, ocorre de forma distinta e aponta para caminhos distintos no que diz respeito ao leitor que se constrói/desenha ao longo do texto. Portanto, verificar a utilização e o tipo de estratégias argumentativas no âmbito da argumentação é o recorte utilizado, na pesquisa, para investigar em que se distinguem ou não os gêneros editorial e artigo de opinião, no que toca à construção argumentativa. Cabe, então, descrever e analisar a organização de traços argumentativos nos gêneros editorial e artigo de opinião, sem perder de vista os fatores relativos às suas condições de produção, recepção e circulação.

Para o estudo da enunciação, retomaremos Ducrot (1981), que assinala que o sentido de um texto compreende vários enunciados e suas possíveis combinações como função de sua orientação argumentativa. Ainda para o autor, o ato lingüístico fundamental é o ato de argumentar. A argumentação é, pois, objeto estruturante do discurso, é responsável por articular enunciados ou parágrafos e garante continuidade ao texto, conforme assinala Geraldi (1981). Cabe destacar ainda que a enunciação, na concepção de Ducrot (1987), não se resume a um único “eu”, mas a diversos locutores e enunciadores que emergem no texto. De certa forma, o enunciador de um

texto dá lugar a um conjunto de vozes que, muitas vezes, se somam à sua voz nesse processo enunciativo. Assim, outro aspecto muito importante a ser considerado no texto argumentativo diz respeito à recorrência a diferentes vozes que balizam ou se opõem à posição defendida. Nessa medida, a polifonia, no texto argumentativo, pode ser vista como uma estratégia recorrentemente usada para persuadir o leitor. Identificar e discutir as especificidades no modo como tal estratégia é adotada nos dois gêneros torna-se outro fator fundamental à pesquisa anunciada.

Tendo em vista o quadro inicial aqui esboçado, cabe assinalar que as reflexões e discussões da pesquisa proposta visam subsidiar a análise do *corpus* de forma a abordar: (i) a organização argumentativa de editoriais e artigos de opinião; (ii) a relação dialógica entre produtor e leitor nesses gêneros; (iii) a intencionalidade e os aspectos discursivos envolvidos na elaboração desses textos e (iv) a polifonia como estratégia argumentativa.

O suporte teórico-metodológico adotado no estudo desenvolve-se a partir dos estudos na área de Análise do Discurso, privilegiando-se a abordagem da Linguística Textual, com maior ênfase na temática dos Gêneros Discursivos, dos Processos Enunciativos e de Argumentação.

O enfoque discursivo, através da discussão de noções como interlocução, subjetividade, polifonia, argumentação, linguagem (como interação social e como atividade constitutiva do sujeito) tem contribuído, sobremaneira, para iluminar as abordagens textuais baseadas na relação língua/discurso/ideologia e texto/discurso. Por essa razão, serão exploradas neste trabalho noções teórico-conceituais tratadas por abordagens discursivas, de forma a fundamentar as análises e responder aos questionamentos iniciais e às hipóteses que motivaram todo o estudo.

Nos estudos bakhtinianos, encontramos apoio para a discussão sobre os gêneros discursivos bem como acerca da noção de polifonia, que diz respeito à introdução do enunciado alheio no contexto do nosso próprio discurso.

Em conseqüência da sua concepção dialógica e polifônica da linguagem, Bakhtin (2000) sustenta que a palavra não é propriedade exclusiva do falante, isso porque outras vozes estão sempre presentes na palavra do locutor. O sujeito falante é, portanto, um ser histórico e ideológico, cujo discurso reflete variadas vozes sociais.

Assumimos, a partir da concepção bakhtiniana, que cada texto é produzido em um dado momento socioistórico com um determinado objetivo, o qual, por exemplo, no caso de um texto opinativo ou de natureza argumentativa, pode ser o de persuadir o leitor sobre um determinado ponto de vista. Portanto, o processo de construção do sentido de um texto envolve muitos fatores que vão além da simples materialidade do texto.

O discurso da mídia jornalística, por exemplo, ao utilizar e veicular a informação, parte do princípio de que está reproduzindo a realidade, algo verdadeiro, fato incontestável. Pode-se dizer que esse princípio orienta tanto o processo de produção quanto o de recepção do texto jornalístico, pois todo e qualquer discurso está vinculado às condições da situação de troca em que acontece. Ainda no que respeita a essa situação de troca com o leitor, é preciso considerar que o diálogo estabelecido com leitor do texto jornalístico também se faz levando em conta as diversas vozes que se pronunciam nos textos/imagens produzidos na mídia.

Segundo Charaudeau (2006), o discurso de informação permite que se crie um vínculo social entre os interactantes, o que possibilita um reconhecimento identitário, pois a informação é também discurso, um tipo de discurso que remete ao discurso das “mídias” que tem como alvo principal o receptor.

Aprender, pois, a intencionalidade do produtor possibilita-nos não só ressignificar o dito, como também reconstruir o sentido do texto. Nessa medida, o olhar do leitor é sempre único e pode ocorrer diversas vezes sobre o mesmo texto, reconstruindo-o a cada novo contato.

Portanto, com a finalidade de explorar as delimitações e as conceituações em torno dos gêneros discursivos, a serem aprofundadas no primeiro capítulo, recorreremos aos estudos bakhtinianos, que, como ressalta Marcuschi (2002), superaram a restrição dos gêneros ao âmbito da literatura, apresentando uma visão de língua(gem) como atividade social, histórica e cognitiva.

Do ponto de vista de sua organização, esta dissertação apresenta-se dividida em quatro capítulos, além desta introdução e das considerações finais, que fecham o trabalho. No primeiro capítulo, são discutidos conceitos teóricos que subsidiarão a análise dos textos propostos, sobretudo no que toca às noções de gênero discursivo, interação, dialogismo, polifonia e processos enunciativos; no segundo capítulo,

apresentam-se trabalhos que discutem os gêneros editorial e artigo de opinião; no terceiro capítulo, discorre-se sobre o processo argumentativo, tendo em vista a argumentação nos editoriais e nos artigos de opinião; no quarto capítulo, apresenta-se a análise dos textos e desenha-se o estudo comparativo entre os editoriais e os artigos de opinião, através da investigação e da análise de estratégias argumentativas presentes nos textos, objetivo principal deste estudo.

CAPÍTULO 1

EM TORNO DO DISCURSO: GÊNEROS DISCURSIVOS, ENUNCIÇÃO, DIALOGIA E POLIFONIA

Neste capítulo, discutem-se princípios e aspectos teóricos com a finalidade de subsidiar a investigação sobre os editoriais e dos artigos de opinião, tal como proposto. Ressaltamos que a fundamentação teórica a ser construída relaciona-se diretamente com a compreensão da língua em seu uso, na prática social, e não como uma estrutura isolada. Esses estudos não dissociam o lingüístico do extralingüístico como construtores de sentido no discurso. Por isso a importância de se recorrer a pressupostos cunhados em campos teóricos que concebam a dimensão sociointeracional e enunciativa da língua(gem).

1.1 Gênero discursivo

Para Bakhtin (1997), em uma dada situação lingüística, os indivíduos interagem na e pela língua e produzem, a partir de diferentes práticas, textos e enunciados no interior de uma estrutura comunicativa que se configurará em formas-padrão relativamente estáveis – os gêneros discursivos⁴ –, pois serão formas marcadas a partir de contextos sociais e históricos pertencentes a uma determinada esfera da atividade.

A diversidade dos enunciados, de acordo com Bakhtin (1997), explica-se, então, pela diversidade das atividades languageiras e dos processos de interação verbal entre os indivíduos, nas também diferentes esferas da atividade humana.

⁴ Desde a literatura clássica, há preocupação em reunir textos que obedeçam a uma tipologia geral, pelas especificidades e diferenças que mantêm entre si. Classificar gêneros já era uma atividade na Grécia Antiga, observada, principalmente em Platão e Aristóteles. Em verdade, na Antigüidade clássica, os gregos já haviam proposto, não só na Retórica como na Literatura também, uma classificação para agrupar textos a partir de suas características semelhantes. Na Retórica, por exemplo, a classificação foi proposta considerando-se os enunciatários e os propósitos desejados e compreendia os seguintes gêneros: o deliberativo, cuja finalidade seria a de aconselhar/desaconselhar o enunciatário; o judiciário, cuja finalidade seria a de acusar/defender o enunciatário e o demonstrativo, cuja finalidade seria a de elogiar/censurar os atos do enunciatário.

Perceber a utilização da língua como um processo com variadas, heterogêneas e múltiplas maneiras de realização é fundamental para a compreensão do ponto de partida proposto por Bakhtin para conceituar gênero discursivo. Para o autor, a utilização da língua é marcada pelas especificidades de cada atividade. Por isso os enunciados lingüísticos se realizam de maneiras diversas. Assim, é pertinente comentar que essa “relativa estabilidade” deve ser compreendida como algo que leva o gênero a ser passível de alterações e/ou modificações. Assim, a abordagem do autor determina-se pelo fator socioistórico, e o seu conceito de gênero não se limita às formas de discurso ideologicamente consolidadas.

O gênero, no conceito bakhtiniano, é concebido como uma forma concreta e histórica presente em todas as manifestações discursivas, ou seja, o discurso concretiza-se na forma de enunciados construídos em determinados gêneros. Para Bakhtin (1997), o enunciado é a unidade concreta e real da comunicação discursiva e pertence aos sujeitos discursivos. Sendo assim, cada enunciado constitui-se em um novo acontecimento, um evento único da comunicação discursiva, que estabelece relações dialógicas com outros enunciados. Além disso, funcionam como formas de ação em todo o processo discursivo, pois são elaborados considerando-se o interlocutor e as condições contextuais de sua produção, sendo seu significado construído durante a interação.

Em se tratando de linguagem, transformações podem ocorrer em função de desenvolvimento social, de influência de outras culturas, ou de outros fatores com que a língua tem relação direta. Diante do constante processo de crescimento e de evolução das atividades humanas, torna-se impossível definir quantitativamente os gêneros, pois os textos são produzidos por agentes sociais em um determinado contexto histórico e social. Os diversos agentes sociais formam as diferentes comunidades discursivas (KRESS, 1989), que possuem familiaridade com os gêneros discursivos que utilizam a fim de efetuar a comunicação a partir dos propósitos comunicativos estabelecidos (SWALES, 1990), produzindo, assim, os discursos.

O envolvimento de múltiplos fatores na determinação do gênero também é defendido por Swales (1990), no entanto, para o autor, o propósito comunicativo é o que molda o gênero, determinando sua estrutura interna e impondo limites quanto às possibilidades de ocorrências lingüísticas e retóricas. Essa caracterização do gênero

como simples mecanismo obscurecia o fato de que “a língua é, afinal, uma questão de escolha” (SWALES, 1990, p. 33 *apud* HEMAIS & BIASI-RODRIGUES, 2005, p. 89). Assim, Swales redefine o conceito de gênero:

“Um gênero compreende uma classe de eventos comunicativos, cujos membros compartilham os mesmos propósitos comunicativos. Tais propósitos são reconhecidos pelos membros especialistas da comunidade discursiva de origem e, portanto, constituem o conjunto de razões para o gênero. A razão subjacente dá o contorno da estrutura esquemática do discurso e influencia e restringe as escolhas de conteúdo e de estilo” (SWALES, 1990, p. 58, *apud* HEMAIS & BIASI-RODRIGUES, 2005, p. 114).

Tal conceituação aponta como principal traço definidor de gênero o propósito comunicativo. Embora importantes, os demais traços, como as convenções, o estilo, o canal, o vocabulário e a terminologia não exercem a mesma influência sobre a construção do gênero. Para o autor, evento comunicativo compreende “não somente o discurso e seus participantes, mas também o papel desse discurso e o ambiente de sua produção e recepção, incluindo suas associações históricas e culturais” (SWALES, 1990, p. 46, *apud* HEMAIS & BIASI-RODRIGUES, 2005, p. 97). Já a noção de comunidade discursiva diz respeito àqueles que utilizam um determinado gênero e que, por essa razão, detêm maior conhecimento sobre suas convenções. Para Araújo (2002, p. 189), esse conhecimento é que permite aos membros da comunidade “responderem de maneiras similares a propósitos comunicativos similares”.

Para Swales (1990), um determinado gênero reflete os padrões de interação de uma comunidade discursiva e representa, então, eventos comunicativos a partir dos propósitos comunicativos compartilhados entre os indivíduos. Esses propósitos são reconhecidos pelos membros experientes dessa comunidade discursiva, constituindo, assim, o fundamento lógico para o gênero. Tal fundamento molda a estrutura do discurso, influenciando e/ou restringindo as escolhas de conteúdo e estilo.

Ainda para o autor, o propósito comunicativo não é apenas muito importante para o reconhecimento de um conjunto de exemplares de textos como pertencentes a uma categoria genérica, mas também revela o conhecimento do usuário em relação à finalidade junto a sua audiência. Além do propósito, os gêneros apresentam vários outros padrões de similaridade em termos de estrutura, estilo, conteúdo e audiência pretendida. Assim, se todas as expectativas forem realizadas, o gênero será visto como prototípico pelos membros de uma comunidade discursiva.

Quando lidamos, por exemplo, com o domínio jornalístico, vamos encontrar uma imensa variedade de gêneros discursivos que atendem a um ou mais propósitos comunicativos. Porém, nem sempre a identificação de um gênero discursivo a partir de seu propósito comunicativo é algo simples.

No quadro do círculo bakhtiniano, o contexto lingüístico constitui-se de duas dimensões: (i) relação de produção somada à estrutura política (contexto mais amplo); e (ii) situação de comunicação verbal associada ao espaço institucional e geográfico e, ainda, ao momento da enunciação (contexto imediato). Uma palavra, por exemplo, em relação ao *sentido* e à *significação*, pode aparecer em dois contextos dialógicos que se excluem. Desse modo, “os contextos não estão simplesmente justapostos, como se fossem indiferentes uns aos outros; encontram-se numa situação de interação e conflito tenso e ininterrupto” (VOLOCHINOV, 1997, p. 107). Consideradas as visões de gênero aqui já apontadas, pode-se perceber que um gênero possui uma dada configuração que o identifica com o contexto no qual ele se insere.

Desse modo, pode-se dizer que os textos produzidos pelas pessoas são determinados pelas posições sociais, pelas instituições, pelos lugares que ocupam em determinados discursos e, ainda, pelos lugares que ocupam na interseção dos grupos sociais (KRESS, 1989). Em outras palavras, os textos que produzimos são determinados pela história discursiva de cada um de nós.

A discussão sobre gêneros discursivos vem se desenvolvendo à medida que a área de análise do discurso tem expandido suas pesquisas, tentando examinar diferentes tipos de textos produzidos em diferentes contextos situacionais por diferentes comunidades discursivas com diferentes propósitos comunicativos.

Para Bakhtin (2003), os gêneros não deveriam ser compreendidos como simples formas estanques, pois são constituídos a partir de uma dimensão sociocultural, situados em um determinado tempo e espaço.

Deve-se considerar o gênero como um meio social de produção e de recepção do discurso. Para classificar determinado enunciado como pertencente a dado gênero, é necessário que verifiquemos suas condições de produção, circulação e recepção. E, ainda, é de extrema relevância observar que o gênero, como fenômeno social, só existe em determinada situação comunicativa e sociohistórica.

Reafirmando o conceito bakhtiniano, os gêneros se constituem historicamente a partir de novas situações de interação verbal, possuem uma dimensão lingüístico-textual e uma dimensão social, pois, como anteriormente exposto, cada gênero está vinculado a uma situação de interação com uma determinada finalidade discursiva. Ou seja, os enunciados pertencem a determinada esfera da atividade humana, são devidamente localizados em um tempo e espaço (condição sociohistórica) e dependem dos indivíduos envolvidos e de suas intenções enunciativas. Para Bakhtin (2003), os gêneros se constroem por meio da estabilização relativa de tema, estilo e composição de enunciados. Tema pode ser entendido como conteúdo tematizado que se desenvolve no gênero a partir da sua interação. Já o estilo do gênero é determinado por diferentes recursos léxico-gramaticais que estão de acordo com o tema e com a composição do gênero em uma dada esfera social. Está vinculado a unidades temáticas e a unidades composicionais. Quanto à composicionalidade, esta pode ser entendida como sendo a forma do gênero na qual os enunciados são construídos nos diferentes tipos de interação. Assim, o autor ressalta a compreensão dos gêneros enquanto reguladores, regularizadores e legitimadores das ações sociais, estas mediadas pela linguagem através dos enunciados na interação verbal. Desse modo, os gêneros apresentam-se como dados de reconhecimento de práticas sociais, já que, “ao ouvir a palavra do outro, sabemos de imediato o gênero” (BAKHTIN, 2000, p. 302).

Podemos concluir, então, com o referido autor, que as três características que definem um gênero – plano composicional, estilo verbal e conteúdo temático – “...fundem-se no todo do enunciado e todos eles são marcados pela especificidade de uma esfera de comunicação” (BAKHTIN, 1992, p. 277).

O autor enfatiza essa relativa estabilização dos gêneros e a sua ligação com a atividade humana, pois, como já salientado, os gêneros estão vinculados à situação social de interação e, por isso, assim como os enunciados individuais, são constituídos de duas partes: a dimensão lingüístico-textual e a dimensão social. Todo e qualquer texto possui um formato apreendido e praticado culturalmente, que torna possível, em uma situação de troca, a comunicação entre os indivíduos.

Na concepção bakhtiniana, os gêneros possuem características próprias que delimitam o enunciado. Sabe-se quem fala e/ou para quem fala, a partir do gênero discursivo que ele emprega. Nesse sentido, o enunciado estabelece uma relação complexa entre o campo formal e não formal, entre a experiência e a consciência, como também entre os diferentes gêneros discursivos.

Segundo Bakhtin (1997), a forma do gênero é factual e instável, oposta à forma da língua, mas não sobrevive sem esta, sua peculiaridade aplica-se sempre a algum tipo de atividade humana e se faz útil no que diz respeito à comunicação e à organização não linear de significados de uma determinada cultura.

Um gênero discursivo é, portanto, parte de um repertório de formas disponíveis no movimento de linguagem e comunicação de uma sociedade. Dessa forma, só existe relacionado à sociedade que o utiliza.

É a competência sociocomunicativa dos falantes que os leva à detecção do que é ou não adequado em cada prática social. A prática das situações de comunicação e o contato com os diferentes gêneros que surgem na vida cotidiana exercitam a competência lingüística do falante/ouvinte produtor de enunciados. Assim, convém reiterar, é fundamental percebermos o gênero como um produto social e como tal, heterogêneo, variado e suscetível a mudanças.

Os gêneros, segundo Bakhtin (1997), podem ser separados, a princípio, em dois grupos: gêneros primários, que são aqueles que fazem parte da esfera cotidiana da linguagem e que podem ser controlados diretamente pela situação discursiva, tais como bilhetes, cartas, diálogos, relato familiar, e gêneros secundários, que são textos, geralmente mediados pela escrita, que fazem parte de um uso mais oficializado da linguagem, textos que exigem maior reflexão por parte do produtor e fogem ao imediatismo das situações corriqueiras, dentre eles, o romance, o teatro, o discurso científico.

Os gêneros apresentam uma progressiva complexidade e podem passar de primários para secundários, tornando-se, assim, instrumentos para novas construções.

“Os gêneros primários, ao se tornarem componentes dos gêneros secundários, transformam-se dentro destes e adquirem uma característica particular: perdem sua relação imediata com a realidade existente e com a realidade dos enunciados alheios” (BAKHTIN, 1992, p. 281).

O estilo do gênero também será modificado de acordo com o estilo próprio de cada falante. Há gêneros mais propícios a essa modificação e que revelam mais livremente a individualidade de quem fala, como alguns dos gêneros orais e literários.

São as características comuns a tais textos que lhes conferem particularidades e possibilitam um agrupamento e uma identificação por gêneros. Deve-se, ainda, ressaltar a importância do contexto político e ideológico em que são produzidos os textos e considerar, portanto, a ausência de neutralidade nos mesmos.

Ignorar essa natureza do enunciado e as particularidades de um gênero, segundo Bakhtin (2003), pode tornar vagos os estudos lingüísticos. Isso explica, de certo modo, a concepção dialógica, do autor, para os gêneros, na qual o contexto de produção e o contexto de consumo desses enunciados serão extremamente importantes para a compreensão do todo.

Dadas as preocupações assumidas para este trabalho, cabe considerar a relevância de se construir uma matriz teórica que inclua os estudos sobre os gêneros discursivos, sobretudo a partir do ponto de vista bakhtiniano.

É possível, pois, categorizar os gêneros considerando-se sua função comunicativa ou as funções comunicativas neles predominantes; por exemplo, no domínio discursivo jornalístico, segundo Beltrão (1980), os textos classificam-se em informativos, opinativos, interpretativos e diversionais, obedecendo às seguintes funções comunicativas: informar, orientar e divertir. Os editoriais e os textos de opinião, que dizem respeito a este trabalho, pertencem ao grupo dos textos opinativos e, conseqüentemente, cumprem a função de orientar.

Grillo (2004) pondera que as dimensões que constituem o contexto lingüístico para Bakhtin acabam por originar os gêneros discursivos, ou seja, ao utilizarmos a

língua, elaboramos diferentes tipos de enunciados relacionados e destinados a diferentes situações comunicacionais. Nessa medida, as diversas situações sociais e o modo como a linguagem é utilizada serão fundamentais para a classificação dos gêneros. Assim sendo, cada enunciação torna-se única; no entanto, não poderá ser considerada como individual, pois a enunciação é, acima de tudo, de natureza social.

Com base nesse ponto de vista, será de suma importância, neste trabalho, observar as condições de produção dos editoriais e dos artigos de opinião a fim de verificar a natureza do enunciado em sua enunciação.

Em certa consonância com a visão de Bakhtin, Bazerman (2005) argumenta que os processos de tipificação contribuem para criar padrões comunicativos, o que faz com que a mensagem seja mais facilmente compreendida. Tais formas tipificadas emergem como gêneros. A partir desse conceito, o autor nos fornece a definição de conjuntos e de sistemas de gênero: os primeiros como uma coleção de tipos de textos que uma pessoa tende a produzir; os segundos, como os conjuntos de gêneros utilizados por pessoas que trabalham juntas de uma forma organizada.

Alinhando-nos ao ponto de vista de Marcuschi (2002) e ainda à luz da teoria bakhtiniana, assumimos, neste trabalho, que os gêneros discursivos surgem emparelhados às necessidades e atividades socioculturais e que a análise de tais gêneros evidencia a relação entre a identidade de um texto e o seu meio de produção.

As situações socioculturais estabelecidas pelo contato com esses diferentes gêneros discursivos constituem-se em um bom exemplo para analisarmos as situações comunicativas estabelecidas entre os homens e a sociedade em que vivem.

1.1.1 Gênero discursivo e suporte

Segundo Marcuschi (2003), o suporte de um texto é um elemento significativamente importante para que o gênero possa circular nos meios sociais, pois cada gênero necessita de um suporte adequado, ainda que nem sempre determinante para a sua natureza. Nas palavras do autor, temos que “suporte de um gênero é uma superfície física em formato específico que suporta, fixa e mostra um texto” (MARCUSCHI, 2003, p. 8).

Tomemos o nosso *corpus* para uma breve reflexão. Os artigos de opinião selecionados para o trabalho que se apresenta foram retirados de diferentes seções do jornal, o que pressupõe algumas diferenças em relação às características no suporte de cada um dos textos. O próprio editorial poderia ser tomado como um artigo de opinião se encontrado em um caderno ou seção do jornal diferentes daqueles em que ele é usualmente publicado, visto que a natureza dos textos opinativos apresenta semelhanças. Assim, a natureza de um gênero não pode, evidentemente, ser definida pelo suporte, mas este tem influência, principalmente, no modo como o texto é recebido em seu meio de circulação.

Devemos, pois, considerar, além de todos os aspectos que envolvem a natureza de um gênero, o seu suporte e, ainda, a relação que se estabelece entre gênero e suporte, já que os mesmos gêneros podem estar, muitas vezes, em diferentes suportes, o que, possivelmente, altera o modo de recepção de um texto.

1.2 Interação, dialogismo e polifonia

Faraco (2006, p. 67) afirma que o diálogo deve ser entendido como “espaço de luta entre as vozes sociais”, sendo composto por três elementos: o falante, o interlocutor e a interação entre ambos. Nesse sentido, deve-se considerar a língua como o produto da interação entre duas ou mais pessoas. Assim, segundo Bakhtin (1997), o dialogismo é constitutivo da linguagem, pois mesmo entre produções monológicas observamos sempre uma relação dialógica. Como o gênero está presente em todo esse conjunto acima apresentado, diga-se, portanto, que todo gênero é dialógico.

Bakhtin acredita ser o diálogo uma interação entre os indivíduos que se influenciam mutuamente através da linguagem, partindo do pressuposto de que é na minha relação com o outro que eu me constituo enquanto ser histórico e social. Considerar o princípio dialógico das enunciações significa considerar uma nova maneira de perceber os interlocutores de uma atividade comunicativa, que, ao contrário do monologismo, privilegia indivíduos e estruturas sociais, pressupõe as interações dos sujeitos falantes em contextos socioculturais.

De acordo com a teoria bakhtiniana, o dialogismo reafirma a natureza sociocultural do enunciado e destaca, ainda, a natureza da interação e o aspecto sociocultural, nos quais as interações se realizam, pois segundo Bakhtin, toda enunciação é um ato responsivo.

Nessa perspectiva, as noções de emissor e receptor merecem um significado mais amplo. Em vez de se constituírem apenas como agentes de emissão e recepção de mensagens, eles são compreendidos como seres sociais construídos e constituídos pelas interações sociais. É nesse sentido que podemos interpretar o dialogismo como sendo o elemento essencial para a ação interdiscursiva da linguagem.

Na interação verbal, constitui-se um processo de dialogização interna e cada palavra é influenciada pela palavra do outro. Como acrescenta Fiorin (1996), o enunciador, para constituir um discurso, leva em conta o discurso de outrem, que está presente no seu.

Conforme pondera Brait (2000), para apreender o conceito bakhtiniano de dialogismo, é necessário analisar o princípio da heterogeneidade, isto é, a linguagem é heterogênea, pois o discurso é constituído a partir do discurso do outro. A heterogeneidade pode ser constitutiva ou mostrada. A primeira é aquela que não se mostra no próprio discurso; já a segunda é a inscrição do outro no discurso, alterando sua ‘aparente’ unicidade. Segundo Authier (1982, *apud* BRAIT, 2000), a heterogeneidade mostrada pode ser flagrada por meio de marcas lingüísticas, denunciando a presença do outro explicitamente; já na heterogeneidade constitutiva, o outro está inscrito no discurso, mas sua presença não é explicitamente demarcada. Para Bakhtin (2000), o importante é a heterogeneidade constitutiva, pois esta encontra-se presente no âmbito dos discursos.

Em função das características de pluralidade e de alteridade que permeiam as trocas discursivas, Bakhtin ressalta a intertextualidade dos discursos, já que todos os enunciados estão marcados por diferentes vozes oriundas de diversos falantes e de diferentes contextos.

O termo “voz” é utilizado por Bakhtin para se referir à consciência falante presente nos enunciados. A característica básica dessa consciência falante é sempre emitir um juízo de valor, uma visão de mundo. “A emoção, o juízo de valor, a expressão são coisas alheias à palavra dentro da língua, e só nascem graças ao

processo de sua utilização ativa no enunciado concreto” (BAKHTIN, 2000, p. 311). O termo dialogismo, por sua vez, aplica-se ao princípio dialógico constitutivo da linguagem, responsável pela construção de sentido do discurso.

Associada à idéia de dialogismo, está a polifonia, que se caracteriza pela presença de diversas vozes no discurso. Na polifonia, pode-se perceber o dialogismo por meio das muitas vozes presentes no discurso. Nas palavras de Koch (1987):

“A noção de polifonia (...) pode ser definida como a incorporação que o locutor faz ao seu discurso de asserções atribuídas a outros enunciadore ou personagens discursivos – ao(s) interlocutores, a terceiros ou à opinião pública em geral” (KOCH, 1987, p. 142).

Bakhtin (2005), em seus estudos sobre Dostoievski, introduz a concepção de polifonia para caracterizar o romance do mencionado escritor. Contudo, foi Ducrot (1987) quem trouxe o termo para a lingüística com o objetivo de identificar o(s) posicionamento(s) que se inserem nos enunciados.

A discussão proposta por Ducrot (1987) a respeito da polifonia demonstra que o que está explícito através das formas lingüísticas não é o único componente da construção do sentido do texto. O princípio da heterogeneidade, já mencionado neste trabalho e também abordado por Ducrot, revela-nos que é um equívoco pensar em uma unicidade do sujeito comunicante, isto é, ele não é a única fonte do seu dizer (MORAES, 2001). Em Ducrot (1987), a noção de unicidade do sujeito também é contestada, já que o autor distingue o sujeito falante dos locutores e dos enunciadore. A polifonia e, conseqüentemente, a pluralidade de vozes utilizadas na comunicação lingüística relacionam-se às estratégias argumentativas utilizadas pelo sujeito comunicante. Argumentar, então, pode significar a possibilidade de esse sujeito comunicante influenciar na formação e/ou mudança de opinião de um interlocutor.

1.3 Discurso, enunciação e cena enunciativa

Segundo Bakhtin (1997), é o gênero que garante a comunicação aos falantes de uma língua, pois permite uma economia cognitiva entre os interlocutores por meio da qual o reconhecimento de características particulares que distinguem um gênero de outro estabelece as bases do entendimento com o leitor.

Conforme salientado, esses gêneros discursivos estão submetidos a algumas coerções, que vão sendo modificadas pela sociedade, de acordo com as necessidades, sendo todo dito determinado, em grande parte, pelo lugar onde é enunciado. Desse modo, considerando-se a dimensão social como parte constitutiva do enunciado, este pressupõe, então, produtor, destinatário e finalidade discursiva, vinculando-se a uma situação de interação, dentro de uma determinada esfera social. A situação de interação e um enunciado compreendem, por sua vez, dimensões constitutivas essenciais para a compreensão do sentido desse enunciado.

Para compreender esse movimento, aliamos aos conceitos bakhtinianos alguns conceitos teóricos de Maingueneau (2001), para quem a perspectiva enunciativa estabelece alguns parâmetros específicos a fim de que haja interação. Conforme o autor, a situação de enunciação não está dentro do limite das circunstâncias empíricas de produção de enunciado, mas sim no campo de ação que serve como referência à enunciação propriamente dita, na qual os personagens principais são enunciador e co-enunciador, e os elementos espaciais e temporais são eu/você e aqui/agora.

Ainda na perspectiva enunciativa, recorreremos às noções de competência genérica e competência enciclopédica, propostas por Maingueneau (2001), compreendendo a primeira o domínio das leis e dos gêneros discursivos, e a segunda, o domínio dos conhecimentos acumulados; cabe ao leitor, portanto, apreender os sentidos do texto a partir do enunciado e, assim, fazer uso de suas competências.

Segundo Benveniste (1970, p. 87), “o que caracteriza a enunciação é a acentuação da relação discursiva com o parceiro, seja este real ou imaginário, individual ou coletivo”. Os dois participantes alternam as funções, caracterizando-se como parceiros e/ou protagonistas em uma situação de enunciação. Em decorrência disso, será criada uma relação intersubjetiva entre as pessoas do enunciado.

Sempre que o indivíduo toma a língua e lhe dá vida, de acordo com essa perspectiva, esse ato é único. Analisando esse mecanismo de apropriação das formas

da língua pelo locutor, o qual o transforma em sujeito, podemos perceber que a língua é tomada como instrumento para a constituição do *eu* e também do *tu* na linguagem, não servindo apenas para a comunicação.

É essa noção de subjetividade que a Análise do Discurso vem resgatar, especialmente pela contribuição de Michel Foucault (1995), ao definir o conceito de dispersão. Sob essa perspectiva, indivíduo e sujeito não são a mesma coisa. Um indivíduo se fragmenta em muitos sujeitos, e é o sujeito que fala de um lugar específico. Não temos consciência, na maioria das vezes, de que nos colocamos como sujeitos diferentes em nossos discursos. Essa mobilidade constante, própria do discurso, é caracterizada por Foucault como dispersão.

Conforme assinala Althusser (1985, p. 96), “toda ideologia interpela os indivíduos concretos enquanto sujeitos concretos, através do funcionamento da categoria de sujeito”. Tornamo-nos sujeitos no processo e nos posicionamos desta ou daquela maneira. O sujeito, então, posiciona-se ocupando e definindo o lugar de onde fala. Essa interpelação é marcada, como nos lembra Bakhtin (1992), pelo contexto social de uma época e de um grupo.

Esse sujeito disperso expressa-se através do que Foucault (1971) delimitou como formações discursivas. Uma formação discursiva é comumente definida como aquilo que pode e deve ser dito, em oposição ao que não pode e não deve ser dito. O sujeito fala de um lugar, e este lugar pode ser diferente a cada nova fala:

“No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma **formação discursiva** (...). Chamaremos de **regras de formação** as condições a que estão submetidos os elementos dessa repartição (objetos, modalidades de enunciação, escolhas temáticas)” (FOUCAULT, 1995, p. 43-4).

A seleção de um gênero está relacionada ao objetivo do sujeito: assim, para cada objetivo comunicativo proposto será selecionado um gênero apropriado para atender às especificidades do contexto situacional.

Podemos pensar, então, que se estabelece um espaço-texto que será preenchido pelo(s) enunciado(s) selecionado(s) e não selecionado(s) pelo produtor no momento da enunciação⁵.

Na verdade, ao utilizarmos a língua, selecionamos um determinado gênero, ainda que possamos não ter consciência disso. É enorme a variedade dos gêneros discursivos. Além disso, tal variedade abrange tanto situações de comunicação oral como de escrita.

À luz do quadro aqui assumido, um enunciado sempre pressupõe outros enunciados; ele não é o primeiro nem o último, é apenas o elo de uma cadeia.

A oração, unidade da língua, nos termos de Bakhtin (1997), dentro de um contexto (dentro do todo da enunciação) adquire sua plenitude de sentido. Ao escolher uma oração, temos em vista a totalidade dos enunciados que se apresentam em nossa imaginação discursiva.

O conceito bakhtiniano de língua como interação social reacende, nos estudos da linguagem, a reflexão sobre a noção de sujeito e sua importância no processo enunciativo. O conceito de língua como um sistema neutro é abandonado e passa-se a ver a língua como o lugar das manifestações enunciativas.

Na perspectiva de Benveniste (1989, p. 82), o único modo de fazer o discurso funcionar é pela intervenção do sujeito, e de sua subjetividade: “A enunciação é este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização”. No entanto, no ato enunciativo, o sujeito define não só a posição *eu*, mas também a do *tu*. Dessa forma, o sujeito é constitutivo do próprio ato de produção da linguagem, ele é *co-enunciador* do texto e não um mero decodificador de mensagens. Ele desempenha um papel fundamental na construção do significado. Logo, um enunciado deve ser analisado levando-se em conta sua orientação para *o outro*.

A noção de recepção/compreensão ativa proposta por Bakhtin (1997) ilustra o movimento dialógico da enunciação. Só somos alguém em relação ao outro, é a partir

⁵ Segundo Bakhtin (1997), o discurso é uma relação de “internalização” (discurso interior) e de “externalização” (enunciação).

do reconhecimento, da diferenciação ou da estranheza que se constitui o caráter dialógico da linguagem. De acordo com Bakhtin (1986, p. 113), “a palavra é uma espécie de ponte lançada entre mim e os outros”.

Fundamentados, especialmente, no fato de não sermos a fonte única de nossos discursos, e considerando-se a compreensão das formações ideológicas, dizemos que um discurso é sempre um efeito de sentido. Como podemos bem observar nas palavras de Brandão (1998, p. 43):

“...o sujeito, movido pela ilusão do centro, pela ilusão de ser a fonte do discurso, por um processo de denegação, localiza o outro e delimita o seu lugar para circunscrever o próprio território”.

No domínio discursivo jornalístico, esse conjunto de vozes pode ser identificado em muitos momentos. É comum que o jornalista, muitas vezes, assuma as perspectivas de enunciação de outros sujeitos. No momento em que produz o texto, o sujeito considera-se o dono desse discurso e interioriza, assim, um discurso alheio. Todo discurso é um encontro de muitas vozes e o silêncio é essencial à formação dos sentidos: “o que nos indica que para dizer é preciso não-dizer (uma palavra apaga necessariamente as ‘outras’)” (ORLANDI, 1995, p. 37).

O silêncio diz respeito ao enunciador e ao sentido por ele atribuído e que pode ser tão ou mais significativo que o dito.

Um locutor enuncia em função da existência (real ou virtual) de um interlocutor, querendo obter do mesmo uma atitude responsiva. Ao recebemos uma enunciação significativa, é-nos proposta uma réplica: concordância, apreciação, ação, etc. Compreendemos, portanto, a enunciação nesse movimento dialógico dos enunciados, confrontando, assim, os nossos dizeres com os dizeres alheios.

A compreensão dos textos, portanto, não equivale ao reconhecimento da forma lingüística, nem a um processo de identificação; o que importa é a interação dos significados das palavras e o seu conteúdo ideológico, não apenas do ponto de vista enunciativo, mas também do ponto de vista das condições de produção e da interação locutor/interlocutor.

Assim, o discurso escrito (bem como o oral) é parte integrante de uma discussão ideológica, pois ele responde, refuta e/ou confirma algo. Nessa perspectiva, o diálogo, tanto exterior, na relação com o outro, como no interior da consciência, ou escrito, realiza-se na linguagem. Bakhtin considera o diálogo como as relações que ocorrem entre interlocutores, em uma ação histórica compartilhada socialmente, isto é, que se realiza em um tempo e local específicos, mas sempre mutáveis, devido às variações do contexto. A essa discussão associa-se a idéia da formação de repertórios, os quais, para Bakhtin (2003), dizem respeito a formas de vida em comum relativamente regularizadas, reforçadas pelo uso e pela circunstância. Desse modo, as formas estereotipadas respondem por um discurso social que as consolida.

Os tipos de discurso são determinados pelas situações sociais nas quais os indivíduos expressam sentimentos e posicionamentos próprios. Para cada situação, uma diferente prática discursiva é exercida. Os discursos estão, pois, vinculados a grupos sociais culturalmente estabelecidos e reconhecidos na comunidade. Assim sendo, a relação de diálogo se estabelece entre produtor e leitor a partir do exercício do ato de linguagem.

Conforme nos aponta Bonini (2003, p. 74):

“A linguagem enquanto discurso não constitui um universo de signos que serve apenas como instrumento de comunicação ou suporte de pensamento: a linguagem enquanto discurso é interação, e um modo de produção social; é um lugar de conflito, de confronto ideológico, não podendo ser estudada fora da sociedade uma vez que os processos que a constituem são histórico-sociais”

A interação pela linguagem pressupõe não só que se alcancem objetivos predeterminados em relação ao sentido atribuído ao texto, mas também que se estabeleça cumplicidade com o leitor através da elaboração argumentativa no interior do texto. Vista desse modo, a argumentatividade entranha-se na estrutura da língua e funciona como suporte nos enunciados. Assim, observar os efeitos de determinada

estrutura e não de outra, produzidos no discurso nos permitirá avaliar a organização intencional do produtor.

Cabe ressaltar, tendo em vista essa discussão, que, na presente pesquisa, não será abordada a recepção de texto propriamente dita, mas como se desenha este leitor para o produtor dos textos no momento da produção.

Adotando uma visão interacionista sobre a produção do texto, Bronckart (2003) acredita que as ações de linguagem desenvolvem-se nas interações sociais, criando, assim, representações sociais. Essas representações emergem tanto do mundo objetivo, quanto do mundo social e subjetivo dos indivíduos e terão grande influência na determinação do conteúdo temático abordado nos textos.

Assim, para Bronckart (2003), são dois os fatores que influenciam o texto em sua forma: o fator físico, formado pelo local e tempo em que ocorre a produção, quem produz e quem recebe o texto; e o fator sociossubjetivo, formado pelo lugar social e pelas representações sociais, pelos objetivos e pelo conteúdo temático de quem produz e de quem recebe o texto. Ressaltamos que o aspecto sociossubjetivo é também abordado por Bakhtin (2003), para quem o texto é considerado como um enunciado, produto das interações que constituem a unidade de estudo da língua em um processo de comunicação contínua.

Segundo Fairclough (2001, p. 91), a concepção de discurso enquanto prática social constitui “um modo de ação, uma forma em que as pessoas podem agir sobre o mundo e especialmente sobre os outros, como também um modo de representação”. Ainda para o autor, as escolhas sobre modelo e estruturas lingüísticas correspondem a “escolhas sobre o significado (e a construção) de identidades sociais, relações e conhecimento e crença” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 104).

Retornando ao pensamento de Bakhtin (2003), observamos que o ouvinte/leitor, ao compreender o significado do discurso, gera, em relação a ele, uma ativa posição responsiva quando discorda ou concorda com ele. Então, a interação verbal realiza-se através de enunciados, que são tão variados, heterogêneos e complexos quanto as próprias atividades do homem. A dimensão comunicativa da linguagem justifica, pois, que os textos representam aquisições acumuladas pelos grupos sociais, constituindo-se, assim, no principal instrumento de interação social.

Então, as relações que se estabelecem entre as pessoas e a sociedade podem estruturar, determinar e/ou transformar as relações de domínio e poder.

No que toca ao discurso jornalístico, a informação, “num enquadre opinativo, é o fato comentado e avaliado numa argumentação demonstrativa” (MEDINA, 1988, p. 70). Em outras palavras, a valoração de acontecimentos sociais pela imprensa implica a seleção de alguns recursos lingüísticos que possam propiciar a defesa de pontos de vista bem como ainda a condução de julgamentos que tenham como conseqüência direta a formação e/ou manutenção de opiniões. O discurso não é, pois, apenas uma manifestação individual, mas sim uma forma de prática social determinada por estruturas sociais que podem instituir ou não mudanças. É visto, dessa forma, como uma interação entre os participantes de um evento comunicativo (FAIRCLOUGH, 1995b, p. 18).

Não se pode perder de vista que os discursos estão associados a instituições e manifestam os pontos de vista socialmente determinados pelas instituições que os originam, bem como conduzem sentidos sobre a natureza de tais instituições (REBELO, 1999). Tal processo envolve a produção de textos que são também responsáveis pela formação de uma prática sociocultural, como a veiculação de textos no domínio midiático.

Ao considerar a linguagem como sendo uma forma de ação dos sujeitos envolvidos no ato comunicativo, podemos assumir, também, que o sentido é uma construção social a partir da interação e dos processos enunciativos que ocorre entre os sujeitos. Para Charaudeau (1992), os sujeitos participantes do ato comunicativo estabelecem um acordo comunicativo, o qual pressupõe que os sujeitos envolvidos compartilhem as práticas sociais já estabelecidas e as representações languageiras dessas práticas. O autor propõe articular a identidade e os papéis sociais envolvidos em um ato de linguagem com as dimensões lingüísticas que o caracterizam, ou seja, com as propriedades formais e semânticas do discurso em questão.

O discurso é constituído pela enunciação, e, portanto, será definido como um processo semiótico, englobando fatos situados no eixo sintagmático da linguagem. A enunciação é, por essência, histórica e, portanto, nunca se repete. Ela é considerada um ato singular e, por esse motivo, não pode ser estudada, pois isso violaria o princípio da imanência, presente na base da constituição da lingüística como ciência

autônoma (FIORIN, 2002, p. 31). Propõe-se, então, que ela seja estudada pelo seu produto: o enunciado. A enunciação individual não independe do corpo das enunciações coletivas que a precedem. Ela se utiliza dos sentidos culturalmente estabelecidos para construir o seu próprio sentido. O enunciador não produz discursos verdadeiros ou falsos, mas constrói discursos que criam efeitos de sentido. “O discurso não tem apenas um sentido ou uma verdade, mas uma história”, (FOUCAULT, 1986, p. 146).

No entanto, dizer que o discurso é, sobretudo, histórico implica necessariamente pensar na relação entre o discursivo e o não discursivo, na impossibilidade de separar o que é interno e o que é externo aos enunciados. Em um trecho de *A arqueologia do saber*, Foucault, define discurso como:

‘...um bem finito, limitado, desejável, útil que tem suas regras de aparecimento e também suas condições de apropriação e de utilização; um bem que coloca, por conseguinte, desde sua existência (e não simplesmente em suas ‘aplicações práticas’) a questão do poder; um bem que é, por natureza, o objeto de uma luta, e de uma luta política’ (FOUCAULT, 1986, p. 139).

Adotando o ponto de vista mencionado como suporte para as nossas análises, ressaltaremos, nesse momento, Fairclough (2001), que defende o discurso como prática política que, por sua vez, estabelece, mantém e/ou transforma as relações de poder; e como prática ideológica que constitui, mantém e/ou modifica as diversas manifestações nas/das relações de poder.

Ainda para o autor, os sujeitos sociais não somente se moldam nas/pelas práticas discursivas, como também são capazes de remodelar e reestruturar essas práticas.

Ao considerarmos as condições de produção de um discurso, pensaremos nas circunstâncias da enunciação, bem como no seu contexto imediato e no contexto sociohistórico e ideológico. Para Orlandi (2000), as condições de produção do discurso compreendem fundamentalmente os sujeitos e a situação, além da memória, que será tratada, em relação ao discurso, como interdiscurso. O interdiscurso

específica, segundo Pêcheux (1999), as condições nas quais um acontecimento histórico emerge na exterioridade desse discurso, pois um discurso aponta para outros discursos que se enredam. Assim, o lugar do qual fala o sujeito e as condições de produção do discurso implicam o que é material, o que é institucional e o mecanismo imaginário. O sentido é, então, determinado pelas posições ideológicas no processo sociohistórico em que as palavras são produzidas. As palavras não existem em si mesmas, elas mudam de sentido segundo posições sustentadas por aqueles que as empregam. Independentemente, pois, do entendimento do texto, o essencial é compreendê-lo como discurso produzido.

A elaboração de um determinado texto não é um ato isolado, mas um ato em conjunto, em que o leitor também faz parte da construção textual. Ao construir um texto, o autor o faz embasado na representação do leitor ou de um determinado grupo social ao qual se dirige, fato que, conseqüentemente, define o formato do texto.

No que se refere aos textos selecionados para o estudo que se apresenta, o autor assume o papel social de editorialista ou de articulista, momento em que passa de figura empírica para figura discursiva que “diz”. Ele passa a “dizer”, então, de um certo lugar social determinado pela instituição jornalística para a qual trabalha ou apenas escreve como convidado. De certa forma, apaga-se o sujeito empírico, o indivíduo real, para dar lugar ao sujeito institucionalizado. Tanto um editorialista quanto um articulista podem expressar, além da própria opinião, a opinião de outros enunciadorees.

1.4 As marcas de subjetividade

É na/pela linguagem que o homem se constitui como sujeito. Subjetividade é, pois, a capacidade que o locutor possui para se constituir como sujeito. Pondere-se, contudo, que a consciência de si mesmo apenas é possível se experimentada pelo contraste. Essa condição de diálogo é que é constitutiva do sujeito, pois, implica reciprocidade. A linguagem é, pois, a concretização da subjetividade e é o discurso que permite a expressão dessa subjetividade.

Como assinalado, o sujeito de Bakhtin se constitui na e através da interação, reproduzindo em sua fala e em sua prática seu contexto imediato e social. Em Bakhtin, o sujeito depende do outro e outras vozes o constituem. Para Pêcheux

(1975, *apud* Maingueneau, 1991, p. 92), “o sujeito é denominado pela formação discursiva na qual ele inscreve seu discurso”. Com a idéia de formação discursiva abordada por Foucault, que, da mesma forma que Althusser, se opunha à noção clássica de um sujeito autônomo, passou-se a defender a concepção de sujeito como uma posição ocupada por um indivíduo em um enunciado (SARFATI, 1997). Pêcheux (1975) direcionou seus questionamentos para a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso. Além da influência da abordagem althusseriana, o autor traz marcas lacanianas, “pensando na relação da língua, de um lado, com a *lalangue* (o inconsciente) e, de outro, com o interdiscurso (a ideologia)” (ORLANDI, 1996, p. 63). Conforme citação de Orlandi (2001):

“...é dando lugar às sistematicidades lingüísticas, considerando-as entretanto como vestígios e distinguindo o modo como elas são escritas/descritas, que a Análise do Discurso, trabalhando o ponto de articulação da língua com a ideologia, no discurso, expõe o modo como se produzem as ilusões dos sujeitos e dos sentidos, pois é no domínio de articulação lingüístico-ideológica que se produzem tanto os pontos de estabilização referencial quanto os de subjetivação” (ORLANDI, 2001, p. 48).

Do ponto de vista das relações sociais, os seres humanos são, de certa forma, fundadores dessas relações, considerando-se, entretanto, como intersubjetiva a vivência dessas relações. Ao se relacionarem, os sujeitos vão construindo suas identidades, reconhecendo-se, a partir das representações sociais, como atores sociais. Os sentidos circulam, então, no interior de uma mesma formação discursiva ou no cruzamento de duas ou mais formações discursivas. Ainda por Bakhtin, podemos refletir com a citação:

“...Em uma palavra, em toda **enunciação**, por mais insignificante que ela seja, renova-se sem cessar essa síntese dialética viva do psíquico e do ideológico, da vida interior e da vida exterior. Em todo ato de fala, a atividade mental subjetiva se dissolve no fato objetivo da enunciação organizada, enquanto que a palavra enunciada se subjetiva no ato de ‘decodagem’ que deve cedo ou tarde provocar a ‘encodagem’ de uma réplica” (BAKHTIN, 1981, p. 66).

É, portanto, essa atividade mental subjetiva, integrada ao fato objetivo da enunciação, que constitui o plano discursivo do texto. Essa perspectiva deixa a evidência de que não há como falar de enunciação sem texto, da mesma forma que não há como se pensar em sujeito sem linguagem nem linguagem sem sujeito (GREIMAS *et al.*, 1979). A partir dessa perspectiva, destacamos Bakhtin (1981, p. 154), para quem:

“...a língua não existe por si mesma, mas somente em conjunção com a estrutura individual de uma enunciação concreta. É apenas através da enunciação que a língua toma contato com a comunicação, imbui-se do seu poder vital e torna-se uma realidade”.

As perspectivas dialógica e polifônica atribuem à linguagem um poder vital, um poder que Bakhtin (1981, p. 125) metaforiza ao definir a enunciação “como uma ilha emergindo de um oceano sem limites, o discurso interior”. As dimensões e as formas dessa ilha são determinadas pela situação da enunciação e por seu auditório.

Ao analisarmos um texto não deparamos simplesmente com a manifestação de um sujeito, mas sim com a não-unicidade desse sujeito, uma vez que o sujeito da linguagem não é um sujeito em si, ele é, ao mesmo tempo, falante e falado, pois é através dele que outros ditos se dizem. Nessa perspectiva, a noção de sujeito confronta-se com a abordagem de sujeito desenvolvida por Benveniste, que se aproxima da concepção tradicional, na qual o ‘eu’ seria absolutamente determinado de fora, regido pelo ‘outro’ que o constitui. Diferentemente, pois, dessa visão, calcada na idéia da pluralidade de vozes que se enfrentam nos textos, é a concepção pela qual é introduzida a presença do ‘outro’ no discurso, a qual é adotada neste trabalho.

Analisar o processamento discursivo significa tomar como objeto de estudo as condições de produção de um enunciado e alguns fatores que definem a enunciação, como a intenção do enunciador; a imagem que o enunciador faz do seu interlocutor e vice-versa; o conhecimento prévio e enciclopédico compartilhado pelos interlocutores; e a situação de interlocução.

Toda atividade textual vislumbra uma pluralidade de interpretações, pois a compreensão de um texto é construída com as intenções do produtor somadas à apreensão de seus possíveis significados, também desenhados no texto através das marcas lingüísticas.

O reconhecimento dessas marcas textuais, para Koch (1999), é essencial para a compreensão mais apurada de um texto. Para tanto, faz-se necessário observar aspectos como: os modos e tempos verbais, a topicalização, os operadores argumentativos, a estrutura do texto e a sua organização.

Koch (2003) afirma, ainda, que, se considerarmos o texto como lugar de interação de sujeitos sociais, reconheceremos nele um construto histórico e social, complexo e multifacetado, cujos segredos é preciso desvendar para compreender melhor esse “*milagre*” que se repete a cada nova interlocução – a interação pela linguagem⁶. Certamente, esses são elementos centrais deste trabalho.

⁶ Da mesma forma, Meurer (1994) afirma que o texto escrito deixa de ser uma atividade solitária que não possibilita interação, para se constituir em instrumento de manifestação da linguagem que não pode prescindir de uma dimensão social.

Capítulo 2

OS GÊNEROS EDITORIAL E ARTIGO DE OPINIÃO

Neste capítulo, apresentam-se e se discutem trabalhos que se voltam para a descrição dos dois gêneros que interessam ao estudo, com ênfase para aqueles que se preocupam com o caráter argumentativo-opinativo desses textos.

2.1 O editorial e o artigo de opinião no jornalismo

Surgido ainda no século XVII, o jornalismo de opinião transformou o jornalismo, antes comercial, “num palco de batalhas ideológicas, polêmicas, conflitos políticos, lutas e mobilizações sociais, instrumento de ataque e defesa de idéias” (MARSHALL, 2003, p. 78). Como consequência, a imprensa passa a ter força política e econômica. Pela sua capacidade de influenciar a sociedade, a imprensa conquista o rótulo de “o quarto poder” (MARSHALL, *op. cit.*).

As notícias passam a ser fruto de momentos de pura impulsividade, emoção e inspiração. Segundo Melo (1985), no Brasil, o jornalismo opinativo tinha uma característica marcante: o monolitismo. Nos periódicos brasileiros, era comum uma única pessoa exercer todo o quadro funcional opinativo da empresa. No entanto, com o passar do tempo, a imprensa evoluiu e tomou novas formas. Deixou de ser uma empresa individual para se tornar uma instituição complexa, formada por uma equipe. A nova organização, repleta de jornalistas, permitiu que se ampliasse o quadro opinativo da instituição (MELO, *op. cit.*).

Por outro lado, apesar de existir uma linha editorial para cada instituição, essa ampliação também fez refletir uma nova característica da imprensa: a fragmentação da opinião. A mudança do jornalismo, permitida historicamente, revela o novo comportamento e comprometimento desse campo discursivo, o qual, segundo Melo (*op. cit.*), passa a valorizar a circulação de diferentes pontos de vista.

A opinião da empresa, isto é, da instituição jornalística, além de se manifestar no conjunto da orientação editorial (seleção, destaque, titulação), aparece oficialmente no editorial. Além disso, no conjunto do jornal, a opinião de diferentes segmentos, mas obviamente aqueles que advêm de discursos que o jornal quer ou precisa colocar à mostra, apresenta-se sob a forma de comentário, resenha, coluna, crônica, caricatura e, eventualmente, artigo.

Os textos do domínio jornalístico, enquanto um determinado tipo de documentação, atuam no campo da comunicação. Os objetivos da documentação jornalística são tratar os fatos e informá-los. A informação jornalística escrita é apresentada na sua forma clássica, através de três formas principais: notícia, reportagem e editorial (DINES, 1977). Caracterizam-se pela atualidade dos fatos sociais sem se preocuparem com a estrutura científica da informação. Em geral, são solicitadas pelo usuário para inteirar-se de acontecimentos diários ou de uma determinada época. Por isso, a informação jornalística se constitui em instrumento utilizado tanto pelo cidadão comum como pelo pesquisador.

Van Dijk (1990), em um estudo da notícia como discurso, apresenta um novo enfoque para estudar as estruturas e as funções das notícias nos meios de comunicação. Para tanto, aponta a necessidade de uma investigação interdisciplinar que envolva análise lingüística, os discursos analítico, psicológico e sociológico do discurso informativo e dos processos jornalísticos.

Para Van Dijk (1996, p. 174), o discurso das notícias influencia e/ou determina o conteúdo e os princípios fundamentais de nossos conhecimentos e as representações sociais:

"Em suma, o discurso dos meios exerce um impacto nos conhecimentos, atitudes e ideologias sociais, apesar das diferenças sociais ou políticas dos leitores. Se nem sempre influi diretamente em nossas opiniões, bem pode ser que determine, em parte, os princípios e estratégias de nosso processamento social da informação".

De acordo com o autor, não é apenas o conteúdo das notícias que causa essa influência, mas também a estrutura em que elas são reportadas. Nessa medida, tem-se que a forma de dizer é que, de fato, produz o dito e, por isso, é elemento essencial quando se toma para reflexão o processo de produção de sentido.

A identificação dos gêneros no domínio jornalístico tem despertado grande interesse entre os pesquisadores. Melo (1984), em seu livro *A opinião no jornalismo brasileiro*, traça um estudo do jornalismo, mais especificamente, do jornalismo opinativo. O autor busca compreender as “propriedades discursivas”, descreve as peculiaridades da mensagem (forma, conteúdo) e destaca os avanços na análise das relações socioculturais entre emissor/receptor e das relações político-econômicas. Segundo Melo, o jornalismo opinativo é estudado por aqueles que procuram discernir entre dois fatores: a informação que os leitores, de certa forma, pressupõem que seja precisa e imparcial; e a opinião, que é utilizada para demonstrar o posicionamento da instituição ou, em particular, de um autor. Partindo desse ponto de vista, o referido autor propõe a classificação do jornalismo brasileiro em dois âmbitos: o da informação e o da opinião.

No âmbito do jornalismo informativo, são consideradas a nota, a notícia, a reportagem, a entrevista; já no jornalismo opinativo temos o editorial, o comentário, o artigo, a resenha, a coluna, a crônica, a caricatura, a carta.

Comparando esses dois níveis de relato jornalístico, pode-se dizer que, no jornalismo informativo, há uma versão dos fatos que ocorreram e/ou continuam ocorrendo; no jornalismo opinativo, tem-se uma versão dos fatos, o editorialista ou o articulista manifestam para o leitor uma opinião.

A divisão entre informação e opinião sugerida por Melo (1984) reflete-se a partir de classificações de jornais internacionais, como uma forma de dividir os assuntos abordados. A partir de então, propõe-se uma subcategorização de gêneros, tanto para opinião como para informação.

Pensando no discurso jornalístico e em como a mídia influencia a construção social da realidade em que vivemos, cabe lembrar que o discurso jornalístico é o responsável por grande parte dessa influência, pois é através, principalmente, de seu viés informativo-opinativo que o jogo comunicativo entre produtor e leitor se estabelece.

Para alguns autores, como Martinez-Albertos (1974), há três estilos no domínio discursivo jornalístico, cada qual com os seus gêneros: informativo, opinativo e ameno. Tanto o editorial quanto o artigo de opinião são produtos de um sujeito que escreve para outros sujeitos, em um dado momento, sobre um fato noticioso, atual e, muitas vezes, polêmico. Os editoriais e os artigos de opinião, portanto, são reconhecidos, dentro do domínio discursivo jornalístico, pelo estilo opinativo e suporte argumentativo com a finalidade de persuadir.

Os gêneros opinativos oferecem a opinião do autor e a sua posição em relação aos fatos, procuram convencer o leitor de que essa é a posição mais adequada ou correta. No que toca ao aspecto da autoria, o comentário, o artigo e a resenha pressupõem autoria definida, enquanto o editorial não. No entanto, no que diz respeito à temporalidade, o comentário e o editorial exigem continuidade e imediatismo, ao contrário da resenha e do artigo (CHAPARRO, 1998).

Tais textos caracterizam-se por expressar a opinião do jornal e a opinião da instituição que representam em relação aos acontecimentos, em geral, mais polêmicos. Como salientado, pode-se entender que o editorial é um texto que emite uma opinião, a do jornal. Diferentemente, o artigo de opinião emite a opinião de um autor, seja um jornalista, seja um colaborador.

Em geral, os textos opinativos, no domínio jornalístico, por abordarem temas polêmicos e atuais, podem propiciar ao leitor a concordância ou a discordância de opinião. Essa é a principal característica do artigo de opinião, ao contrário do editorial, que apresenta uma tendência mais expositiva, ainda que também calcada na argumentatividade.

2.2 O editorial

Conforme apresentado, o editorial é um dos muitos gêneros discursivos que pode ser encontrado nos jornais, expressando o ponto de vista da instituição a respeito de temas, notícias, reportagens, entrevistas ou pesquisas. O profissional encarregado por sua redação é denominado editorialista, e sua função é a de se posicionar sobre temas polêmicos e/ou noticiosos, manifestando sua adesão ou rejeição através de mecanismos/estratégias argumentativas. Pelo seu teor

argumentativo, obviamente, o editorial é classificado como um “gênero discursivo da ordem do argumentar” (DOLZ & SCHNEUWLY, 2004, p. 61). Pela mesma razão, tende a apresentar a exposição de idéias, justificativas, sustentações, negociações e conclusão.

Sob essa perspectiva, no editorial, o editorialista apresenta argumentos que pretendem induzir o leitor a aderir a um ponto de vista. Conforme assinala Araújo (2003), muito embora o editorial caracterize-se pela ausência de assinatura, há um indivíduo que o produz, um sujeito empírico do enunciado, o autor do texto. O editorialista é, na realidade, um porta-voz de vários enunciadores e locutores, pois utiliza a instituição como suporte e como meio para expor um determinado ponto de vista.

Melo (1985, p. 79) reforça a idéia de que o editorial “reflete o consenso de várias vozes que emanam dos diferentes núcleos”. Para o autor,

“cada editorial passa por um sofisticado processo de depuração dos fatos, e conferência dos dados, da checagem das fontes. A decisão é tomada pela diretoria, funcionando o editorialista, que se imagina alguém integrado na linha da instituição, como intérprete dos pontos de vista que se convencionam devam ser divulgados. Além disso, o contato com personalidades externas à organização significa a sintonização com as forças de que depende o jornal para funcionar ou cujos interesses defende na sua política editorial” (MELO, 1985, p. 81).

No editorial, a imagem do leitor, consumidor do jornal, é previamente desenhada, e os argumentos, construídos a partir dessa imagem, criando, assim, a estrutura argumentativa do texto, que se desenvolve a partir dessa interação. Nesse caso, não se pode perder de vista que temos aí também (e, talvez, sobretudo) uma relação comercial. Assim, ao editorialista caberá o papel de orientar o leitor a tomar uma posição, isto é, a adotar o ponto de vista da instituição jornalística; o editorial é, portanto, permeado pela ideologia dessa instituição, a qual considera os muitos pontos de vista que definem o perfil de seus leitores. Para Araújo (2002), os editoriais se apresentam sob um modelo, isto é, um formato prototípico e, assim, são

reconhecidos, no meio em que circulam, por editorialistas e leitores. Segundo Araújo (2002), que se baseia no ponto de vista de van Dijk (1983), tais esquemas não são arbitrários e estão em estreita relação com os aspectos semânticos e pragmáticos dos textos.

Ainda que se possa considerar pertinente o ponto de vista aludido, sobretudo em razão de ele se afinar com a perspectiva defendida no capítulo 1, relativamente ao gênero discursivo, sua emergência e fatores condicionantes, deve-se atentar para o fato, igualmente aqui discutido, de que existe um conjunto de elementos das ordens paratextual e contextual que atuam no reconhecimento, pelos leitores, da chamada forma prototípica do editorial.

Conforme assinala Hasan (2002, *apud* Rebelo, 1985), os gêneros podem variar, assim como o contexto, porém um texto, como sabemos, necessita apresentar determinadas características para pertencer a um dado gênero.

O editorial, pelas características apontadas, pode funcionar como um discurso exortativo/persuasivo (cf. MARTIN, 1989, LONGACRE, 1992). Esse tipo de discurso, segundo os autores citados, pode ser visto como um subtipo do discurso comportamental, ou seja, a sua estruturação é organizada com argumentos que visam interferir no modo como as pessoas agem.

A ocorrência, a intensidade e a organização desses argumentos nos editoriais definem se os mesmos pertencem ou não ao discurso exortativo. Este discurso (...) pressupõe diversos estágios argumentativos e o produtor utiliza diferentes estratégias para atingir a persuasão/exortação do leitor, conforme se verá no capítulo de análise.

Segundo Faria (1996), o vocabulário do editorial é mais objetivo, as frases empregadas são curtas e pouco complexas do ponto de vista estrutural. Tal objetividade visa mostrar a opinião do jornal como algo concreto e verdadeiro.

Ainda de acordo com essa autora, uma vez que o objetivo do editorialista é persuadir, e o público a que ele visa é relativamente heterogêneo, ele tende a utilizar uma linguagem, em geral, simples, tornando, assim, o texto de fácil apreensão.

Um outro estudo sobre o gênero é o de Nascimento (1999), que recorre à operacionalização do conceito de dispositivo argumentativo abordado na concepção de Charaudeau (1992). Em tal conceito, as partes que constituem um texto argumentativo são: proposta, tese, argumento e concessão. Pode-se assumir que a

concessão é um mecanismo através do qual o autor, aparentemente, cede a uma tese contrária à sua, para, em seguida, refutá-la, valendo-se de outros argumentos mais fortes, isto é, o autor faz uma restrição.

Já para Faria (*op. cit.*), os únicos elementos constantes encontrados em editoriais são a tese e os argumentos pró-tese. Tais argumentos visam à persuasão do leitor em relação à tese defendida.

Nos estudos de Araújo (2002), o gênero editorial se apresenta em três fases distintas, a saber: a definição, que inicia o texto e consiste em explorar um fato noticioso e em tecer um comentário sobre o mesmo; o desenvolvimento, que amplia o texto, desdobrando-o em argumentos; o desfecho, que encerra o texto, muitas vezes, retomando a idéia central defendida pelo editorialista.

Os gêneros jornalísticos, por apresentarem temas polêmicos e atuais, possibilitam a concordância e/ou discordância de opinião. Rodrigues (2005) afirma que atualmente a esfera jornalística representa, com maior ênfase, as posições político-ideológicas dos grupos sociais dominantes e que o caminho para o exercício da cidadania passa pelo posicionamento crítico diante dos discursos.

2.3 O artigo de opinião

O artigo de opinião é um gênero pertencente ao domínio discursivo jornalístico, presente em seções de opinião de revistas e jornais impressos ou virtuais. Segundo Melo (1985), podemos considerar artigo de opinião tanto os textos divulgados na imprensa de uma maneira geral, quanto uma matéria cujo autor desenvolve uma idéia a partir de sua opinião.

O artigo de opinião pode ser escrito por um jornalista, colaborador ou por um especialista (professor, pesquisador, político, profissional liberal). O articulista apresenta uma opinião, sustenta ou refuta opiniões anteriores com base no seu conhecimento e na leitura do real, com o objetivo de convencer o leitor através da argumentação.

De acordo com Bräkling (2000), o objetivo do artigo de opinião é o de convencer o leitor acerca de uma idéia e, assim, influenciá-lo através da argumentação sobre a opinião defendida e/ou da refutação de opiniões divergentes.

Assim, para a produção de um artigo de opinião, é imprescindível que haja uma questão controversa a ser debatida, um tema específico que provoque uma polêmica em determinados grupos/contextos sociais, o que não deixa de ser verdadeiro também para os editoriais.

Ainda segundo o estudo de Bräkling (*op. cit.*), podem-se observar alguns traços lingüísticos recorrentes no artigo de opinião, como a utilização do verbo, quase sempre, em terceira pessoa; o uso, principalmente, dos tempos verbais do presente do indicativo ou do subjuntivo para a apresentação do tema a ser discutido; exposição dos argumentos e/ou contra-argumentos, com o objetivo de contextualizar o mundo narrado para o leitor; a utilização do pretérito ocorre, preferencialmente, em uma explicação ou apresentação de dados, ou, ainda, ao trazer uma citação de outra pessoa para o interior do texto.

Rodrigues (2000) também ressalta alguns aspectos que envolvem a elaboração de um artigo de opinião e que são caros a este estudo: o sujeito deve assumir discursivamente a posição de autor; ter em vista os possíveis leitores do seu texto; considerar os contextos institucional e social nos quais está inserida sua produção escrita; eleger o assunto a ser tratado; posicionar-se diante do assunto e até dar outras opiniões sobre o mesmo.

Rodrigues (2005, *apud* Lima, 2006) afirma que, em relação à composição do artigo de opinião, uma das características é a heterogeneidade. A autora explica que, na configuração composicional do artigo de opinião, podem-se verificar também, além do tipo argumentativo, fragmentos de outros tipos textuais utilizados como estratégias argumentativas.

Já para Kaufman e Rodriguez, os artigos de opinião:

“em virtude de sua intencionalidade informativa, apresentam uma preeminência de orações enunciativas, embora também incluam, com frequência, orações dubitativas e exortativas devido à sua trama argumentativa. As primeiras servem para relativizar os alcances e o valor da informação de base, o assunto em questão; as últimas, para convencer o leitor a aceitar suas premissas como verdadeiras”. (KAUFMAN & RODRIGUEZ, 1995, p. 27)

As autoras salientam também que, para interpretar esses textos, é indispensável identificar a postura ideológica do autor, os interesses a que serve, sob que circunstâncias e com que propósito foi organizada a informação exposta.

Segundo Benites (2001), a leitura do texto jornalístico é imprescindível à formação do leitor crítico, já que o jornal exerce uma função polêmica, através da utilização de estratégias, que podem valorizar ou menosprezar determinadas características dos fatos. Ainda de acordo com Benites (2001), todo jornal reserva seções ou páginas inteiras para artigos opinativos. Alguns seguem o enfoque ditado pelo editorial, outros, muitas vezes escritos em primeira pessoa, expressam pontos de vista diferentes sobre um mesmo tema. Tais publicações, segundo a autora, possuem o propósito de estimular o debate.

A publicação de artigos na imprensa pode provocar debates sobre os principais problemas brasileiros em diversas áreas, proporcionando, assim, ao leitor o contato com várias tendências do pensamento contemporâneo. Por isso, muitos veículos atentam para a seleção do que será publicado para que diferentes pontos de vista sobre um mesmo assunto sejam contemplados, na forma de artigos assinados (BENITES, 2002). É importante lembrar que os articulistas não sofrem a pressão do tempo, comum à atividade jornalística, ao divulgarem opiniões e análises pessoais sobre fatos do dia-a-dia. Além disso, conforme pondera Melo (1985, p. 95), o artigo “democratiza a opinião no jornalismo, porque permite o acesso das lideranças emergentes na sociedade ao veículo de comunicação”. Essa democratização, no entanto, deve ser analisada com certo cuidado, na medida que nem todos os segmentos sociais existem como tais em nossa sociedade.

2.4 Artigo de opinião, editorial, crônica, ensaio, comentário: fronteiras?

Além dos artigos de opinião e dos editoriais, outros tipos de textos podem ser apresentados nas seções destinadas à opinião, como comentários, crônicas, ensaios. Dentre esses textos, o artigo de opinião constitui uma categoria de texto que dá oportunidade ao exercício pleno da opinião. Sendo uma colaboração espontânea ou mesmo uma solicitação nem sempre remunerada, o artigo oferece maior liberdade ao seu autor, pois lhe permite, de acordo com Melo (1985), livre posicionamento em

relação ao assunto, liberdade quanto ao modo de expressão e possibilidades para emitir juízos de valor. Essa “liberdade”, entretanto, deve ser sempre pensada na esteira dos fatores que delimitam e definem as condições de produção e recepção do texto.

A atividade jornalística é constituída de diferentes recursos/textos para exercer as funções de informar, orientar/opinar, interpretar. Como apresentado, os textos opinativos têm a função de orientar e podem estar, no jornal, em forma de artigo, de editorial, de crônica, de ensaio ou até mesmo de um comentário. As características de cada gênero constituem um perfil muito tênue para o conjunto dos textos, estabelecendo, assim, uma interface entre eles. Um aspecto bastante forte e que realmente é compartilhado entre os textos é o fato de todos emitirem opiniões.

De modo geral, em todos os jornais, o leitor depara freqüentemente com textos opinativos publicados em outros cadernos e seções, não necessariamente aquela destinada especificamente ao editorial e/ou ao artigo de opinião.

Curiosamente, na mesma página do jornal *Folha de S.Paulo* em que se publicam, diariamente, editoriais, artigos de opinião e crônicas, encontramos textos, como o que se exemplifica a seguir, em que se percebem características desses e de outros gêneros, o que não nos permite classificá-lo, com segurança, quanto ao gênero materializado. Seria um comentário? Uma crônica? Um relato? Um artigo?

Exemplo 2 –Artigo (?)⁷

RIO DE JANEIRO – Simone Iglesias, repórter da Folha em Porto Alegre, entrevistou na prisão de segurança máxima de Charqueadas o ex-agente uruguaio Mário Neira Barreiro. Ele revelou detalhes sobre a morte de João Goulart. Anteriormente, fez o mesmo a João Vicente, filho de Jango, que já entrou na Justiça pedindo a reabertura do caso, uma vez que acredita no assassinato de seu pai. E, entre numerosas provas, transcreve as declarações do ex-agente do Serviço Secreto do Uruguai.

Em pesquisa para o livro "O Beijo da Morte" (Objetiva, 2003), Anna Lee e eu entrevistamos durante 14 horas o mesmíssimo Mário, que nos disse a mesmíssima coisa que mais tarde diria a Simone Iglesias e a João Vicente: Jango morreu devido a uma troca de medicamentos proposital, dentro do plano de eliminá-lo antes que tentasse voltar ao Brasil.

Nosso trabalho não podia ser conclusivo. Levantamos as hipóteses surgidas sobre a morte, em apenas nove meses, dos três líderes (JK, Jango e Lacerda) que haviam formado a Frente Ampla, tentando dar um basta à ditadura militar instalada

⁷ Cf. anexo C/13

em 1964. Foram mortes anunciadas em 1975, num ofício confidencial do coronel Manuel Contreras, chefe do Dina, serviço secreto do Chile, ao general João Figueiredo, então chefe do SNI.

Pedimos a Mário Barreiro uma prova de sua participação na morte de Jango, ele garantiu que tinha dez horas de gravação, as fitas estavam com outro preso, precisávamos da autorização de um tal Papagaio, preso também em segurança máxima. Depois de muita pressão, mandaram que buscássemos as fitas num endereço que não existia.

Embora muita coisa do relato de Barreiro seja fantasiosa, seu depoimento deve ser levado em conta pelas autoridades do atual governo.

(Folha de S.Paulo, “A morte de Jango”, 29/01/2008, Opinião, Carlos Heitor Cony.)

Veja-se que o texto mistura momentos de narração e descrição, facilmente encontrados em crônicas e mesmo notícias jornalísticas. Aliás, seu caráter não deixa de ser noticioso, dadas as informações que traz, sobretudo em relação ao fato de que trata. Esse movimento, não fosse o tom pessoal com que é construído – uma vez que o seu autor é também um dos participantes dos fatos narrados –, também se denuncia em editoriais, que podem se construir a partir do comentário, da opinião sobre fatos/acontecimentos apresentados.

O último parágrafo do texto traz claramente a opinião do autor, quase revestida de uma recomendação. Não há, contudo, um trabalho de argumentação canônico, como muitas vezes ocorre em artigos de opinião, através da apresentação de dados estatísticos, científicos, citações.

Por outro lado, o relato apresentado ao longo do texto parece pretender funcionar exatamente como um conjunto de pistas que levem o leitor a julgar pertinente a opinião exposta.

Esse e muitos outros exemplos com os quais o leitor de jornal depara diariamente são indícios de que temos, sim, no universo dos textos e dos discursos, a mescla, a mistura, a transformação.

CAPÍTULO 3

ARGUMENTAÇÃO

Considerando-se que a argumentação é um modo de realização discursivo fundamental para o estudo em questão, neste capítulo busca-se desenvolver discussão teórica sobre as suas implicações nas interações humanas, de forma a investigar a construção do discurso argumentativo e os efeitos de sentido produzidos na/pela enunciação.

É importante comentar, também, conforme ficará mais claro ao longo deste capítulo, que, como este trabalho adota um viés enunciativo, entendemos por argumento o enunciado colocado em ação, no âmbito de uma interação verbal, com o objetivo principal de convencer ou persuadir o interlocutor.

3.1 Discurso argumentativo/Estratégias argumentativas

As reflexões sobre um determinado texto e suas características em relação ao gênero discursivo pressupõem pensarmos na ‘troca’ entre locutor e interlocutor e na construção de sentido do(s) enunciado(s).

No domínio discursivo jornalístico, imaginam-se os discursos como contribuições verdadeiras, tomadas pelo leitor como repercussão da realidade (BRAIT, 2001). Entretanto, não necessariamente a verdade, mas aquilo que é pertinente, relevante e adequado é passível de constituir o texto. Para haver significação, há necessariamente construção, o que implica, em termos de qualquer discurso e, no nosso caso, em especial, em se tratando do discurso jornalístico, mostrar determinadas coisas e esconder outras. Noutros termos, a seleção do que dizer e do modo de dizer uma dada “realidade” percebida como tal pelo produtor do texto é que na verdade a cria, a instaura.

Nessa medida, podemos pensar que muito mais que a veracidade do que é apresentado, importa o efeito de sentido obtido. Sobre isso, não se pode esquecer de que a elaboração de qualquer texto sempre leva em conta “o outro”, implicado no

discurso desde sua origem e posto também em relação à sua destinação. Assim, é possível dizer que os textos, de forma mais ou menos explícita, visam à persuasão e à manipulação de um destinatário, de forma a levá-lo à internalização do ponto de vista do enunciador.

Nesse sentido, ao tratar de textos opinativos, objeto de estudo desta pesquisa, é preciso tratar da dimensão persuasiva do texto e da forma como o discurso argumentativo vai se situar/construir em relação ao discurso do outro. Assim, trata-se de examinar os elementos do fazer persuasivo de um enunciador como um direcionamento de sentido a partir de sua forma de enunciação.

A partir de uma abordagem tradicional de argumentação, a argumentatividade de um texto está baseada nos fatos e valores descritos através da linguagem. Esses fatos e valores constituem, então, o suporte sobre o qual se fundamentará a argumentação. A língua, nessa concepção, desempenha um papel secundário e se mantém exterior à atividade argumentativa, pois são as informações transmitidas pela linguagem que propiciam o encadeamento argumentativo.

Segundo Koch (1987), produzimos enunciados de modo que a compreensão de nosso interlocutor caminhe no sentido de determinadas conclusões. Portanto, a interação social através da língua caracteriza-se fundamentalmente pela argumentatividade.

Para a autora, “o ato de argumentar é visto como o ato de persuadir que procura atingir a vontade, envolvendo a subjetividade, os sentimentos, a temporalidade, buscando adesão e não criando certezas” (KOCH, 2002, p. 10).

Sob esse ponto de vista, “a linguagem passa a ser encarada como forma de ação, ação sobre o mundo dotada de intencionalidade, veiculadora de ideologia, caracterizando-se, portanto, pela argumentatividade” (KOCH, 2002, p. 15).

A orientação argumentativa dos enunciados, ainda segundo Koch (1992), parte do seguinte pressuposto:

“os enunciados que produzimos no sentido de determinadas conclusões (com exclusão de outras). Em outras palavras, procuramos dotar nossos enunciados de determinada força argumentativa” (KOCH, 1992, p. 29).

A identificação da argumentatividade como característica essencial da interação social (Koch, 2002) supõe, portanto, o uso da língua a partir da seleção, organização e mobilização de estratégias que cumpram essa perspectiva. A investigação e a exploração dos traços lingüísticos nos permitem reconhecer a intencionalidade do enunciador, os efeitos de sentido construídos e a persuasão que o enunciador busca obter sobre o enunciatário/leitor. A construção de efeitos de sentido se dá a partir do léxico empregado, dos tópicos abordados, das estratégias de elaboração.

Essa potencialidade argumentativa se revela através de mecanismos da própria língua, que permitem indicar a orientação argumentativa dos enunciados, estabelecendo, dessa forma, as relações discursivas. Tais mecanismos são denominados marcas lingüísticas da enunciação ou da argumentação e fazem parte da própria gramática da língua. Dentre estes, destacam-se: (i) as pressuposições, tomaremos aqui a concepção de Ducrot (1972) para quem pressuposto é o que não está, de fato, contido no enunciado, mas pode ser retomado através dele; (ii) as marcas de intenção que dizem respeito à interferência do autor no texto a partir de seus propósitos comunicativos; (iii) os operadores argumentativos, termos que constituem uma língua e que são determinados e selecionados pelos falantes com o intuito de reforçar e/ou estabelecer a força argumentativa do enunciado e (iv) os modalizadores, termos associados aos operadores argumentativos e às marcas de intenção que revelam o modo como o falante pronuncia-se no discurso.

Perelman & Tyteca (2002) observam os indícios que revelam a seleção, a organização e a estruturação dos argumentos no sentido de garantir a adesão do interlocutor quanto às proposições apresentadas. Então, é do ato comunicativo que emergem os movimentos discursivos/argumentativos que buscam a adesão do interlocutor às proposições apresentadas. Para os autores, cuja abordagem sobre a argumentação será discutida mais à frente, o interlocutor deve sentir-se envolvido pela discussão empreendida no texto.

A reflexão sobre os traços argumentativos do enunciado revela os movimentos discursivos/argumentativos de algumas estruturas. A argumentatividade de um texto parte da instauração de processos argumentativos que expressam/representam determinadas ações por parte do interlocutor.

Segundo Gomes (2006), o gênero opinativo, no interior de veículos midiáticos como o jornal, apresenta um estilo que atribui ao fato jornalístico marcas de subjetividade, evidenciando-se, assim o jornalista/enunciador.

Tal teor opinativo está presente nos editoriais e nos artigos de opinião, em que se percebe a posição da instituição e a posição do articulista em defesa de determinados pontos de vista. Muitos dos textos podem apresentar um discurso que vai além da simples opinião, da expressão de um ponto de vista, e que apresenta uma orientação fortemente argumentativa. Compreende-se, então, o texto como espaço em que não está apenas expresso o conteúdo proposicional, mas posicionamentos, opiniões, ponderações e avaliações, como assinalado.

As discussões em torno das categorias de um texto argumentativo remetem à compreensão de processos lingüísticos e discursivos que envolvem, principalmente, o posicionamento do locutor diante da realidade para, assim, revelar movimentos discursivos.

A seleção dos argumentos e a sua organização exigem do locutor o conhecimento e o domínio das formas sintáticas e dos procedimentos semânticos. Percebe-se que a ação do produtor do texto, no intuito de mobilizar o interlocutor, centra-se na estruturação e organização lingüística do texto.

Os procedimentos responsáveis pelos atos que o locutor desenvolve referenciam a estrutura lingüística como expressão das dimensões que sustentam todo o conjunto discursivo instaurado no texto.

Em relação a essa discussão, importa também considerar que a atividade de compreensão ocorre a partir da identificação de marcas intencionais do autor, produzidas por meio de operações de linguagem que constituem o discurso. Tal atuação é que permite ao indivíduo agir através da linguagem. Assim, Ducrot (1981, *apud* OLIVEIRA, 2001, p. 28) toma a linguagem como uma “argumentologia”, uma vez que não falamos para apenas para trocar informações sobre o mundo, mas, sobretudo, “para convencer o outro a entrar no nosso jogo discursivo, para convencê-lo de nossa verdade”.

Segundo Ducrot (1980), uma frase pode exercer, além dos caracteres informativo e comunicacional, o papel de revelar o pensamento e, assim, através de uma orientação argumentativa no/do enunciado, conduzir o interlocutor a

determinadas direções e/ou conclusões.

Ancorados nesse pensamento, podemos avaliar a questão do pressuposto na construção dos discursos. Os pressupostos vêm satisfazer às exigências discursivas, além daquelas que já são dadas pelo posto. O posto e o pressuposto, neste caso, são as ferramentas utilizadas pelos locutores para resgatar os referentes comuns entre os interlocutores.

Os estudos da Semântica Argumentativa consideram as relações entre os interlocutores em uma dada situação discursiva e direcionam o sentido do texto através de procedimentos argumentativos. Ducrot (1981) salienta, então, que essas marcas pertencem à própria organização da língua e que as estratégias argumentativas podem modificar a significação de um enunciado.

Sabe-se que a gramática tradicional costuma atrelar a noção de modo ao verbo. O estudo da modalidade discursiva, contudo, não se centra apenas na noção de modo, mas abarca diversas categorias gramaticais. Segundo Halliday (2002), de forma geral, modalidade é a categoria discursiva que indica as intenções, os sentimentos e as atitudes de um locutor em relação ao seu discurso.

A modalidade pode ser expressa por diferentes recursos lingüísticos, como, principalmente, verbo auxiliar modal, indicadores de opinião, de crença, de saber, advérbios, adjetivos, substantivos, orações substantivas. Tendo vista os propósitos deste trabalho, foram selecionados alguns desses recursos para serem mais bem explorados.

3.1.1 Advérbios modalizadores

Ilari *et alii* (1990) propõem uma classificação, considerando os diversos usos e as funções diferenciadas dos advérbios em geral: (i) advérbios constituintes de sentença e de discurso; (ii) advérbios predicativos (nos quais se incluem os modalizadores) e não predicativos. Já Neves (2000), ao pressupor a natureza heterogênea do advérbio, propõe uma subdivisão dos advérbios em: (i) advérbios modificadores (advérbios de modo ou qualificadores, de intensidade ou intensificadores e modalizadores); (ii) advérbios não modificadores (que

correspondem aos advérbios de afirmação, negação, circunstanciais, de inclusão, exclusão, verificação e juntivos).

Segundo Neves (2000), de acordo com o tipo de modalidade, os modalizadores podem expressar um juízo de valor, uma avaliação (modalizador epistêmico); podem manifestar um dever ou uma obrigação (modalizador deôntico); podem delimitar o âmbito dos valores de verdade (modalizador delimitador) ou podem expressar sentimentos ou emoções (modalizador afetivo). Assim, a utilização de um advérbio modalizador desencadeia no enunciado um significado/sentido pretendido pelo enunciador.

Castilho & Castilho (1989, *apud* Ilari, 2002) propõem caminhos que auxiliem na apreensão do sentido (ou dos sentidos) pretendido pelo enunciador ao escolher um determinado advérbio, a fim de responder a questões do tipo: como as línguas naturais administram a significação? qual é a atuação dos advérbios na criação dos sentidos?

Os referidos autores optam por adotar a “teoria da cebola”, elaborada por Dascal (1986), na tentativa de responder à primeira questão, porém com algumas alterações. Os autores entendem que Dascal admite que os falantes fixam suas intenções comunicativas, ao administrar a significação, em três camadas distintas: a proposicional, a modal e a pragmática. A partir da decorrência de duas operações semânticas que Ilari (2003) representa através dos predicadores “falar de” (selecionar um tema) e “falar que” (formular uma declaração a partir do tema), derivam as significações concentradas na camada proposicional.

Os advérbios que operam nessa camada são modificadores ou predicativos – os qualitativos, os intensificadores, os aspectualizadores e os de verificação. As significações fixadas na camada modal derivam das avaliações que o falante realiza a propósito do que ele fez constar na camada proposicional. Ele pode considerar a proposição como um conhecimento ou crença, como obrigação ou permissão, diante dos quais ele manifestará as suas emoções e/ou expectativas. São, pois, os advérbios modalizadores que expressam tais significações. Nas camadas proposicional e modal, as significações estão depositadas nas formas lingüísticas lexicais, gramaticais e supra-segmentais, enquanto que, na camada pragmática, as significações são produzidas no espaço do discurso.

3.1.2 Conjunções

Levando em consideração que a conjunção consiste em recurso lingüístico cuja principal finalidade é a ligação entre proposições, podemos verificar a ação das conjunções, principalmente, ao assumirmos que todo texto é dotado de intencionalidades. As conjunções, nesse sentido, caracterizam não somente a argumentatividade do texto, como apontam para ideologias, que podem ser observadas, dentre outros fatores, através das marcas textuais que o autor imprime no texto.

Segundo Ducrot (1981), tais mecanismos são chamados de marcas lingüísticas da enunciação ou da argumentação, pois por meio de uma série de encadeamentos argumentativos o falante é conduzido à compreensão do enunciado.

A atividade de compreensão acontece a partir da identificação dessas marcas intencionais deixadas pelo autor e produzidas por meio de operações de linguagem presentes no discurso. Alguns outros aspectos, como a temática e a seleção lexical, também sustentam a conjunção na produção de sentido.

3.2 A argumentação para Perelman

Segundo Perelman & Olbrechts-Tyteca (2002), toda argumentação é pessoal e esforça-se para obter a adesão. Ainda para os autores, dois grupos de elementos podem constituir o objeto dessa adesão, um relativo aos fatos/verdades, caracterizando-se por uma pretensão de validade para o auditório universal, e outro representado por valores/hierarquias, identificado com um auditório particular.

Perelman & Olbrechts-Tyteca (2002), postulam que a eficácia de um argumento é sempre relativa ao auditório, sendo este caracterizado como o conjunto daqueles que o orador quer influenciar com a sua argumentação. Os autores classificam o auditório em: universal, que compreende todos os homens e pressupõe a existência de uma proposição que seja aceita por toda a humanidade; particular, caso em que caberá ao orador identificar as crenças e juízos de valor comuns a um grupo no momento de escolher as provas/argumentos adequados para se obter a

adesão; a própria pessoa, uma vez que a interação deve se dar não somente com outras pessoas, mas consigo mesmo.

Os autores ressaltam ainda a importância do emprego de aspectos relacionados à emoção a fim de se alcançar a adesão e afirmam que “persuadir é mais do que convencer: a persuasão acrescentaria à convicção a força necessária que é a única que conduzirá a ação” (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA, 2002, p. 43).

Por essa razão é que os autores destacam a importância de se partilhar dos mesmos interesses de seu auditório e, assim, através do discurso, buscar aproximação e intimidade.

Sob esse ponto de vista, e a partir de Perelman & Olbrechts-Tyteca (2002), todo tipo de argumentação pressupõe um tipo de acordo com o auditório, uma espécie de consenso entre as partes, conhecimento prévio em relação ao que vai ser dito. O orador deve estabelecer um contato com o seu público, considerar as condições psíquicas e sociais desse auditório, pois não será suficiente apenas relatar fatos e instituir verdades. A natureza do auditório, portanto, determinará o aspecto, o caráter e o alcance da argumentação.

Essa idéia remete ao princípio de que a relação entre um *eu* e um *tu* se manifesta como um tipo de envolvimento interpessoal e pode apresentar-se de diferentes formas e intensidade variada nos diversos gêneros. Assim, na construção de qualquer tipologia textual, deve-se considerar que o receptor é o foco central da produção textual e, por isso, determina, em grande parte, os diferentes gêneros discursivos.

Seguindo, ainda os autores, diga-se que, apesar de toda polêmica envolvida em torno da questão “convencer” e “persuadir”, podemos partir do pressuposto de que convencer, em determinada instância, é diferente de persuadir. A persuasão está ligada à sedução. Através da persuasão o orador reforça os seus argumentos, despertando emoções, de modo a criar uma adesão emotiva às suas teses/verdades.

Na persuasão, faz-se apelo a processos menos racionais. Para Perelman (1996), o critério de distinção não diz respeito apenas à questão razão/emoção, mas sim à dimensão do auditório.

Um discurso argumentativo requer uma organização e um encadeamento de argumentos para que o auditório não apenas possa acompanhar o raciocínio do

orador, mas também possa ser convencido (*logos*); para que o discurso seja persuasivo e que o próprio orador seja credível (*ethos*) e para que desperte simpatia junto ao auditório (*pathos*).

O maior objetivo de todo discurso argumentativo é provocar a adesão de um auditório. O discurso é, pois, construído em função de um auditório composto por diferentes tipos de indivíduos. Por sua vez, o emissor, antes de elaborar a sua argumentação, deve construir do auditório uma representação ideal, a fim de obter a sua adesão. Cada auditório requer, pois, da parte do emissor, uma determinada estratégia argumentativa. Para Charaudeau (2004, p. 374), “a persuasão pode ser vista como o produto dos processos gerais de influência”.

Na realidade, o que caracteriza um auditório não são os valores aceitos, mas como ele os ordena hierarquicamente. As hierarquias de valores variam de pessoa para pessoa, em função da cultura, das ideologias e da própria história pessoal. Porém, para se descobrir a hierarquia de valores do outro é necessário descobrir a intensidade de adesão a valores diferentes que sinalizam uma escolha hierárquica.

Por isso, aquele que quer persuadir deve saber previamente quais são os verdadeiros valores de seu interlocutor ou do grupo que forma o seu auditório. Dessa maneira, o sucesso das técnicas e de um argumento está intimamente relacionado ao auditório que se tem e que se pretende persuadir. Assim, é de acordo com o auditório que o orador disponibiliza e manipula os recursos da língua com o propósito de alcançar os objetivos pretendidos. Ainda segundo Perelman (1996), o auditório direciona o “ajustamento” do discurso do orador que pretende obter a persuasão.

Conforme assinala Charaudeau (1994), todo ato de comunicação social supõe um contrato, chamado contrato de comunicação. O contrato é um quadro de reconhecimento no qual se inscrevem os parceiros para que se estabeleça a troca e pertence à ordem do imaginário social. Um contrato só será válido se os dois parceiros se “submeterem” a certas condições discursivas que lhes permitam a mútua identificação como parceiros de troca. Para o autor, todo ato de linguagem realiza-se dentro de um tipo específico de relação contratual implicitamente reconhecido pelos sujeitos e que define, por um lado, aspectos ligados ao plano situacional (o assunto, a identidade e o objetivo dos parceiros) e ao plano discursivo (as diferentes formas de dizer).

É preciso ressaltar que parceiros (emissor e receptor) são, na concepção de Charaudeau (1994), desdobrados, respectivamente, em dois 'eus' e dois 'tus': o eu-comunicante, o eu-enunciador; o tu-interpretante e o tu-destinatário. O eu-comunicante e o tu-interpretante são pessoas reais, com identidade psicossocial seres do 'fazer', do circuito externo do ato de linguagem. O eu-enunciador e o tu-destinatário são entidades do discurso, seres do 'dizer', do circuito interno do ato de linguagem.

O contrato de comunicação, definido através desses sujeitos, compõe-se, então, de um espaço de trocas de diferentes configurações discursivas, das quais se utilizam os sujeitos comunicantes para atingir os objetivos e, assim, satisfazer as condições do contrato à medida que uma nova realidade se constrói e se constitui a cada enunciação. Em relação ao texto argumentativo, observa-se, portanto, um comprometimento do locutor com o 'outro' e com o contexto de produção.

CAPÍTULO 4

A ARGUMENTAÇÃO NOS EDITORIAIS E NOS ARTIGOS DE OPINIÃO

Neste capítulo apresenta-se a análise dos textos que compõem o *corpus* do trabalho. Inicialmente uma abordagem macroestrutural dos editoriais e dos artigos de opinião será desenvolvida e discutida sob o enfoque textual-argumentativo. A seguir, encaminha-se a análise dos gêneros a partir da construção argumentativa de modo a explicitar como os elementos constitutivos do discurso são utilizados para persuadir o leitor.

4.1 Visão geral dos dados

Conforme se anunciou, ao todo foram analisados 45 textos retirados do jornal *Folha de S.Paulo*, compreendendo 20 editoriais, 15 artigos de opinião da seção do caderno A “Tendências/Debates” e 10 artigos de opinião distribuídos em diferentes cadernos e seções do jornal. O critério de seleção foi o tema abordado pelo texto e o período de publicação; noutros termos, preferencialmente trabalhou-se com acontecimento ou fato noticioso abordado nos dois gêneros estudados, publicados no período de junho a dezembro de 2007.

Tendo em vista os objetivos firmados para este trabalho, é relevante retomar a questão do suporte, já mencionada. Conforme discutido no capítulo 1, um dos aspectos que define o funcionamento do editorial é exatamente o suporte. No caso do jornal *Folha de S.Paulo*, à semelhança do que ocorre com outros jornais, o editorial aparece sempre na página 2 do caderno A – Opinião, na coluna da esquerda, abaixo do título em que se lê a palavra “editoriais”. Tem-se, portanto, o editorial logo na abertura do jornal, em seu primeiro caderno, no verso da capa, esta responsável pela apresentação sinóptica do conteúdo do jornal. Todos esses aspectos, exteriores ao editorial, na verdade, definem-no, conformam-no e moldam-no. Isso regula, pois, a forma como o leitor se envolve com esse texto na leitura do jornal.

No que se refere aos artigos de opinião, é preciso lembrar que, no caso do jornal tomado para análise, há artigos de opinião em diferentes seções/espacos, o que também acaba definindo o seu funcionamento. Quanto aos artigos de opinião selecionados para a análise, conforme anunciado, uma boa parte foi retirada de uma seção do jornal intitulada “Tendências/Debates”, na qual se apresentam pontos de vista contrários sobre um determinado assunto, o qual aparece em destaque na seção. Há, portanto, nessa situação, condições que definem uma orientação específica para o texto a ser produzido, uma vez que este deverá trazer a defesa de um ponto de vista necessariamente contrário (ou apenas diferente) ao(s) defendido(s) por outro(s) artigo(s) publicado(s) no mesmo espaço. Pode-se falar, inclusive, de um diálogo entre os textos, criado pelas próprias características do ambiente no qual são publicados. Nesse caso, o próprio jornal se isenta de qualquer responsabilidade quanto ao conteúdo dos textos. Uma observação no alto da página contém o seguinte esclarecimento: *Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo.* O jornal resguarda-se, assim, em relação às diferentes opiniões expostas e discutidas que possam contrariar a postura ideológica da instituição e, assim, ameaçar a sua credibilidade frente aos leitores.

Por outro lado, encontram-se diferentes artigos de opinião em outras seções do jornal, como em outros cadernos, que, de certa forma, também constituem uma espécie de diálogo, não entre textos da mesma página, mas com o todo do jornal. Pode-se dizer que a instituição procura diferentes profissionais com diferentes posturas ideológicas para tratar de assuntos diversos, polêmicos ou não, a fim de demonstrar uma possibilidade maior de opiniões e, assim, atrair maior número de leitores. Muitas vezes, tais artigos, publicados, por exemplo, no caderno B – Dinheiro, no caderno C – Cotidiano ou no caderno E – Ilustrada, apresentam-se em uma estrutura mais informal, se comparados aos artigos do caderno A – Opinião, no que tange ao vocabulário, às expressões utilizadas e, muitas vezes, ao modo direto e mais objetivo do autor ao abordar e discutir um determinado assunto, o que, de certa forma, diz respeito à “liberdade” concedida pela instituição, uma forma de garantir a chamada diversidade (de opinião) do jornal.

O articulista é alguém que, em geral, não pertence à instituição que o publica, pelo menos não como o editorialista pertence, pois o vínculo deste com a instituição é sensivelmente diferente do vínculo dos demais articulistas e/ou colaboradores, que, muitas vezes, são pessoas que ocupam papel de destaque na sociedade (escritor, pesquisador, político, empresário, jornalista, etc.) e escrevem esporadicamente sobre um determinado fato que é assunto da atualidade, apresentando e sustentando seu ponto de vista em um determinado espaço reservado no jornal para tal finalidade.

Por outro lado, algumas dessas pessoas, como Carlos Heitor Cony, Gilberto Dimenstein, Jânio de Freitas, Clóvis Rossi, dentre outros, fazem parte do conselho editorial do jornal e têm os seus textos publicados na mesma página dos editoriais, em uma coluna paralela aos mesmos. Nesse caso, os textos apresentam uma mescla de características, pois são produzidos por pessoas que pertencem ao conselho editorial do jornal, mas, por outro lado, são assinados pelos autores. Tais textos, muitas vezes, situam-se na fronteira entre o que se pode chamar de (ou se reconhece como) editorial e de artigo de opinião.

Os jornais apresentam um vasto conjunto de textos cujo caráter genérico diz respeito não somente à configuração, mas também ao papel da autoria neles desempenhada, conforme foi sugerido por Melo (1994) e reforçado por Rodrigues (2001) e Alves Filho (2005). Assim é que a explicação para as diferentes nuances nas funções enunciativas entre os editoriais, artigos de opinião e colunas de opinião assinadas decorrem não exclusivamente e nem necessariamente do estilo, dos temas e da estrutura composicional, mas ainda das diferenças desse papel de autoria neles desempenhado, já que alguns artigos de opinião poderiam, se retiradas as fontes, ser tomados como um editorial ou até mesmo como uma coluna de opinião (RODRIGUES, 2001).

O editorial, por exemplo, como sabemos, é de inteira responsabilidade da instituição; a sua autoria é, pois, assumida pelo jornal. Já na coluna de opinião, assinada, que vem ao lado dos editoriais, no jornal *Folha de S.Paulo*, a autoria também vincula-se à instituição, visto que os colunistas trabalham para esta e, portanto, são filiados à empresa; no entanto, apresentam características diferenciadas, pois o colunista fala, muitas vezes, em primeira pessoa, em seu próprio nome, assumindo também o papel de um jornalista enunciador. Por sua vez, os artigos de

opinião publicados nos diferentes cadernos e seções do jornal também comungam o fato de possuírem a autoria, porém tais articulistas são, como mencionado, pessoas que se destacam nos diversos segmentos profissionais de grupos sociais nem sempre filiados à instituição. O que podemos observar do que foi exposto é que, uma vez comparado o funcionamento da autoria em gêneros opinativos do domínio discursivo jornalístico, esses textos ora se aproximam, ora se distanciam em relação a alguns traços, estabelecendo, assim, uma tênue fronteira de separação.

Tomemos como exemplo os textos de Carlos Heitor Cony, alguns publicados na mesma página dos editoriais da *Folha de S.Paulo*. Esses textos expressam opiniões que abordam, em geral, assuntos da “ordem do dia” e dialogam, muitas vezes, com outros textos da página ou ainda do jornal. Ao lermos um texto do autor no caderno opinião, ao lado dos editoriais, estabelecemos com esse texto uma relação bastante distinta da que estabeleceríamos se o mesmo texto se encontrasse em uma outra seção do jornal.

O exemplo a seguir foi retirado do caderno opinião:

Exemplo 3 – Artigo⁸

Na mesma semana em que Lula perde duas batalhas importantes, sua popularidade cresce, passando de 48% em setembro para 51% em dezembro. E a taxa de aprovação do seu governo segue alta, com 63%. Isso me faz lembrar do tempo dourado das chanchadas do cinema nacional.

(*Folha de S.Paulo*, “Lula, uma chanchada”, Opinião, 16/12/2007, Carlos Heitor Cony.)

Veja-se que o exemplo, apenas um trecho do artigo, aproxima-se dos editoriais, ao expressar uma opinião sobre um fato/dado que foi exposto inicialmente, à semelhança das notícias jornalísticas. De certa forma, exerce função semelhante à dos editoriais. No entanto, o texto está escrito em primeira pessoa, o que, de fato, não é uma característica dos editoriais.

Os textos de Cony aparecem também em outra seção do jornal, caderno E – Ilustrada, destinada a artigos de publicação semanal. Dada a forte condição de expressão de opinião que possuem os textos publicados nessa seção, pode-se facilmente vê-los como artigos de opinião. No entanto, os textos de Cony, bem como textos de outros autores que ali escrevem (como Caligaris, por exemplo), mesclam-se com o que se pode chamar de ensaio ou até mesmo de crônica.

⁸ Cf. anexo C/15

O exemplo seguinte foi retirado do caderno E – Ilustrada. O texto apresenta algumas características de um artigo de opinião, como marcas de subjetividade e expressões de cunho afirmativo. No entanto, um tom de narrativa, de exposição histórica perpassa e emerge na superfície do texto. Tais características nos levam a pensar em uma crônica. Some-se a isso o fato de o próprio autor se referir a esse texto como uma crônica, como podemos acompanhar no exemplo:

Exemplo 4 – Artigo⁹

Honestamente, eu poderia esperar tudo de pior da internet, mas desta vez acho que ela exagerou. Limitei-me a enviar ao aluno a mais recente edição de um **livro de crônicas que publiquei** primeiramente em julho de 1964, poucos meses após o golpe de abril (...). Neste volume, **estão as crônicas que escrevi** a partir de 2 de abril daquele ano, inclusive aquelas que se referiam ao processo que o ministro da Guerra abriu contra mim(...).

(*Folha de S.Paulo*, “O General e eu”, Ilustrada, 07/12/2007, Carlos Heitor Cony.)

Ao lermos o texto de Cony no caderno E – Ilustrada, temos um direcionamento diferente do que experimentamos ao lermos um texto do mesmo autor no caderno A – Opinião. A reação do leitor e a sua atitude responsiva são conduzidas também pelo contexto paratextual. Nesse caso, por se tratar de um caderno dirigido mais efetivamente ao lazer, este não envolve, a princípio, textos formadores de opinião. Os textos não necessariamente buscam levar o leitor ao convencimento. As estratégias argumentativas utilizadas são menos freqüentes e mescladas à exposição dos fatos em si, muito mais semelhantes às narrativas e menos a um texto opinativo. Poderíamos dizer que a força argumentativa de um artigo desse tipo focaliza apenas a expressão de uma opinião e não necessariamente a pretensão ao convencimento de alguém.

As características do suporte em que o texto circula bem como os recursos paratextuais – como vocabulário, título, tipo de letra –, evidentemente, influenciam o leitor no ato da leitura, fazendo com que este leia o texto de um determinado modo e não de outro. Por exemplo, alguns editoriais apresentam uma configuração muito próxima de artigo de opinião, mas são lidos como editoriais. Assim, mesmo pronunciando-se em terceira pessoa, o autor coloca-se no texto construindo uma percepção dos fatos e defesa de sua posição de modo muito próximo àquele que se vê em artigos de opinião, como no exemplo a seguir:

⁹ Cf. anexo C/12

Exemplo 5 – Editorial¹⁰

O pleito revelou a cristalização de um certo desencanto com o chavismo nas suas próprias bases. Apesar da mobilização da incontrastável máquina do governo, a apatia predominou em redutos do presidente. A abstenção, antes característica da oposição a Chávez, mudou de lado e ajudou a selar o primeiro revés do coronel nas urnas.

O desgaste do regime, o desabastecimento de bens essenciais (sinal de que o socialismo chegou, já se brinca em Caracas), a inflação elevada, o temor de delegar poderes ditatoriais a quem, sem eles, já havia retirado do ar uma das principais redes de TV privadas. Essa associação de fatores logrou produzir um evento raríssimo, para não dizer inédito, na história: freou, pelo voto, o bonapartismo prestes a consumir-se em ditadura.

(*Folha de S.Paulo*, “Chavismo em choque”, Opinião, 04/12/2007.)

O emprego de algumas expressões, como “de um certo desencanto com o chavismo”, “o desgaste do regime”, “logrou produzir um evento raríssimo, para não dizer inédito”, aponta a construção de uma opinião que vai se colocando entre autor e leitor ao longo do texto e, assim, estabelecendo um ponto de vista com o intuito de induzir à reflexão e persuadir o leitor. Parece, portanto, que os elementos que definem o texto como pertencente a um ou a outro gênero não estariam, de certa forma, contidos principalmente no fato de expressar uma opinião. Podemos observar em outros editoriais a mesma ocorrência:

Exemplo 6 – Editorial¹¹

É GRAVE a situação do sistema público de saúde. Prova-o a constante troca de acusações entre as autoridades responsáveis.

Pressionado pelo noticiário em torno das greves no Nordeste, o ministro da Saúde, José Gomes Temporão, anunciou na semana passada uma verba suplementar de R\$ 2 bilhões para o setor, no que foi prontamente desmentido pelo titular da Fazenda, Guido Mantega. A liberação estava “em estudos”. Não pegou bem. Presumivelmente, uma força superior mandou que os dois se entendessem.

Anteontem, Temporão e Mantega apareceram juntos para anunciar a liberação dos R\$ 2 bilhões. Fizeram-no lançando duras críticas a Estados e municípios, muitos dos quais não alocam na saúde os recursos que lhes são constitucionalmente devidos. Confirma-se aqui o ditado popular: “Em casa onde falta pão, todo mundo briga e ninguém tem razão”.

(*Folha de S.Paulo*, “Emergência na saúde”, Opinião, 05/09/2007.)

¹⁰ Cf. anexo A/15

¹¹ Cf. anexo A/02

Exemplo 7 – Editorial¹²

AS CHAMADAS reformas microeconômicas – aquelas destinadas a melhorar o ambiente geral dos negócios – caminham em ritmo lento no Brasil. A cada proposta de inovação corresponde um bombardeio de lobbies que, quando não consegue bloquear os avanços, pelo menos limita o seu impacto.

Uma exceção particularmente notável a essa regra foi o pacote de dez leis aprovadas na primeira gestão Lula que dão agilidade ao processo civil. Foi simplificada a fase da execução – momento da cobrança de uma obrigação reconhecida pela Justiça – nesses processos. Um recurso nessa etapa, por exemplo, já não tem o efeito de suspender todo o trâmite.

Mas mesmo nesse tópico as propostas inovadoras não passaram incólumes. Continua parado no Congresso Nacional o projeto que diminui os prazos privilegiados para recursos judiciais com os quais hoje conta a Fazenda pública.

Há ainda outro capítulo de mudanças que custam a avançar. Trata-se de alterações que beneficiariam sobretudo os usuários do sistema bancário. A orientação geral das propostas é aumentar a concorrência entre as instituições financeiras e, desse modo, propiciar uma diminuição no custo das transações bancárias, seja nas tarifas, seja nos juros.

Em setembro de 2006, por exemplo, o Banco Central editou uma resolução que dá ao trabalhador a opção de escolher o banco pelo qual vai receber seu salário. Mas uma pressão oriunda do próprio setor público – governantes descobriram que leiloar a folha de pagamento de servidores é farta fonte de receita – fez adiar a implementação dessa novidade para janeiro de 2009 (no caso do setor privado) e janeiro de 2012 (para o funcionalismo).

(Folha de S.Paulo, “Em ritmo lento”, Opinião, 18/09/2007.)

Exemplo 8 – Editorial¹³

ENQUANTO as autoridades do setor aéreo continuam a bater cabeça e a postergar uma solução definitiva para o problema da aviação civil, os usuários se encarregam de oferecer uma resposta imediata. O movimento de passageiros em vôos domésticos – que subiu mais de 16% ao ano em 2004 e 2005 e quase 8% em 2006 – desacelerou bruscamente e já começa a declinar.

Incapaz de antecipar-se à tendência de aumento na procura pelo transporte aéreo, o governo Lula agora administra uma recessão no setor. O que mais decepciona é esse fenômeno estar ocorrendo num período excepcional da economia, em que há um apetite raro do setor privado por investimentos de risco, com prazo de retorno dilatado – na infra-estrutura por exemplo.

Os aeroportos brasileiros continuam sendo geridos à velha moda estatal: o dinheiro para investir é escasso e demora para chegar; a burocracia é ineficiente, inchada e aparelhada por interesses partidários.

(Folha de S.Paulo, “O custo da lentidão”, Opinião, 24/10/2007.)

¹² Cf. anexo A/05

¹³ Cf. anexo A/08

Os exemplos citados evidenciam a opinião do autor através da utilização de expressões como no exemplo 6: “É grave”, “Não pegou bem”, tais expressões, ao mesmo tempo em que marcam a opinião do autor, tecem a argumentação do texto, pois o autor relata o fato e ressalta as conseqüências negativas do mesmo. Nos outros dois exemplos, o autor, mais uma vez, assemelha-se ao autor de um artigo de opinião, pois sua posição é apontada ao longo do texto e, através de seus argumentos, sustentada. O teor argumentativo do texto é reforçado pelas expressões de cunho afirmativo, principalmente, como: no exemplo 7, “caminham em ritmo lento no Brasil”, “Continua parado no Congresso Nacional”, “Há ainda outro capítulo de mudanças que custam a avançar” e, no exemplo 8, “Incapaz de antecipar-se à tendência”, “O que mais decepciona é”. Pode-se observar que os textos acima citados acomodam-se-iam muito bem se situados em uma seção destinada a artigos de opinião, isto é, o leitor poderia “aceitá-los”, com certa tranqüilidade, como artigos de opinião. Afinal, um editorial com tais características divide fronteiras com um artigo de opinião.

Assim, recorrendo a Possenti (2002), pode-se afirmar que um mesmo texto lido em suportes diferentes não é recebido da mesma forma, pois provoca reações diversas. Isso não significa que o conteúdo seja modificado em função do suporte, mas sim a relação conteúdo/leitor. Dessa forma, um mesmo texto publicado em diferentes seções do jornal não será lido/recebido pelo leitor da mesma maneira.

4.2 Marcas de subjetividade

O posicionamento do editorialista ou do articulista pode ser observado no texto através das marcas textuais que organizam e/ou estruturam o mesmo conforme os propósitos comunicativos do autor. Os autores mostram-se através de concordância ou adesão a determinadas opiniões e/ou fatos tematizados no texto. Evidentemente, tais autores constroem-se no texto de forma diversa, pois o editorialista o faz sempre em terceira pessoa, ao passo que o articulista não utiliza a terceira pessoa freqüentemente, preferindo, na maior parte das vezes, a primeira pessoa. Os excertos abaixo propõem uma visualização das marcas/pistas deixadas pelo autor, como podemos, assim, acompanhar:

Exemplo 9 – Editorial¹⁴

Trata-se de uma **boa** notícia. Eventos do porte da Copa são uma **excelente** ocasião para fazer negócios, incentivar o turismo e obter investimentos em infra-estrutura. Alguns desses ganhos permanecem mesmo depois de encerrada a competição.

(*Folha de S.Paulo*, “A Copa e as contas”, Opinião, 30/10/07).

Exemplo 10 – Artigo de opinião¹⁵

E com **essa gente** não tem brincadeira. Os interesses são **grandes**, e prazos, metas, orçamentos e compromissos têm que ser cumpridos. Assim, a Copa é uma **boa** oportunidade para o Brasil experimentar coletivamente **novos** conceitos e **melhores** valores.

(*Folha de S.Paulo*, “Preparação e superação de problemas”, Tendências/Debates, 03/11/07)

Exemplo 11 – Artigo¹⁶

O vácuo aberto pelo titubeio do STF produziu um terreno fértil para a Câmara retomar o tema. Hoje, deputados querem tentar novamente votar a **esdrúxula** fórmula da fidelidade só por três anos do mandato. Depois desse tempo, cada um estaria livre para trair a agremiação pela qual foi eleito. Seria uma espécie de regularização para a temporada de troca-troca. Só o Supremo pode evitar tal anomalia.

(*Folha de S.Paulo*, “O supremo e a fidelidade”, Opinião, 08/08/07)

Nos três casos, os autores posicionam-se através da utilização de adjetivos e evidenciam-se na cena enunciativa ao expressar a sua opinião em relação aos fatos. O propósito comunicativo ressalta do contexto da enunciação, sendo o leitor conduzido ao convencimento através do encadeamento dos argumentos.

Levando-se em conta seus elementos estruturais, o artigo de opinião, como mencionado, é um gênero discursivo em que se busca convencer o outro de uma determinada idéia por meio de um processo de argumentação a favor de uma determinada posição assumida pelo autor e/ou de refutação de possíveis opiniões divergentes.

¹⁴ Cf. anexo A/10

¹⁵ Cf. anexo B/05

¹⁶ Cf. anexo C/01

Já nos editoriais, a voz da instituição está sempre presente e é, muitas vezes, predominante em relação a qualquer outra voz. Nessa medida, o autor não se mostra explicitamente, como um “eu” de onde emana o ponto de vista a ser defendido. Conforme será analisado mais à frente, com frequência os argumentos são trazidos ao texto com valor de verdade incontestável, como se não houvesse meios de negá-los ou contestá-los.

Em relação a esse aspecto, é importante reiterar que os editoriais não recebem assinatura do autor e são construídos em terceira pessoa. Lembremos, com Benveniste (1989), que a utilização da terceira pessoa pode funcionar como um artifício para simplesmente ocultar o sujeito de uma enunciação.

De certa forma, isso direciona a construção argumentativa em um tom mais ameno, ou seja, um certo distanciamento se estabelece implicitamente entre editorialista e leitor. Podem-se flagrar, no entanto, tal como se dá com os editoriais, momentos em que as marcas dessa subjetividade emergem na superfície do texto, principalmente através de estruturas avaliativas, como nos exemplos seguintes:

Exemplo 12 – Editorial¹⁷

Lamentavelmente, o histórico do país e o do governo são **ruins**. Basta lembrar que a administração Lula assistiu **inerte** a pelo menos dez meses de tumulto aéreo antes de adotar medidas que **parecessem** uma atitude.

(*Folha de S.Paulo*, “A Copa e as contas”, Opinião, 30/10/07).

Exemplo 13 – Editorial¹⁸

Sem dúvida, por força de cálculo eleitoral ou de convicção íntima, haverá senadores que façam questão de declarar, mesmo informalmente, o voto que derem no julgamento de Calheiros. Nem todos, contudo, **mostram-se dispostos** a dar essa informação ao eleitor.

Houve falta de decoro? Sim ou não? A pergunta é simples. A resposta, entretanto, parece impor-se a alguns políticos como um desafio acima de suas forças e, **certamente**, de seus interesses pessoais.

(*Folha de S.Paulo*, “A arte de dizer não”, Opinião, 06/09/07).

¹⁷ Cf. anexo A/10

¹⁸ Cf. anexo A/03

Exemplo 14 – Editorial¹⁹

PARECE INCRÍVEL, mas houve um tempo em que o presidente Lula, a CUT e o PT se opunham à herança de Getúlio Vargas na legislação trabalhista. Atacavam a contribuição sindical (ou "imposto sindical") e a unicidade, disposição constitucional que prevê um único sindicato por categoria profissional e base territorial (artigo 8º, inciso II). **Instalados ou consorciados** no poder, esquecem tudo o que fizeram e recriam a tutela estatal sobre as organizações.

(*Folha de S.Paulo*, “Paraíso sindical”, Opinião, 14/09/07).

Pode-se notar, mesmo que implicitamente, a opinião do autor em relação ao histórico do país, ao episódio político “Calheiros” ou ao governo Lula. Por meio da exposição dos fatos e do destaque a eles atribuído, o autor conduz os argumentos de forma a envolver o leitor e enredá-lo em seu ponto de vista sobre o tema. Ao mesmo tempo em que o editorialista informa sobre o fato, o mesmo posiciona-se a fim de conquistar a adesão do leitor.

Por se tratar de um texto essencialmente argumentativo, o editorial tem a função interpessoal posta em evidência, isto é, evidencia a interação dos papéis desenvolvidos pelos interlocutores no evento comunicativo. É também o “espaço” em que se cobram responsabilidades e providências, criticam-se políticas públicas ou ainda se defendem ideais políticos; portanto, projeta-se a interlocução com outras instâncias. Assim, o componente interpessoal orienta a construção do texto. Cabe, pois, ao editorialista expressar a opinião do jornal através da apresentação/exposição da questão a ser tratada, ao mesmo tempo em que desenvolve argumentos defendidos pelo jornal e/ou refuta opiniões contrárias.

Outras expressões verificadas nos editoriais remetem às marcas de subjetividade, como se mostra nos exemplos seguintes:

Exemplo 15 – Editorial²⁰

Mas, **infelizmente**, não existem métodos alternativos ao emprego de animais em vários estudos imprescindíveis para criar tratamentos destinados a curar seres humanos. A saída para esse dilema ético é estabelecer regras que minimizem o dano sem impedir o avanço do conhecimento.

(*Folha de S.Paulo*, “Liberdade e pesquisa”, Opinião, 12/11/07).

¹⁹ Cf. anexo A/04

²⁰ Cf. anexo A/11

Exemplo 16 – Editorial²¹

SERIA TUDO **mais simples** se atitudes de preconceito e obscurantismo, corriqueiras em nossa sociedade, estivessem restritas a alguns poucos porta-vozes inflamados e plenamente convictos do teor de suas manifestações. O hábito da incorreção política e da disposição discriminatória se mostra, contudo, tão arraigado no discurso cotidiano que contamina até raciocínios enunciados a partir de uma perspectiva igualitária e modernizante. Referindo-se à Rocinha como "fábrica de produzir marginal", pois são relativamente altos seus índices de fecundidade, o governador fluminense Sérgio Cabral Filho (PMDB) incorreu num **lamentável insulto** – uma correlação automática entre favela e crime a qual hoje, em entrevista à Folha, procura relativizar. Tal correlação, é preciso ressaltar, se manifesta no pensamento de considerável fatia da população.

(Folha de S.Paulo, "O discurso de Cabral", Opinião, 26/10/07).

Exemplo 17 – Editorial²²

QUANDO A Venezuela está prestes a decidir se corrobora o 18 brumário chavista, quando a oposição ao caudilho de Caracas cresce, legitimada pelas marchas de estudantes, quando uma defecção abala a junta governista do Palácio Miraflores, **o presidente Lula decide defender a "democracia" de Hugo Chávez.** A **displícência verbal** de Luiz Inácio Lula da Silva não pode ser invocada para justificar o afago em seu colega venezuelano. Em política externa, como em quase tudo na vida, admitem-se **deslizes ocasionais**. Mas, quando o desvio se torna freqüente, então estamos diante de um padrão.

O presidente brasileiro já se prestara ao papel de cabo eleitoral de Chávez no fim do ano passado, quando faltava menos de um mês para a eleição em que o venezuelano obteve o direito de permanecer presidente até 2013. O pretexto era inaugurar uma ponte no país vizinho, mas a campanha chavista não perdeu a oportunidade de faturar em cima da generosidade de Lula. Agora Lula volta à carga, a 15 dias do referendo em que os venezuelanos decidirão sobre a reeleição ilimitada – arditosamente inserida em pacotes de bondades, como a diminuição da jornada de trabalho, que terão de ser votados em bloco. A mais recente contribuição do presidente brasileiro à mais recente campanha chavista foi lida pelo venezuelano num programa de rádio.

Chávez tem motivo para regozijo. Vinha de uma semana ruim, em que seu hábito de insultar governantes provocara uma resposta dura do presidente do governo espanhol, José Luis Zapatero, e do rei Juan Carlos. Em relação ao "Por qué no te callas?", do sábado em Santiago, a falação desastrada de Lula na quarta em Brasília foi o antípoda perfeito.

Desnecessário dizer que o presidente do Brasil deve evitar participações especiais em

²¹ Cf. anexo A/09

²² Cf. anexo A/13

assuntos de política interna de outras nações. A atitude de resguardo, além de canônica, torna-se prudente quando se prenunciam problemas de maior vulto com o país vizinho. Chávez, que já deu a largada para uma corrida armamentista regional, agora fala em desenvolver energia nuclear para fins pacíficos, nos moldes do programa iraniano (inclusive pela baixa credibilidade).

Lula não precisava ter-se **embananado**, evocando exemplos de democracias parlamentaristas européias, a fim de defender mandatos ilimitados para Chávez. Tampouco era o caso de sugerir a limitação do mandato na Venezuela. O caso era de seguir o enunciado do rei espanhol e manter-se equidistante de algo que será objeto de voto popular.

A **defesa atabalhoada** do cesarismo chavista, contudo, acabou por revelar uma inconstância preocupante de princípios no Planalto. O círculo lulista não está convencido de que permitir o terceiro mandato presidencial seja algo fora de questão, na Venezuela ou aqui. Ora emite uma mensagem, de olho em votações importantes no Congresso, ora verbaliza o seu oposto.

Em 2005, na outra vez em que Lula elogiou por "excesso de democracia" o regime chavista – referia-se aos plebiscitos, celebrizados por ditadores como Saddam Hussein –, o brasileiro afirmou que não poderia "fazer as coisas que Chávez fez". O venezuelano era "mais jovem" e tinha "mais petróleo", argumentava. Que a descoberta do campo Tupi não tenha subido à cabeça.

(Folha de S.Paulo, “Cabo eleitoral”, Opinião, 18/11/07).

Ao utilizar, no exemplo 15, o termo “infelizmente”, o autor impregna o texto com uma opinião e apresenta ao leitor um direcionamento para ser adotado no decorrer da leitura. Nessa medida, pretende que o leitor seja influenciado pelo ponto de vista apresentado. O mesmo acontece no exemplo 16, quando o autor também revela a sua opinião através das expressões/marcas deixadas no texto: “SERIA TUDO mais simples” e “incorreu num lamentável insulto”. Já no exemplo 17, vale ressaltar que todo o texto está marcado pela subjetividade do autor. O texto apresenta-se em terceira pessoa, mas mesmo assim é, do começo ao fim, uma crítica às ações do presidente Lula. No parágrafo inicial, o autor expressa sua opinião em relação ao fato que será tematizado em seu texto, ao mencionar a decisão de Lula em apoiar a “democracia” de Chávez. No parágrafo seguinte, a crítica recai sobre a atitude de Lula, isto é, o apoio que ofereceu a Chávez. O autor continua marcando o seu posicionamento, o que contribui para a organização argumentativa de seu texto e estabelece, assim, uma relação direta com o leitor. Nos próximos dois parágrafos, o autor apresenta quase que uma justificativa para sustentar a sua crítica à atitude de

Lula, deixa claro que a interferência de Lula compromete toda uma postura política que merecia ser preservada. O autor finaliza o texto relembrando ao leitor o elogio feito pelo presidente Lula às atitudes de Chávez em 2005, o que, de certa forma, contribui para alertar o leitor em relação às futuras ações do presidente Lula.

4.3 Operadores argumentativos

Como mencionado, a argumentação faz-se presente nas atividades de linguagem através de vários recursos, dentre os quais se destacam os operadores argumentativos de ordem gramatical, como, por exemplo, os conectivos. Tais elementos, segundo Koch (2000), atuam diretamente na idéia a ser expressada no texto, estabelecendo conexões entre os elementos do texto e entre os interlocutores.

Koch (2000) e Guimarães (2002) ressaltam a utilização de outros operadores argumentativos igualmente importantes na construção argumentativa dos textos, como os operadores que estabelecem idéia de adição, de conclusão, de comparação, de justificativa, e pressuposição, entre outros. Serão ressaltados, no entanto, para este estudo, os operadores argumentativos encontrados nos dois gêneros analisados, tendo em vista sua recorrência e utilização em cada gênero.

A incidência e freqüência de operadores argumentativos é maior nos artigos de opinião, pois o encadeamento dos argumentos é elaborado de forma a introduzir mais justificativas do que simplesmente ratificar e/ou sustentar os posicionamentos. O tipo de operadores também se diferencia, pois, nos artigos de opinião, os operadores que indicam ressalva ou concessão são amplamente utilizados pelo autor, pelo fato de que o objetivo parece ser o de construir junto ao leitor a opinião e não somente emití-la.

Nos exemplos que se seguem, registram-se, através de excertos dos textos analisados, casos de uso do operador “mas”, de expressiva ocorrência nos dados:

Exemplo 18 – Editorial²³

A displicência verbal de Luiz Inácio Lula da Silva não pode ser invocada para justificar o afago em seu colega venezuelano. Em política externa, como em quase tudo na vida, admitem-se deslizes ocasionais. **Mas**, quando o desvio se torna freqüente, então estamos diante de um padrão.

(*Folha de S.Paulo*, “Cabo eleitoral”, Opinião, 18/11/07).

Exemplo 19 – Editorial²⁴

A economia está crescendo com força, o que facilita diluição dos custos do ajuste. **Mas** é preciso, sobretudo, que o governo e oposição voltem logo às negociações com espíritos desarmados e ambições mais elevadas.

(*Folha de S.Paulo*, “Depois da queda”, Opinião, 14/12/07).

Nos exemplos 10 e 11, o conectivo caracteriza uma contraposição em relação à idéia inicial, ao que foi posto pelo autor e que emana de uma outra voz, uma posição diferente da posição do autor, que aparece fortemente marcada no segmento introduzido pelo “mas”.

Já em alguns casos, o mesmo conectivo poderá contrapor a opinião de “outras vozes” no discurso e estabelecer um diálogo com a idéia do autor a ser, em seguida, introduzida, como no exemplo abaixo:

Exemplo 18 – Artigo de opinião²⁵

Por essa razão, em que pese todas as disfunções da CPMF, bastante minoradas pela isenção compromissada pelo governo, sou favorável a sua prorrogação, **mas** entendo ser necessário uma ampla e abrangente discussão sobre a política fiscal do país, compreendendo a reforma tributária e a política de gastos.

(*Folha de S.Paulo*, “A prorrogação da CPMF”, Tendências/Debates, 06/12/07).

²³ Cf. anexo A/13

²⁴ Cf. anexo A/16

²⁵ Cf. anexo B/ 11

O autor constrói no interior do texto um jogo polifônico no qual à idéia inicial é acrescentada uma nova idéia, de centralidade para a posição defendida no texto. Tem-se, assim, a defesa de um ponto de vista que não é posto de forma autoritária, mas exatamente construído através do diálogo com outras posições, muito recorrentes no debate sobre o tema e que, por isso mesmo, não podem ser desprezadas.

Tal estratégia exige do leitor um movimento de construção e desconstrução frente ao texto. O articulista marca um posicionamento, mas introduz um “novo olhar”, um outro ponto de vista a ser pensado e debatido, evidenciando que não permanecerá preso à discussão inicial, no caso o que diz respeito somente à aprovação do projeto, assunto do artigo. Pode-se observar, nos artigos de opinião situados na seção Tendências/Debates, essa característica como recorrente e marcante, pois a crítica traduz e representa as concepções do sujeito que se posiciona através do texto socialmente posto e com intuito de defender um ponto de vista e influenciar o outro.

A polifonia como forte estratégia argumentativa, expressivamente atrelada ao uso do operador “mas”, é, conforme assinalado, mais freqüente nos artigos de opinião²⁶.

Sobre isso, recorreremos a Monnerat (1997), que afirma que as relações discursivas são marcadas por operadores argumentativos, responsáveis pela estruturação dos enunciados de um texto, pois conferem a este um direcionamento argumentativo. Em suas pesquisas, a autora distingue, em particular, a utilização do “mas” que poderá ter valor de justificação de uma recusa da do “mas” aumentativo, que, além de estabelecer contraposição, também permite o jogo polifônico. A autora destaca a contra-expectativa como uma expressão de oposição, porém mais restrita à relação no enunciado. Para Guimarães (1987, *apud* Monnerat, 1997) as diferenças ao empregar os conectores podem se dar através de duas estratégias: de antecipação e de suspense. Ao induzir, por meio do “mas”, uma conclusão, o autor utiliza a estratégia de suspense, que consiste em introduzir o argumento após a indução da conclusão. Já na estratégia de antecipação, o autor

²⁶ Além do “mas”, outros operadores também foram usados estabelecendo idéia de contraposição nos textos, como “contudo”, “porém”, “entretanto”.

anuncia, previamente, que o argumento introduzido será anulado. Vejamos os exemplos:

Exemplo 19 – Artigo de opinião²⁷

Limitados a um papel secundário ou terciário (quando o bebê é cuidado pela avó, babá ou empregada doméstica), são ainda acusados de imaturos, ausentes, irresponsáveis, incompetentes e inadequados como pais. Muitas mulheres vivem a maternidade como um poder que não querem compartilhar e percebem os homens como meros coadjuvantes – ou até mesmo figurantes – em um palco em que a principal estrela é a mãe.

Não é possível questionar a suposta superioridade feminina no domínio privado sem enfrentar uma forte reação das mulheres, inclusive de muitas que lutam pela completa igualdade entre os gêneros. Mas não seria exatamente nesse terreno, completamente dominado pelas mulheres, que se enraizaria a mais profunda desigualdade entre os sexos?

É muito difícil transformar uma realidade social quando ela é vista como da ordem da natureza; natureza que é usada para justificar o papel privilegiado da mãe e para marginalizar ou excluir o pai dos cuidados com o recém-nascido.

(*Folha de S.Paulo*, “E a licença-paternidade?”, *Tendências/Debates*, 23/10/07).

Exemplo 20 – Editorial²⁸

Trata-se de alterações que beneficiariam sobretudo os usuários do sistema bancário. A orientação geral das propostas é aumentar a concorrência entre as instituições financeiras e, desse modo, propiciar uma diminuição no custo das transações bancárias, seja nas tarifas, seja nos juros. Em setembro de 2006, por exemplo, o Banco Central editou uma resolução que dá ao trabalhador a opção de escolher o banco pelo qual vai receber seu salário. Mas uma pressão oriunda do próprio setor público – governantes descobriram que leiloar a folha de pagamento de servidores é farta fonte de receita – fez adiar a implementação dessa novidade para janeiro de 2009 (no caso do setor privado) e janeiro de 2012 (para o funcionalismo).

(*Folha de S.Paulo*, “Em ritmo lento”, *Opinião*, 18/09/07).

A ocorrência da estratégia de antecipação é mais freqüente nos artigos de opinião. O articulista, em relação ao editorialista, comporta-se muito mais como formador de opinião, como se a sua responsabilidade fosse além da de persuadir o leitor.

²⁷ Cf. anexo B/01

²⁸ Cf. anexo A/05

Outro aspecto bastante relevante e que diz respeito à estruturação argumentativa dos textos refere-se aos operadores de pressuposição. Segundo Amorim (2003), estes se constituem através de alguns operadores argumentativos, verbos que indicam mudança de estado ou estado psicológico e marcadores circunstanciais. A pressuposição relaciona-se à construção de sentido no texto. Ducrot (1987) assevera que “pressuposto” refere-se à natureza de um elemento semântico inscrito no enunciado, diferentemente de “subentendido”, isto é, o pressuposto implícito no enunciado caracteriza a forma pela qual esse elemento semântico é inserido no sentido do texto. A utilização de marcadores de pressuposição implica uma relação de responsabilidade dos interlocutores quanto ao conteúdo do discurso.

Nos textos selecionados encontramos marcadores de pressuposição explícitos e implícitos nos enunciados.

Exemplo 21 – Editorial²⁹

Ainda que se intensifiquem as pressões para a diminuição da máquina estatal, o que é positivo, os ajustes emergenciais virão pelo caminho costumeiro. A saber, novos aumentos de impostos, com efeitos talvez mais perversos do que os ocasionados pela própria CPMF

(Folha de S.Paulo, “Além da CPMF”, Opinião, 16/12/2007)

O editorialista, ao utilizar o termo “ainda que”, explicita-se na estrutura textual, ao mesmo tempo em que chama a atenção do leitor para o que poderá acontecer, porém apoiando-se em seu pressuposto de que as pressões podem se intensificar.

No próximo exemplo, pode-se notar maior ênfase na apropriação do autor em relação ao pressuposto, pois as expressões do autor ressaltam a força argumentativa do texto.

Exemplo 22 – Editorial³⁰

FOI-SE O TEMPO em que palavras como "entendimento", "consenso" e "negociação política" **evocavam imagens positivas na opinião pública**. Conceitos desse gênero – que, a rigor, são inerentes à prática de um Legislativo democrático – **tendem a constar**, hoje em dia, como sinônimos pouco ou **nada eufemísticos** daquilo que se

²⁹ Cf. anexo A/17

³⁰ Cf. anexo A/07

entende vulgarmente por negociata, conchavo e barganha fisiológica. As dificuldades do governo Luiz Inácio Lula da Silva com a prorrogação da CPMF no Senado talvez terminem contribuindo, contudo, para **restituir ao conceito de "negociação"** algo de seu significado original.

Seria irrealista imaginar que não entrem em ponderação, no exame do assunto, ofertas de cargos e vantagens pessoais. Todavia, surgem sinais de que os entendimentos em torno da CPMF possam atender ao interesse público – e não apenas à conveniência dos parlamentares e dos partidos envolvidos na questão.

(Folha de S.Paulo, “Hora de negociar”, Opinião, 21/10/2007)

O autor pressupõe que houve um passado político em que algumas expressões, como “entendimento” e “negociação política”, reportavam a algo positivo. Mais adiante, o autor remete o leitor aos sinais de que os entendimentos em relação à CPMF possam atender também a interesses públicos. O texto é, de certa forma, fundamentado a partir de pressuposições.

4.4 Ironia

Outro aspecto importante é a marca da ironia do autor ao ressaltar algo que está posto no texto e salientá-lo, por exemplo, através do aspeamento, como um argumento para defender o seu ponto de vista. Segundo Vidigal (1999), as aspas estabelecem um certo distanciamento entre autor e leitor, pois, nesse caso, o autor quer se isentar da responsabilidade do dito. A autora ressalta que o valor enunciativo das aspas somente é constituído se considerado o seu contexto e a construção da interpretação do leitor. Como podemos verificar no exemplo seguinte:

Exemplo 23 – Artigo de opinião³¹

A COMISSÃO de Direitos Humanos do Senado aprovou, por unanimidade, o projeto que aumenta de quatro para seis meses o período da licença-maternidade. A autora do projeto, senadora Patrícia Saboya (PDT-CE), comemorou dizendo: "Está na hora de respeitar a mulher brasileira e as crianças".

Aplaudimos veementemente a aprovação do projeto e o reconhecimento e a valorização da maternidade. Mas perguntamos: não está também na hora de respeitar o homem brasileiro, ou melhor, a paternidade?

Aparentemente não, pois a mesma senadora propõe um projeto para aumentar a licença-paternidade de cinco para 15 dias, com o objetivo de que os pais possam **"ajudar"** as mães nos primeiros dias de vida do bebê.

(Folha de S.Paulo, “E a licença-paternidade”, Tendências/ Debates 23/10/2007, Mirian Goldenberg).

³¹ Cf. anexo B/01

Ao utilizar o termo “ajudar” (aspeado), pode-se notar a irônica crítica do autor aos valores, arraigados na nossa cultura, que perpassam o projeto da senadora. Assim, embora o projeto seja digno de aplauso, por um lado, ele é falho exatamente porque não altera – e, sobretudo, até confirma – o “lugar” dado ao homem, ao pai, na criação dos filhos na nossa sociedade.

Assim, ao focalizar com as aspas o termo retirado do projeto de lei, põe-se o foco exatamente na fragilidade dos pressupostos que estão na sua base e mesmo atravessam o primeiro projeto citado. Nessa medida, o projeto que diz respeito à licença-paternidade é visto, de certa forma, com ironia. “Ajudar” a mãe, na prática, é muito diferente de participar efetivamente do crescimento do bebê. Ademais, dá ao pai um lugar de coadjuvante, menor no processo. Subentende-se, então, que o enunciador posiciona-se desfavoravelmente em relação à pouca importância que se atribui ao homem na paternidade.

Uma crítica maior, ou seja, uma crítica à sociedade e não só ao projeto em questão, pode ser percebida à medida que caminhamos no texto. Tal estratégia visa à aproximação com o leitor, tendo por objetivo constituir um vínculo de credibilidade e cumplicidade, pois, afinal, o autor, além de compartilhar, solidariza-se com a posição atribuída ao indivíduo frente à sociedade. Outros exemplos nos mostram quanto recorrente pode ser esse recurso, uma vez que a força argumentativa do texto sobrepõe-se ao texto como um todo, conferindo-lhe, assim, um caráter incontestável. A manifestação dessa estratégia, que visa, principalmente, à aproximação com o leitor, pode se apresentar de diversas formas no texto.

Exemplo 24 – Artigo de opinião³²

A GRAVIDEZ indesejada, a pobreza e a violência são questões importantes e, sem dúvida, todas elas se encontram presentes no cenário das favelas cariocas. Mas essa convivência não significa causalidade. **Apesar das boas intenções**, as declarações do governador Sérgio Cabral a respeito da legalização do aborto como forma de conter a violência refletem uma lógica simplista: pobre tem filho demais e isso gera mais pobreza, que, por sua vez, gera violência.

A singeleza de tais raciocínios seduz a opinião pública, escamoteia as principais causas de problemas sociais complexos como a violência e faz dos pobres, principalmente as mulheres, seus bodes expiatórios.

Em vez de recorrer apenas ao senso comum, porém, o governador lança mão de um capítulo do livro "Freakonomics", de Steven Levitt e Stephen J. Dubner, no qual se

³² Cf. anexo B/04

afirma que a redução da violência nos Estados Unidos, no final do século passado, pode ser atribuída, em grande parte, à legalização do aborto. Contudo, tanto a afirmação sobre a alta fecundidade nas favelas como a tese de que a legalização do aborto reduz a violência são contestáveis.

(*Folha de S.Paulo*, “A legalização do aborto ajudaria a combater a criminalidade”, Tendências/Debates 27/10/2007, George Martine e Sonia Corrêa).

Exemplo 25 – Artigo de opinião³³

FOI UM "erro de digitação". Essa foi a resposta que o advogado de Roberto Carlos forneceu à Folha ao ser indagado sobre a denúncia de adulteração do conteúdo do livro "Roberto Carlos em Detalhes" na queixa-crime que seu escritório enviou à Justiça contra mim. Recapitulando: no livro, digo que na jovem guarda havia uma "combinação de sexo, garotas e playboys". Pois na página 16 da queixa-crime essa frase é citada com a troca da palavra "garotas" por "drogas" e, em seguida, os advogados escreveram: "(...) e por aí vai o querelante, misturando sexo grupal com homicídio, consumo de drogas com corrupção de menores e bestialismo". Ressalte-se que não apenas naquele documento como também em entrevistas o advogado Marco Antônio Campos tem atribuído ao livro frases que não escrevi. À revista "Aplauso", por exemplo, ele afirmou que no livro está dito que o cantor "era assíduo freqüentador da cobertura de Carlos Imperial, onde as festinhas eram regadas a todos os tipos de drogas", e que, "uma vez, uma menor foi estuprada e morta numa dessas festas". Ocorre que o livro não fala em drogas ou homicídios na casa de Imperial e muito menos associa Roberto Carlos a isso. Narra, sim, um escândalo que abalou a jovem guarda em 1966, com Imperial e outros artistas acusados de se envolver com garotas menores. No texto, enfatizo que aquilo não atingiu Roberto Carlos. Qualquer um pode confirmar isso no livro, da página 306 até a página 311. Basta ler! É lamentável que Roberto Carlos tenha entrado na Justiça sem ao menos ter lido a sua biografia. "Fizemos um resumo para ele", confessa Campos. Se o resumo que o advogado fez ao cantor foi o mesmo que está na queixa-crime e propaga em entrevistas, está finalmente explicado por que Roberto Carlos ficou tão furioso com um livro que engrandece a sua vida e a sua arte. E agora também finalmente sabemos a que ele estava se referindo quando, na primeira manifestação contra o livro, disse em entrevista coletiva que nele haveria "coisas não verdadeiras". Ou seja, diante de toda a imprensa brasileira, um dos maiores artistas do país desqualifica o trabalho de um profissional apenas baseado num resumo adulterado que lhe foi fornecido por colaboradores. Campos fala agora em "erro de digitação". Roberto Carlos, assim como o presidente Lula, provavelmente vai dizer que nada sabia. E, aí, estamos conversados? Não, não estamos. Como bem afirmou Paulo Coelho meses atrás em artigo aqui mesmo na Folha, o que está em jogo nessa polêmica não é apenas o meu livro, não é apenas o meu caso. É a liberdade de expressão no Brasil, direito adquirido depois de longa luta contra a ditadura. Porque, se valer para outras figuras públicas o que está valendo para Roberto Carlos, ninguém mais poderá escrever a história deste país. Várias personalidades que já leram "Roberto Carlos em Detalhes", como Caetano Veloso, Nelson Motta e Ruy Castro, declararam que se trata de um livro carinhoso e positivo para o cantor. Em recente entrevista à "Veja", o renomado jurista Saulo Ramos afirmou que o

³³ Cf. anexo B/15

livro "é uma biografia perfeita. Não tem um ataque moral contra o Roberto. Ele me consultou e eu o aconselhei a não tomar nenhuma providência. Recusei a causa, e ele procurou outros advogados". Será que todas essas pessoas estão erradas e apenas os advogados que o cantor procurou estão certos? É óbvio que esses advogados estão fazendo o papel deles, mas daí a tergiversar no processo, adulterar o conteúdo da obra para induzir a Justiça a erro vai uma grande diferença. E, diante disso, não posso e não devo me calar. Pois foi baseado no conteúdo dessa queixa-crime que o juiz Tércio Pires, do Fórum Criminal da Barra Funda (SP), julgou que o livro cometia grande ofensa à honra de Roberto Carlos. Acreditando nisso, por duas vezes esse juiz ameaçou mandar fechar a editora Planeta durante aquela fatídica audiência, em 27 de abril. Sentindo-se coagida, a editora decidiu aceitar o acordo, me deixando abandonado. Resultado: o livro foi proibido, 10.700 exemplares do estoque foram apreendidos, e outros tantos, recolhidos das livrarias e entregues a Roberto Carlos para serem destruídos. É uma violência cultural sem precedentes em países sob vigência do Estado democrático de Direito. Para o cantor, esse imbróglio trouxe desgaste de imagem e nenhum sentido prático, pois o conteúdo do livro está na internet. Além disso, o tempo ficou cada vez menor e até agora ele não conseguiu aprontar um novo álbum ou lançar uma ou duas novas músicas – fato que não acontecia desde que gravou seu primeiro disco, há 48 anos! Portanto, 2007 ficará marcado na história de Roberto Carlos como o ano em que ele não lançou nenhum novo CD, mas, ao contrário, tirou de circulação a sua biografia.

(Folha de S.Paulo, "Não posso e não devo me calar", Tendências/Debates 17/12/2007, Paulo César de Araújo)

Exemplo 26 – Artigo de opinião³⁴

FOI UM FINAL de semana bem ruim para os **aspirantes a guias geniais e perpétuos dos povos latino-americanos**. A pesquisa Datafolha deu um banho frio no continuísmo petista-lulista. Hugo Chávez exagerou em suas palhaçadas sinistras e apanhou nas urnas. Por fim, em tom menor, houve um "recoo tático" na Bolívia. Decerto petistas-lulistas **assanhados** leram o Datafolha ao inverso. Acreditam que a parcela de 34% do eleitorado favorável ao terceiro mandato, ou o 31% favorável ao terceiro mandato de Lula em particular, é indício de que está apenas no início a "longa marcha" para fazer com que o presidente tenha direito a um terceiro mandato consecutivo.

(Folha de S.Paulo, "Reeleições tomam uma tunda", Dinheiro, 04/12/07, Vinícius Torres Freire).

Exemplo 27 – Editorial³⁵

Habilidade para lidar com **cenários multiconflituosos** é atributo básico de uma potência regional. Na América do Sul, apenas o Brasil – por suas dimensões econômicas, demográficas e territoriais – tem condições de exercer esse papel. Não

³⁴ Cf. anexo C/10

³⁵ Cf. anexo A/14

se trata, é claro, de impor soluções e pontos de vista, mas de promover o diálogo e atuar para reduzir danos.

É incrível, por exemplo, que, convidado a mediar a crise entre argentinos e uruguaios, o presidente Lula tenha preferido omitir-se. **Espantosa**, também, foi sua manifestação a favor do terceiro mandato de Chávez a poucos dias de os venezuelanos decidirem o tema nas urnas.

Liderança não vem por gravidade. Um desenvolvimento regional harmônico exige um Brasil mais atuante, que não tome partido, mas aja para facilitar soluções. E é bom agir depressa.

(Folha de S.Paulo, “Muy amigos”, Opinião, 30/11/07)

O recurso mostra-se recorrente e presente tanto nos editoriais quanto nos artigos de opinião, porém a forma como se constrói no texto apresenta certas peculiaridades. Nos artigos, por exemplo, a ironia é marcada, via de regra, por afirmações do autor que evidenciam o caráter crítico e/ou absurdo do fato, como no exemplo 13, quando o autor utiliza as seguintes expressões para referir-se ao governador Sérgio Cabral: “apesar das boas intenções” e “a singeleza de tais raciocínios”. No exemplo 14, o autor argumenta em favor da liberdade de expressão, levanta questionamentos, compara o autor da censura ao presidente Lula e o faz apoiado em suas críticas e ironias dirigidas ao fato. No exemplo 15, não há nenhuma preocupação do autor em “escolher” os termos adequados. Ao seu dito, acrescenta-se um caráter irônico por meio das expressões: “aspirantes a guias geniais e perpétuos dos povos latino-americanos” e “petistas-lulistas assanhados”. Já no editorial, exemplo 16, as críticas entremeiam-se ao tom irônico dado ao tema, principalmente, na utilização de expressões como: “cenários multiconflituosos “ e “É incrível” que traduzem o posicionamento do autor.

4.5 Orações subjetivas

A utilização de orações substantivas, principalmente as subjetivas, configura-se, nos dados deste estudo, como estratégia de destaque. Integram-se às orações ditas principais através de conectivos ou apresentam-se nas formas nominais.

Segundo Lopes (2007), o que pode ser confirmado pelos dados deste trabalho, tais orações constituem-se em estratégias para o autor, que podem ser utilizadas em explicações, ao introduzir citações, para apresentação de dados. Ainda para a autora,

“o agenciamento das estruturas sintáticas em destaque parece visar à adesão do público-leitor para a necessidade de uma tomada de atitude” (LOPES, 2007, p. 114). Nos textos analisados, pôde-se verificar uma ocorrência significativa dessas construções nos artigos de opinião.

Em relação a tal evidência, deve-se ter em mente que, nos artigos de opinião, tal recurso explicita o argumento e não a opinião propriamente dita do autor. Noutros termos, ao topicalizar o argumento, o autor oculta-se, há um “falso” apagamento de seu posicionamento, o que, como consequência, reforça e ressalta a força argumentativa dos argumentos sustentadores do ponto de vista do autor.

Pode-se notar, nos próximos exemplos, a presença dessas construções nos artigos de opinião e, inclusive, em um editorial:

Exemplo 28 – Editorial³⁶

[É preciso] estabelecer mecanismos que garantam o cumprimento dessas metas (o que não é simples de fazer) e associar à medida um amplo e profundo programa para modernizar a gestão pública. Sem uma preocupação obsessiva com o usuário dos serviços estatais, a reforma jamais se justificará. Pontos essenciais na proposta do Planalto, portanto, ainda carecem de detalhamento. É forçoso reconhecer, porém, que a qualidade das discussões no Senado melhorou muito. A tênue e incerta maioria do governo na Casa vai fazendo bem ao país.

(*Folha de S.Paulo*, “Mais concessões”, Opinião, 14/11/2007).

Exemplo 29 – Artigo³⁷

[É claro] que a derrota respinga também – e fortemente – no Hugo Chávez do passado e do presente, aquele que está no poder desde 1999. Mas esse Chávez detém ainda uma dose formidável de popularidade, atestada pelo melhor metro dos humores latino-americanos que é o Latinobarómetro.

Chávez é tão popular internamente quanto é impopular fora da Venezuela, a ponto de perder até para o “diabo”, mais conhecido como George Walker Bush, nos outros países latino-americanos, proeza formidável.

(*Folha de S.Paulo*, “O futuro condenou Chávez”, Clóvis Rossi, Opinião, 14/12/2007).

Exemplo 30 – Editorial³⁸

[É de prever] que seja aprovada sem percalços, porque são preponderantes as razões para fazê-lo.

(*Folha de S.Paulo*, “Licença civilizada”, Opinião, 30/10/2007).

³⁶ Cf. anexo A/12.

³⁷ Cf. anexo .C/14

³⁸ Cf. anexo .A/06

A utilização das orações substantivas mostra o autor que discorre em relação aos acontecimentos, enfatizando a sua exposição em detrimento de sua opinião, ao mesmo tempo em que constrói a sua argumentação. O leitor é envolvido e conduzido pela força argumentativa. Note-se que, ao lançar mão de tal estratégia, o autor ressalta a força das palavras, como se os argumentos falassem por si sós, como se não coubesse refutá-los, combatê-los.

Saliente-se que o emprego de outras expressões, além daquelas trazidas nos exemplos anteriores, de teor afirmativo, que também introduzem as orações substantivas, tais como *é necessário*, *é verdade*, *é importante*, entre outras, foi verificado nos textos. Tais expressões, trazidas entre colchetes nos exemplos desta seção, funcionam como modalizadores, na medida em que expressam uma avaliação, um posicionamento.

Entretanto, cabe frisar, é uma avaliação que não se coloca em discussão. É trazida como verdade, como fato incontestável. Esse efeito parece potencializar-se quando a oração que integra essas expressões apresenta, predominantemente, cunho afirmativo e grande carga avaliativa por parte do autor.

Exemplo 31 – Artigo de opinião³⁹

[É preciso] prorrogar sua vigência para ganhar o fôlego necessário para aprofundar o debate sobre o sistema tributário e a política de gastos. A CPMF responde por uma arrecadação de R\$ 40 bilhões, o correspondente a aproximadamente 6% da arrecadação do governo federal e a sua eliminação no momento, 20 dias antes do início do ano fiscal, exigiria do governo três posicionamentos.

(Folha de S.Paulo, “A prorrogação da CPMF”, Tendências/Debates, 06/12/07, Francisco Dornelles)

Exemplo 32 – Artigo de opinião⁴⁰

[É forçoso] reconhecer que o governo federal, ao se comprometer a não cobrar a CPMF de pessoas com renda mensal de até R\$ 2.894, elimina a regressividade direta dessa contribuição, na medida em que ela poderá ser deduzida da contribuição para a Previdência Social.

(Folha de S.Paulo, “A prorrogação da CPMF”, Tendências/Debates, 06/12/07)

³⁹ Cf. anexo B/11

⁴⁰ Cf. anexo B/11

Saliente-se, por fim, que o uso das orações substantivas e das expressões de cunho afirmativo é mais freqüente nos artigos de opinião. A utilização de tais recursos nos leva a crer que o autor se vale dessa estratégia para elaborar a sua argumentação de forma mais convincente, já que o seu principal objetivo é conseguir adesão do leitor a seu ponto de vista. Tal recurso é mais recorrente nos artigos de opinião, pois o autor, via de regra, está isento da responsabilidade de necessitar defender a opinião de uma determinada instituição. No que toca ao aspecto argumentativo, as orações substantivas funcionam como uma espécie de ancoragem aos argumentos do autor, pois sustentam seu posicionamento ao longo do texto.

4.6 Mundo relatado e mundo percebido

Conforme apresentado em capítulo anterior, na concepção de Crato (1992), os artigos de opinião são aqueles cuja apreciação dos eventos torna-se mais importante do que o seu próprio relato, pois são geralmente solicitados a personalidades conhecidas do público leitor, especialistas nos assuntos abordados, as quais, portanto, teriam, aos olhos do leitor, legitimidade para falar de assuntos relacionados a essa especialidade. Já os editoriais, como salientado, exprimem a opinião da instituição jornalística que representam, voltam-se para "informar, ao mesmo tempo, sobre o mundo e sobre a maneira através da qual se deve percebê-lo" (TÉTU, 2002, p. 192).

Assim, quando o autor do artigo de opinião é um especialista no assunto, os argumentos são construídos, em sua grande parte, a partir de referências científicas, citações, dados e comprovações estatísticas, ou seja, argumentos incontestáveis para o leitor. Nos exemplos a seguir, pode-se notar, pela abordagem dada ao tema e pela citação de dados, que o texto é de um especialista.

Exemplo 33 – Artigo⁴¹

O uso de gás natural em veículos é fundamental para substituir parte dos derivados de petróleo e gerar melhores condições ambientais e sociais. O uso de biocombustíveis tem conhecidas limitações, e os preços do petróleo já superam US\$ 95 por barril. O Brasil ainda importa cerca de 500 mil barris de petróleo por dia, impactando o balanço de pagamentos. Nesse cenário, o GNV, que já demonstrou dispor de tecnologias avançadas, compatíveis com uma segurança maior que os combustíveis líquidos, e uma experiência mundial de mais de 7 milhões de veículos, tem certamente um importante papel a desempenhar.

(*Folha de S.Paulo*, “Causas e efeito da crise do gás”, Dinheiro, Rosalino Fernandes⁴², 06/12/07)

Exemplo 34 – Artigo⁴³

A tese de que a Venezuela não é uma democracia porque lhe falta qualidade para tal é uma tese autoritária de direita muito semelhante à tese autoritária que a esquerda latino-americana usava nos anos 1950 e 1960 para desclassificar as democracias então existentes no continente.

Essas democracias seriam, segundo essa tese autoritária, democracias "formais", não substantivas. Argumentar contra essa tese foi fundamental na luta pela redemocratização depois de 1964. Agora, é a direita latino-americana que adota tese semelhante sob inspiração da grande imprensa do Norte – desse Norte rico que Chávez está incomodando. Ao Brasil não interessa hostilizar esse Norte, mas não interessa também a ele se subordinar.

(*Folha de S.Paulo*, “Democracia na Venezuela”, Dinheiro, Luiz Carlos Bresser-Pereira⁴⁴, 03/12/07)

No caso do editorial, como se sabe, não temos o autor especialista, por isso, é comum o autor apoiar-se em dados de fonte reconhecida como legítima, séria, competente, como no exemplo:

⁴¹ Cf. anexo C/09

⁴² ROSALINO FERNANDES, 64, engenheiro mecânico pela UFRJ, é vice-presidente da ALGNV (Associação Latino-Americana de GNV).

⁴³ Cf. anexo C/11

⁴⁴ LUIZ CARLOS BRESSER-PEREIRA, 73, professor emérito da Fundação Getúlio Vargas, ex-ministro da Fazenda, da Reforma do Estado e da Ciência e Tecnologia, é autor de "Macroeconomia da Estagnação: Crítica da Ortodoxia Convencional no Brasil pós-1994".

Exemplo 35 – Editorial⁴⁵

A Organização Mundial da Saúde (OMS) recomenda que essa seja a fonte exclusiva de alimento do recém-nascido nos primeiros 180 dias de vida, não só porque o leite materno contém todos os nutrientes necessários como também porque o protege de doenças infecciosas e crônicas – o que ajuda a reduzir a mortalidade infantil. **Além disso**, o vínculo íntimo com a mãe **promove** o desenvolvimento sensorial e cognitivo do bebê, **de acordo com a OMS**.

(Folha de S.Paulo, “Licença civilizada”, Opinião, 30/10/2007)

No exemplo, tendo em vista o tema em discussão, não há dúvida de que a Organização Mundial de Saúde seja voz de peso para a defesa do ponto de vista do editorial. Nessa medida, a fonte utilizada acaba dando o caráter de “especialidade” no tratamento do tema. Quem diz é o “outro”, mas não um outro qualquer, e sim a OMS: a “OMS recomenda”, “de acordo com a OMS”.

A diferença, pois, está no modo como se constrói e se desenha esse leitor para o autor do texto. O leitor que o editorialista pressupõe é um leitor “a postos” para receber a sua informação, um leitor que se molda mais facilmente e que se constrói de “fora para dentro”. Já o articulista percebe o leitor em construção capaz de dialogar com as informações recebidas e que se constrói de “dentro pra fora”.

⁴⁵ Cf. anexo A/06

CONCLUSÃO

Iniciamos a pesquisa que deu origem a este trabalho com o objetivo de estudar a organização argumentativa em dois gêneros discursivos do domínio jornalístico: o editorial e o artigo de opinião.

Conforme se expôs na abertura do texto, a investigação foi fortemente motivada pela percepção da falta de um “divisor de águas” para que pudéssemos estabelecer parâmetros de definição para esses dois gêneros opinativos, já que, seguramente, textos dessa natureza possuem um veio argumentativo comum, além de outras características que também permeiam e são recorrentes em ambos os textos. Tal incerteza gerou um ambiente de questionamentos em relação ao funcionamento desses gêneros, o que, por sua vez, tornou-se a grande motivação para desenvolver este trabalho.

No entanto, o maior desafio constituiu-se em descobrir e delinear fronteiras entre esses dois gêneros, pois ambos se apresentam sob tênues limites às interfaces que os definem. Outro aspecto constitutivo do editorial e do artigo de opinião diz respeito à estrutura argumentativa como fio condutor do texto.

O foco na argumentação como elemento para a comparação encontrou amparo no fato de serem os dois gêneros tecidos, construídos e constituídos por ações opinativas, da ordem do argumentar, portanto, gêneros fortemente argumentativos, cuja intenção é persuadir o leitor e levá-lo a aderir a um determinado ponto de vista.

Para dar conta do empreendimento proposto, o caminho de construção teórica para subsidiar a análise passou pelo estudo e pela discussão de concepções sobre gêneros discursivos, de questões pertinentes ao estudo do discurso, como dialogismo, interação e polifonia, de gênero editorial e gênero artigo de opinião e de argumentação.

Procuramos, então, esboçar, em linhas gerais, as noções teóricas em torno dos gêneros, dos processos discursivos e dos elementos da enunciação, assim como

explorar as principais características de cada gênero, investigar a sua organização textual e discursiva no contexto da enunciação.

Como se defendeu e, sobretudo, se pôde observar ao longo das discussões e análises trazidas a este trabalho, todo texto está impregnado pelas marcas do sujeito que o produz. Trata-se, pois, de um sujeito construído no seu contexto sociohistórico e repleto de valores sociais que ecoam em seu interior e constituem, assim, o seu discurso. Destaca-se, portanto, o processo de interação indivíduo/mundo, no qual os indivíduos, através dos discursos produzidos, mostram-se e (re)constituem-se a partir do jogo comunicativo por eles estabelecido, a partir de um processo dinâmico de “troca” e reciprocidade.

Ao observarmos a organização e o funcionamento dos editoriais e dos artigos de opinião, verificamos que as marcas deixadas em cada um dos gêneros resultam desse construto, indivíduo/mundo, e que, certamente, isso não apenas interfere na recepção do leitor, como definirá caminhos para esse leitor. Sob esse ponto de vista, a análise dos textos construídos nessa relação nos mostra também o modo como o leitor é desenhado, previsto no texto.

Através da análise dos dados, pôde-se mostrar que os textos opinativos estudados envolvem o leitor e o enredam a fim de conquistar a sua adesão à tese inicialmente proposta pelo autor do texto.

Embora, nos editoriais e nos artigos de opinião, o objetivo principal seja o de persuadir, a seleção de argumentos, o tipo e a organização desses argumentos ocorrem com algumas especificidades em cada um dos gêneros.

Os dados sobre o estudo nos sugerem que o editorialista constrói seu texto pressupondo um leitor ávido a receber informações/opiniões ou, até mesmo, posicionamentos. Sendo o editorial, no jornal, o espaço reservado para a exposição da opinião do jornal, claramente posta, sem máscaras (como muitas vezes se percebe em outras seções do jornal), é comum que tal posicionamento venha, muitas vezes, construído como verdade. O autor constrói o seu dito e defende um ponto de vista; no entanto, entre o dito do autor e o ponto de vista a ser defendido não há momentos para reflexão, pois o leitor que o editorialista parece desenhar é um leitor que já espera uma opinião pronta e não elementos, informações e/ou dados para elaborar um ponto de vista.

Diferentemente, no artigo de opinião, o leitor construído é um leitor que espera informações que possam sustentar, provar a pertinência de um ponto de vista, não simplesmente para acatá-lo.

O editorialista enfatiza a informação para apresentar o fato e/ou discussão ao leitor, pois informar o mundo ao leitor é uma forma de fazê-lo perceber esse mundo, ao passo que o articulista enfatiza o fato/discussão para apresentar a informação, pois, para o articulista, o leitor que se desenha é o leitor que constrói a sua própria percepção de mundo.

É importante ressaltar que muitas são as características semelhantes aos dois gêneros, principalmente no que toca à estrutura argumentativa e à persuasão de um ponto de vista, já que ambos pertencem à ordem dos textos do argumentar.

Podemos também apontar alguns traços comuns entre os dois gêneros em relação à organização argumentativa, como a utilização de operadores argumentativos e as marcas de subjetividade deixadas pelo autor. Porém a distinção entre os gêneros emerge a partir dos propósitos do autor e do modo como o autor imagina o seu público. Os gêneros se distinguem, ainda, quanto ao modo de enunciação que deles emana, podem partilhar uma mesma natureza textual, porém ao se constituírem como discurso apontam para caminhos distintos com o objetivo de atingir o leitor previamente construído.

Longe de concluir este estudo, e sem a intenção de esgotar as possibilidades de continuidade para a pesquisa aqui descrita, foram apontados apenas alguns direcionamentos que dizem respeito à natureza dos textos opinativos, em especial, aos pontos de tangência dos editoriais e dos artigos de opinião, à estrutura argumentativa e, principalmente, ao modo como ela é construída em cada um dos gêneros, o que, certamente, poderá contribuir para os estudos sobre os textos opinativos, ainda que em caráter experimental, pois muitas são as nuances em relação ao gênero e suas interfaces, um vasto campo a ser explorado, aprofundado e detalhado. Outros aspectos relativos à natureza argumentativa também podem ser investigados e desvendados.

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de estado*. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- ALVES FILHO, F. *A autoria nas colunas de opinião assinadas da Folha de S.Paulo*. 2005. 272f. Tese (Doutorado em Lingüística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, 2005.
- ARAÚJO, C. R. de. *O domínio discursivo do jornalismo escrito: um estudo sobre editorial*. Puc-Minas: 2002. Dissertação em Letras.
- ARISTÓTELES. *Retórica*. Trad. Manuel Alexandre Júnior *et al.* Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1998.
- AUTHIER-REVUZ, J. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). [Trad. Celene M. Cruz e João W. Geraldi] In: *Cadernos de Estudos Lingüísticos/Campinas* (19): 25-42, jun./dez. 1990.
- BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. In: *Estética da criação verbal*. M. Bakhtine. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997. (p. 279-326).
- BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- BAKHTIN, M. *Problemas da poética de Dostoievski*. São Paulo: Universitária, 2005.
- BAZERMAN, C. *Gêneros textuais: tipificação e interação*. São Paulo: Cortez, 2006.
- BELTRÃO, L. *Jornalismo opinativo: filosofia e técnica*. Porto Alegre: Sulina, 1980.
- BENVENISTE, E. *Da subjetividade na linguagem*. São Paulo: Editora Nacional, 1976.

- BENVENISTE, E. *Problemas de lingüística geral II*. Campinas: Pontes Editores, 1989.
- BONINI, A. Os gêneros do jornal: questões de pesquisa e ensino. In: *Gêneros Textuais: reflexões e ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.
- BRAIT, Beth. *BAKHTIN: dialogismo e construção do sentido*. Campinas: Unicamp, 2005.
- BRÄKLING, Kátia Lomba. Trabalhando com artigo de opinião: re-visitando o eu no exercício da (re)significação da palavra do outro. In: ROJO, Roxane (Org.). *A prática de linguagem em sala de aula: praticando os PCNs*. Coleção As faces da Lingüística Aplicada. São Paulo: EDUC / Campinas, SP: Mercado de Letras, 2000.
- BRANDÃO, H. H. N. *Introdução à análise do discurso*. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.
- BRANDÃO, Helena H. N. *Subjetividade, argumentação, polifonia; a propaganda da Petrobrás*. São Paulo, Unesp, 1998.
- BRONCKART, Jean-Paul. *Atividade de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sócio-discursivo*. A. Rachel Machado; P. Cunha (trad.). São Paulo-SP: Educ, 2003.
- CHAPARRO, Manuel Carlos. *Sotaques d'aquém e d'além mar: percursos e gêneros do jornalismo português e brasileiro*. Satarem: Jortejo, 1998.
- CHARAUDEAU, P. *Discurso das mídias*. São Paulo: Editora Contexto, 2006. 285p.
- DINES, A. *O papel do jornal: tendências da comunicação e do jornalismo no mundo em crise*. Rio de Janeiro: Artenova, 1977.
- DOLZ, B.; SCHNEUWLY, J. Gêneros e progressão em expressão oral e escrita: elementos para reflexões sobre uma experiência suíça (francófona). In: *Gêneros orais e escritos na escola*. Trad. e org. de Rojo, R. e Cordeiro, G. L. Campinas: Mercado de Letras, 2004. P. 41-70.
- DUCROT, O. *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes, 1987.

- DUCROT, O. *Provar e dizer: linguagem e lógica*. Trad. Maria Aparecida Barbosa, Maria de Fátima Gonçalves Moreira, Cidmar Teodoro Pais. São Paulo: Global, 1981.
- FAIRCLOUGH, N. *Critical Discourse Analysis: the Critical Study of Language*. London: Longman, 1995a.
- FAIRCLOUGH, N. *Media Discourse*. London: Longman, 1995b.
- FAIRCLOUGH, N. *Discurso e mudança social*. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.
- FARIA, M. A. & ZANCHETTA, J. Jr. *Para ler e fazer o jornal na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 2002.
- FIORIN, J. L. *Elementos de análise do discurso*. São Paulo: Linguística Contexto, 2002.
- FOUCAULT, M. *Arqueologia do saber* (Trad. de L. F. Baeta Neves). Petrópolis: Vozes, 1971 (Título original: *L'archéologie du savoir*, 1969).
- GERALDI, J.W. Notas para uma tipologia lingüística dos períodos hipotéticos. In: *Português: estudos lingüísticos*. Minas Gerais: Rev. das Faculdades Integradas de Uberaba, 1981, p. 72-75.
- GOMES, A. de A. Estratégias enunciativas e manifestação de opinião: Uma análise textual dos jornais digitais Le Monde e Le Monde Diplomatique. In: *Revista TEXTOS de la CiberSociedad*, 8. Temática Variada. Disponível em www.cibersociedad.net/textos/articulo.
- GRILLO, S. V. de C.; DOBRANSZKY, E. A.; LAPLANE, A. L. F. Mídia impressa e educação científica: uma análise das marcas do funcionamento discursivo em três publicações. In: *Cad. Cedes*, Campinas, v. 24, n. 63, p. 215-236, maio/ago. 2004.
- GUIMARÃES, E. *Texto e argumentação: um estudo de conjunções do português*. Campinas/SP, Pontes, 1987.
- HALLIDAY, M. A. K. (2002) *An introduction to functional grammar*. 2nd ed. London: Oxford University Press.

- IKEDA, S. N. A noção de gênero textual na Lingüística Crítica de Roger Fowler. In: *Gêneros: teorias, métodos, debates*. Meurer, J. L.; Bonini, A.; Motta-Roth, D. (Orgs.). São Paulo: Parábola Editorial, 2005. P. 46-64.
- KOCH, I. G. V. *Argumentação e linguagem*. São Paulo: Cortez, 1999.
- KOCH, I. G. V. *A interação pela linguagem*. São Paulo: Contexto, 2000.
- KOCH, I. G. V. *Desvendando os segredos do texto*. São Paulo: Cortez, 2002.
- MAINGUENEAU, D.; CHARAUDEAU, Patrick. *Dicionário de análise do discurso*. Coord. Trad. Fabiana Komesu. São Paulo: Contexto, 2004.
- MELO, J. M. de. *A opinião no jornalismo brasileiro*. 2. ed. rev. Petrópolis: Vozes, 1994.
- MEURER, J. L.; MOTTA-ROTH, D. (Orgs.). *Gêneros textuais*. São Paulo: EDUSC, 2002.
- MEURER, J. L.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. (Orgs.). *Gêneros: teorias, métodos e debates*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- MORAES, C. R. A. *Linguagem verbal, argumentação e polifonia*. Montes Claros: Unimontes Científica, v. 1, n. 1, mar/2001.
- NASCIMENTO, K. C. de S. *A macroestrutura argumentativa de editoriais do Jornal do Brasil, 1999*. Dissertação (Mestrado em Letras (Letras Vernáculas)) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- OLIVEIRA, Roberta Pires. Semântica. In: MUSSALIM, F. & BENTES, A. (Orgs.). *Introdução à lingüística: domínios e fronteiras*. Vol. 2, São Paulo, Cortez, 2001.
- ORLANDI, E. P. *Discurso e leitura*. São Paulo: Cortez, 1993.
- PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Editora da Unicamp, 1975.
- PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. *Tratado de argumentação – Nova Retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

RECH, M. H. B.; FELTES, H. P. M. A proposta sócio-retórica de John M. Swales para o estudo dos gêneros textuais. In: *Gêneros: teorias, métodos e debates*. Meurer, J. L.; Bonini, A; Motta-Roth, D. (Orgs.). São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

REBELO, N. M. S. *Análise do processo persuasivo no gênero editorial*. UFSM: 1999. Dissertação em Letras.

RODRIGUES, R. H. Os gêneros do discurso na perspectiva dialógica da linguagem: a abordagem de Bakhtin. In: *Gêneros: teorias, métodos e debates*. Meurer, J. L.; Bonini, A; Motta-Roth, D. (Orgs.). São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

VAN DIJK, T. A. *Cognição, discurso e interação*. São Paulo: Contexto, 1996.

VAN DIJK, T. A. *Cognição, discurso e interação*. São Paulo: Contexto, 2002.

ABSTRACT

This work proposes a comparative study of the editorial and opinion articles genre regarding the organization and the functioning of argumentation in both genres, provided that both are opinion genres from journalistic domain.

The analysis was constructed intending to discuss the functioning and the argumentative organization of editorials and opinion articles, to investigate the dialogic relationship established between producer and reader in these genres, to verify the intentionality and the discourse aspects involved in the elaboration of the texts and to discuss the polyphony as an argumentative strategy and its effects on the expression.

There were analyzed a total of 45 texts from the newspaper *Folha de S.Paulo*: 15 editorials, 15 opinion articles from A section – Tendências/Debates and 15 opinion articles from other sections that compose this newspaper. Texts were selected during the period from June to December 2007, using as criterion the involved thematic, intending to sample texts with convergent themes.

Considering that the process of text construction involves several factors that go beyond the simple text materiality and that any single text is produced in a given social and historic momentum and from a communicative purpose, the condition of production and reception of the exploited texts were considered, in a picture constructed from principles acquired from discursive approaches.

Some directions were pointed that respect the nature of the opinion texts, in special, and to the tangency points between editorials and opinion texts. The analysis also evidenced that, even though the principal aim of editorials and opinion articles are the same – to persuade –, the selection of arguments, the type of argument and the organization of these argument in the text several times reveal specificities of each genre, which does not invalidate the possibility that the complete identification between the two genres may occur in several situations.

Research Area: Enunciation and Discourse Processes.

Key-words: Discourse genres; editorial; opinion article; argumentation.

Anexos

Anexo A – Editoriais

- Anexo A/01 – Mistérios na PF
- Anexo A/02 – Emergência na saúde
- Anexo A/03 – A arte de dizer não
- Anexo A/04 – Paraíso sindical
- Anexo A/05 – Em ritmo lento
- Anexo A/06 – Licença civilizada
- Anexo A/07 – Hora de negociar
- Anexo A/08 – O custo da lentidão
- Anexo A/09 – O discurso de Cabral
- Anexo A/10 – A Copa e as contas
- Anexo A/11 – Liberdade de pesquisa
- Anexo A/12 – Mais concessões
- Anexo A/13 – Cabo eleitoral
- Anexo A/14 – Muy amigos...
- Anexo A/15 – Chavismo em choque
- Anexo A/16 – Depois da queda
- Anexo A/17 – Além da CPMF

Anexo B – Artigos de opinião: caderno A – Opinião; Tendências /Debates

- Anexo B/01 – E a licença-paternidade?
- Anexo B/02 – Promover ou diminuir o aborto?
- Anexo B/03 – Senado Federal e STF: queda e ascensão
- Anexo B/04 – A legalização do aborto ajudaria a combater a criminalidade? >>NÃO: Os perigos da simplicidade; >>SIM: Filhos indesejados e criminalidade
- Anexo B/05 – O Brasil tem condições de sediar a Copa de 2014? >>SIM: preparação e superação dos problemas; >>NÃO: A quem serve a Copa no Brasil?
- Anexo B/06 – A ciência pode abrir mão de fazer experiências com animais? >>NÃO: Uma necessidade científica básica; >>SIM: Essa ciência não entrega a cura prometida
- Anexo B/07 – América Latina: à altura dos desafios
- Anexo B/08 – Infecção pelo HIV/Aids: sucessos e insucessos
- Anexo B/09 – É positiva a proposta para a 28ª Bienal de SP, que prevê, entre outras coisas, um andar vazio? >>NÃO: Perda irreparável; >>SIM: Temos que enfrentar o horror ao vazio
- Anexo B/10 – Novo marco para o debate dos “S”
- Anexo B/11 – A prorrogação da CPMF
- Anexo B/12 – O inimigo número 1 da democracia
- Anexo B/13 – É hora de o Brasil modificar sua política externa para a América do Sul? >>NÃO: uma política à altura dos desafios.
- Anexo B/14 – O resgate dos princípios democráticos
- Anexo B/15 – Não posso e não devo me calar

Anexo C – Artigos: outros cadernos e seções do jornal

- Anexo C/01 – O supremo e a fidelidade
- Anexo C/02 – O governador Nascimento ou o capitão Cabral?
- Anexo C/03 – Droga de elite
- Anexo C/04 – Rodin, o Michelangelo dos Pobres
- Anexo C/05 – A desqualificação como fuga do debate
- Anexo C/06 – Sérgio Cabral pisou no tomate?
- Anexo C/07 – Reflexões sobre a CPMF
- Anexo C/08 – Esclarecimentos sociopoliciais
- Anexo C/09 – Causas e efeitos da crise do gás
- Anexo C/10 – Reeleições tomam uma tunda
- Anexo C/11 – Democracia na Venezuela
- Anexo C/12 – O general e eu
- Anexo C/13 – A morte de Jango
- Anexo C/14 – O futuro condenou Chávez
- Anexo C/15 – Lula, uma chanchada

Anexo A/01

São Paulo, domingo, 12 de agosto de 2007

Mistérios na PF

Ainda por ser esclarecido, o repatriamento dos boxeadores cubanos levanta a questão dos limites do poder policial

REPATRIADOS a Cuba com velocidade fulminante, os boxeadores Guillermo Rigondeaux e Erislandy Lara empenham-se agora em manifestar à imprensa de seu país o "sincero arrependimento" pela tentativa de "deserção" que protagonizaram, ao entrar em entendimentos com um empresário internacional.

Num ato típico de "generosidade socialista", Fidel Castro assegura que os boxeadores estão sendo "bem tratados". Já divulgou, ademais, que terão encerrada a sua carreira esportiva: Fidel assim o quer. Irá garantir-lhes, entretanto, postos de trabalho "decentes".

Como é de praxe em países totalitários, o arbítrio pessoal do tirano se reveste de humor sinistro e toques de suposta magnanimidade: caberá agora às vítimas, sem dúvida, agradecer a seu algoz. Com o artigo de Fidel Castro e o "mea culpa" dos pugilistas, cai pesadamente a cortina sobre o episódio no que concerne ao destino dos seus protagonistas e de suas famílias. Pouca ou nenhuma informação suplementar sobre o caso haverá de vir, sem dúvida, do lado cubano.

Do lado brasileiro, entretanto, há bastante o que investigar. A velocidade e o sigilo de toda a operação da Polícia Federal dão margem a suspeitas sérias quanto ao tipo de articulação entre autoridades brasileiras e cubanas, no sentido de dar pronto desfecho ao incidente.

Sabendo-se do orgulho com que a PF tem alardeado o êxito de suas atividades mais recentes, por que a imprensa não teve acesso aos pugilistas? Por que se adotou procedimento de "deportação", adequado a estrangeiros em situação ilegal no país, quando a estada dos dois boxeadores era absolutamente regular?

Lara e Rigondeaux foram colocados em "liberdade vigiada" assim que se deram a conhecer. Foram de rotina as orientações recebidas pelos agentes policiais neste

caso? De quem partiram?

Para além das obscuridades que cercam o episódio, um problema institucional mais amplo se deixa entrever. Prestigiada pelas autoridades, e contando com o aplauso da opinião pública, a Polícia Federal vive um período de grande atividade e relativa independência.

Em diversos momentos, suas investigações chegaram a resultados inconvenientes para o Executivo, o que é digno de elogio no ambiente brasileiro. Mas não há clareza quanto a outro aspecto da questão. Em que medida a instituição conta com um sistema eficaz e transparente de avaliação pública de seus procedimentos? Estaremos assistindo aos resultados notáveis de uma atuação independente da Polícia Federal, ou a sucessivos lances de uma disputa na qual setores da instituição atendem, alternadamente, a pressões políticas distintas?

Todo poder, num regime democrático, está submetido a freios e contrapesos. Qual sua eficácia no âmbito da PF? Em casos como o dos boxeadores cubanos, valeria lembrar, adaptando-a à terminologia específica, uma velha fórmula de Marx, escrita em outro contexto: quem investiga o investigador?

Anexo A/02

São Paulo, quarta-feira, 05 de setembro de 2007

Emergência na saúde

Reajustar a tabela do SUS e regulamentar a emenda nº 29 não basta; é preciso também obter ganhos na gestão

É GRAVE a situação do sistema público de saúde. Prova-o a constante troca de acusações entre as autoridades responsáveis.

Pressionado pelo noticiário em torno das greves no Nordeste, o ministro da Saúde, José Gomes Temporão, anunciou na semana passada uma verba suplementar de R\$ 2 bilhões para o setor, no que foi prontamente desmentido pelo titular da Fazenda, Guido Mantega. A liberação estava "em estudos". Não pegou bem. Presumivelmente, uma força superior mandou que os dois se entendessem.

Anteontem, Temporão e Mantega apareceram juntos para anunciar a liberação dos R\$ 2 bilhões. Fizeram-no lançando duras críticas a Estados e municípios, muitos dos quais não alocam na saúde os recursos que lhes são constitucionalmente devidos. Confirma-se aqui o ditado popular: "Em casa onde falta pão, todo mundo briga e ninguém tem razão".

É muito fácil apontar problemas no SUS. Eles existem por todos os lados e têm as mais diversas etiologias. Para fazer justiça ao sistema, porém, é preciso reconhecer que ele opera um verdadeiro milagre, ao permitir que todos os brasileiros tenham acesso gratuito à saúde – ainda com qualidade e presteza muito aquém do adequado.

Atualmente, o maior problema enfrentado pelo SUS é de financiamento. A tabela de procedimentos pela qual o governo federal remunera hospitais que atendem pelo sistema universal está totalmente defasada.

Estudo da Universidade Federal do Rio Grande do Sul mostra que, do lançamento do Plano Real, em 1994, até outubro de 2006, a tabela do SUS havia sido reajustada em 37% contra um IGP-M de 418%. O Ministério da Saúde paga R\$ 7,60 por uma consulta com médico especialista, cujo custo médio é de R\$ 21. Por uma chapa de raio X que sai por R\$ 28, o governo federal dá R\$ 5.

A diferença precisaria ser completada por Estados, municípios e pacientes particulares, no caso de hospitais que os atendem. A emenda constitucional nº 29

determina que os Estados apliquem 12% de seus orçamentos na saúde, e os municípios, 15%.

O problema é que tal norma jamais foi regulamentada, de modo que a rubrica dos gastos em saúde ficou sem definição. Isso abriu as portas para governantes contabilizarem como despesas sanitárias empenhos às vezes tão exóticos como o subsídio a restaurantes populares. A estratégia não é nova. O próprio governo federal que agora se queixa, com razão, do expediente tentou pôr, em 2003, o programa Fome Zero na conta da saúde.

Nos cálculos do ministério, 20 das 27 unidades federativas gastaram menos do que os 12% em 2005. Subfinanciado, o setor vai mostrando suas falhas com exuberância de formas: greves, demissões coletivas, falta de profissionais, de equipamento etc.

É preciso com urgência reajustar a tabela do SUS e regulamentar a emenda nº 29. Mas apenas isso não bastará. A incorporação de novas tecnologias tende a tornar a medicina cada vez mais cara. Se não ocorrerem ganhos substanciais na gestão do sistema, o que implicará enfrentar e vencer poderosos lobbies, qualquer alívio agora será menos do que momentâneo.

Anexo A/03

São Paulo, quinta-feira, 06 de setembro de 2007

A arte de dizer não

Houve falta de decoro no caso Renan? Com votação secreta no plenário, senadores sonegam a resposta ao eleitor

BASTARIA chegar ao microfone e dizer uma única palavra – a palavra "não". O constrangimento em pronunciá-la, contudo, era indisfarçável. Estava em pauta, no Conselho de Ética do Senado, a cassação de Renan Calheiros.

Transmitida ao vivo, a decisão foi tomada pelo voto aberto de 15 senadores. Onze deles (um a mais do que o previsto) aprovaram o relatório identificando no comportamento de Renan Calheiros fartas evidências de quebra do decoro parlamentar. Sobraram quatro senadores favoráveis ao presidente da Casa. Expostos ao julgamento da opinião pública, o ato de rejeitar o relatório parecia causar-lhes desconforto.

O "não" demorava para sair. Vinha embutido em rumações diversas e vagos movimentos de protesto quanto ao fato de a votação não ser secreta. Com efeito, há deliberações políticas que se fazem com mais facilidade longe das vistas dos cidadãos; a transparência, se não garante necessariamente os compromissos éticos de ninguém, tende pelo menos a tornar mais custosa a disposição em transgredi-los.

Aprovado em votação aberta no Conselho de Ética, o pedido de cassação irá ao plenário do Senado Federal, onde os adeptos de Calheiros serão poupados do eventual incômodo de explicar suas decisões. Por força de determinação constitucional, no plenário as cassações de mandato se decidem em segredo.

O eleitor se vê, com isso, destituído de um direito básico: o de julgar, conforme as próprias convicções, o acerto ou o equívoco das decisões tomadas por seus representantes. Qualquer que seja a avaliação que se faça a respeito das denúncias contra Renan Calheiros, já com isso se institui um ambiente de impunidade no plenário, pois o voto secreto nada mais faz do que assegurar aos senadores uma espécie de impunidade política: tornam-se beneficiários do privilégio abusivo de não prestar nenhum esclarecimento à sociedade sobre seus atos nesse caso.

Mas talvez seja um exagero considerar que, nesse sentido mais amplo, a "impunidade política" de fato exista. O que ocorre, de certa maneira, é algo ainda mais grave. A responsabilidade individual de cada senador, sobre a qual incidiria o juízo de seus eleitores, dissipa-se numa névoa que recobre toda a instituição. É o Senado, em seu conjunto, que tende a ser julgado pela decisão anônima de que foi palco, sem que se discriminem as diferenças – reais – entre seus vários componentes.

Sem dúvida, por força de cálculo eleitoral ou de convicção íntima, haverá senadores que façam questão de declarar, mesmo informalmente, o voto que derem no julgamento de Calheiros. Nem todos, contudo, mostram-se dispostos a dar essa informação ao eleitor.

Houve falta de decoro? Sim ou não? A pergunta é simples. A resposta, entretanto, parece impor-se a alguns políticos como um desafio acima de suas forças – e, certamente, de seus interesses pessoais.

Anexo A/04

Paraíso sindical

Centrais trabalhistas agora aceitam tutela do governo em troca de R\$ 50 milhões do imposto que antes atacavam

PARECE INCRÍVEL, mas houve um tempo em que o presidente Lula, a CUT e o PT se opunham à herança de Getúlio Vargas na legislação trabalhista. Atacavam a contribuição sindical (ou "imposto sindical") e a unicidade, disposição constitucional que prevê um único sindicato por categoria profissional e base territorial (artigo 8º, inciso II). Instalados ou consorciados no poder, esquecem tudo o que fizeram e recriam a tutela estatal sobre as organizações.

O atual ministro da Previdência, Luiz Marinho, que respondeu pela pasta do Trabalho no primeiro governo Lula e já presidiu a CUT, enchia a boca em 1996 para proclamar: "Sou favorável ao fim da unicidade sindical e do imposto sindical". Ainda em 2004, Ricardo Berzoini, outro ministro do Trabalho de Lula, prometia enviar ao Congresso reforma dando fim à unicidade e ao imposto: "O PT rompeu com o getulismo há muito tempo".

Como em tantas outras searas, Lula e seus acólitos na Presidência se mostram aqui também cada vez mais conservadores. Neste segundo mandato, o presidente instalou no Ministério do Trabalho um pedetista, Carlos Lupi, e encaminhou ao Congresso – sob regime de urgência constitucional – o projeto de lei nº 1.990, oriundo da pasta, que corta pela raiz o que restava de moderno nas centrais sindicais nascidas à revelia do paternalismo getulista consagrado na CLT: sua independência do Estado.

Sob o falso pretexto de que organizações do porte da CUT e da Força Sindical "funcionam quase como se fossem clandestinas", Lula decidiu "conferir legitimidade às centrais sindicais", como afirma a exposição de motivos de Lupi. Embora as centrais já participem de vários órgãos colegiados do próprio governo federal, o projeto de lei propõe os requisitos para que elas sejam formalmente reconhecidas pelo Ministério do Trabalho como o que de fato já são, hoje.

Na mais pura tradição cartorial brasileira, Lupi passa a ser dono do carimbo para autorizar o funcionamento das centrais sindicais. Caberá à sua pasta fiscalizar o cumprimento das condições mínimas de "representatividade" para que figurem no rol oficial: filiação de, no mínimo, cem sindicatos distribuídos nas cinco regiões do

país; filiação em pelo menos três regiões do país de, no mínimo, 20 sindicatos em cada uma; filiação de sindicatos em, no mínimo, cinco setores de atividade econômica; e filiação de trabalhadores aos sindicatos integrantes de sua estrutura organizativa de, no mínimo, 7% do total de empregados sindicalizados em âmbito nacional.

A reforma sindical sempre prometida pelos petistas degenerou em cooptação. Mais que um cartório, o que o projeto de lei preconiza é um guichê pagador: obtida a chancela do governo federal, as centrais oficiais farão jus a 10% do arrecadado com a contribuição sindical. As estimativas variam, mas a soma deve ficar na casa dos R\$ 50 milhões anuais. Getúlio não faria melhor.

Anexo A/05

Em ritmo lento

Reformas para melhorar ambiente de negócios pouco avançam; governo propõe pacote tímido sobre tarifas de bancos

AS CHAMADAS reformas microeconômicas – aquelas destinadas a melhorar o ambiente geral dos negócios – caminham em ritmo lento no Brasil. A cada proposta de inovação corresponde um bombardeio de lobbies que, quando não consegue bloquear os avanços, pelo menos limita o seu impacto.

Uma exceção particularmente notável a essa regra foi o pacote de dez leis aprovadas na primeira gestão Lula que dão agilidade ao processo civil. Foi simplificada a fase da execução – momento da cobrança de uma obrigação reconhecida pela Justiça – nesses processos. Um recurso nessa etapa, por exemplo, já não tem o efeito de suspender todo o trâmite.

Mas mesmo nesse tópico as propostas inovadoras não passaram incólumes. Continua parado no Congresso Nacional o projeto que diminui os prazos privilegiados para recursos judiciais com os quais hoje conta a Fazenda pública.

Há ainda outro capítulo de mudanças que custam a avançar. Trata-se de alterações que beneficiariam sobretudo os usuários do sistema bancário. A orientação geral das propostas é aumentar a concorrência entre as instituições financeiras e, desse modo, propiciar uma diminuição no custo das transações bancárias, seja nas tarifas, seja nos juros.

Em setembro de 2006, por exemplo, o Banco Central editou uma resolução que dá ao trabalhador a opção de escolher o banco pelo qual vai receber seu salário. Mas uma pressão oriunda do próprio setor público – governantes descobriram que leiloar a folha de pagamento de servidores é farta fonte de receita – fez adiar a implementação dessa novidade para janeiro de 2009 (no caso do setor privado) e janeiro de 2012 (para o funcionalismo).

Agora o Ministério da Fazenda acena com novo pacote de medidas para estimular a queda nas tarifas bancárias. Com a redução dos juros, os lucros bilionários dessas instituições passaram a ser sustentados nas taxas cobradas a clientes que muitas vezes têm grande dificuldade para trocar seu banco por um outro que cobre menos. A intenção do governo é padronizar a nomenclatura das tarifas e aumentar o conteúdo mínimo que um banco precisa oferecer a seus clientes sem cobrar.

É pouco para cumprir a promessa – sempre adiada por conta das mais diversas pressões e por falta de regulação adequada do sistema – de que a abertura do mercado bancário brasileiro daria curso a uma competição benéfica ao consumidor.

Licença civilizada

Senado aprova extensão opcional de afastamento de mães para aleitar por 6 meses, de acordo com recomendação da OMS

NESTA SEMANA o Senado deixou de lado a baixíssima política que por mais de quatro meses vinha marcando a Casa. Aprovou o projeto da senadora Patrícia Saboya (PDT-CE) que estende a licença-maternidade de quatro para seis meses. Não são muito frequentes os atos congressuais capazes de obter um consenso tão amplo.

A iniciativa foi endossada por unanimidade na Comissão de Direitos Humanos do Senado. Por seu caráter terminativo, permanece aberta para discussão por cinco dias e, não havendo recurso por parte de algum senador, segue diretamente para a Câmara de Deputados. É de prever que seja aprovada sem percalços, porque são preponderantes as razões para fazê-lo.

Em primeiro lugar, a proposta elimina certo descompasso entre a licença prevista na Constituição (artigo 7º, inciso XVIII), de quatro meses, e o consenso científico de que o aleitamento materno deve durar seis meses.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) recomenda que essa seja a fonte exclusiva de alimento do recém-nascido nos primeiros 180 dias de vida, não só porque o leite materno contém todos os nutrientes necessários como também porque o protege de doenças infecciosas e crônicas – o que ajuda a reduzir a mortalidade infantil. Além disso, o vínculo íntimo com a mãe promove o desenvolvimento sensorial e cognitivo do bebê, de acordo com a OMS.

Faz sentido, portanto, prolongar a licença-maternidade, mas apenas se a inovação não contribuir para limitar a contratação de mulheres por empresas. O projeto de lei se antecipa a esse efeito indesejável por meio de dois dispositivos: torna voluntária a medida e desonera o empregador de pagar o salário nos dois meses adicionais.

As companhias poderão ou não aderir ao Programa Empresa Cidadã; caso o façam, credenciam-se a deduzir, no cálculo do Imposto de Renda, o valor da remuneração integral da trabalhadora nos 60 dias de prorrogação. Mesmo na empresa credenciada, a mãe terá de requerer o benefício até um mês após o parto. Se avaliar que isso pode prejudicar sua carreira, não estará obrigada a adotar o prolongamento.

Uma objeção possível seria o peso da renúncia fiscal envolvida. Projeções apresentadas na justificação da iniciativa, porém, indicam que seriam no máximo R\$ 500 milhões ao ano – um custo relativamente baixo, diante do benefício esperado. Por fim, não parece plausível o argumento de que a extensão do afastamento venha agravar a discriminação contra mulheres nos processos de seleção, pois o ônus de encontrar e treinar um substituto já existe hoje, com quatro meses.

A Câmara deve seguir o exemplo do Senado e aprovar o projeto de lei. Sua única limitação é não contemplar as trabalhadoras sem carteira assinada, mas essa é uma questão que só se resolverá com a formalização do mercado de trabalho – algo que depende de um esforço de outra ordem, e muito maior, da parte de legisladores e autoridades.

Hora de negociar

Vale mais aperfeiçoar a CPMF do que extinguir o tributo; há margem para entendimento político em torno da questão

FOI-SE O TEMPO em que palavras como "entendimento", "consenso" e "negociação política" evocavam imagens positivas na opinião pública. Conceitos desse gênero – que, a rigor, são inerentes à prática de um Legislativo democrático – tendem a constar, hoje em dia, como sinônimos pouco ou nada eufemísticos daquilo que se entende vulgarmente por negociata, conchavo e barganha fisiológica.

As dificuldades do governo Luiz Inácio Lula da Silva com a prorrogação da CPMF no Senado talvez terminem contribuindo, contudo, para restituir ao conceito de "negociação" algo de seu significado original.

Seria irrealista imaginar que não entrem em ponderação, no exame do assunto, ofertas de cargos e vantagens pessoais. Todavia, surgem sinais de que os entendimentos em torno da CPMF possam atender ao interesse público – e não apenas à conveniência dos parlamentares e dos partidos envolvidos na questão.

Várias possibilidades estão em jogo. Cogita-se, por exemplo, de aprovar a prorrogação desde que o governo se comprometa a um decréscimo gradativo de sua alíquota ao longo dos anos. Dispositivos no sentido de aumentar a progressividade desse tributo – como a de isentar de seu pagamento os contribuintes de renda mais baixa – também começam a ser objeto de discussão.

São os "docinhos", no dizer da líder do PT no Senado, Ideli Salvatti (SC), sem os quais, a seu ver, serão virtualmente intransponíveis os obstáculos criados pela oposição ao projeto do Executivo federal. Ainda que seja perceptível o tom desdenhoso da metáfora, trata-se pelo menos de um universo de considerações superior ao que, recentemente, ocupava o seu colega governista Wellington Salgado – mais interessado nos próprios chinelos que em contentar o paladar do contribuinte.

Longe se está, evidentemente, de uma discussão aprofundada a respeito do sistema tributário e das incontornáveis contrapartidas em termos de contenção de gastos que, a cada esforço arrecadatório do governo, cumpre exigir com máxima ênfase.

Ainda assim, um espírito de negociação legítima começa a impregnar as discussões no Senado, substituindo as intransigências iniciais do governo e da oposição. As frases sombrias do ministro da Fazenda, Guido Mantega, que ressaltou a necessidade de novas fontes de arrecadação caso a CPMF não passe no Senado, deram lugar a hipóteses de tom mais conciliador, admitidas pelo ministro do Planejamento, Paulo Bernardo.

Enquanto isso, na própria oposição o clima de "tudo ou nada" não une PSDB e DEM numa mesma linha de enfrentamento. A saída de Renan Calheiros sem dúvida desanuviou o clima no Senado; governadores de diversos partidos têm interesses próprios na questão; a CPMF é um tributo que vale bem mais a pena aperfeiçoar do que extinguir. É hora, portanto, de negociação: que seja feita, desta vez, no bom sentido do termo.

O custo da lentidão

ENQUANTO as autoridades do setor aéreo continuam a bater cabeça e a postergar uma solução definitiva para o problema da aviação civil, os usuários se encarregam de oferecer uma resposta imediata. O movimento de passageiros em vôos domésticos – que subiu mais de 16% ao ano em 2004 e 2005 e quase 8% em 2006 – desacelerou bruscamente e já começa a declinar.

Incapaz de antecipar-se à tendência de aumento na procura pelo transporte aéreo, o governo Lula agora administra uma recessão no setor. O que mais decepciona é esse fenômeno estar ocorrendo num período excepcional da economia, em que há um apetite raro do setor privado por investimentos de risco, com prazo de retorno dilatado – na infra-estrutura por exemplo.

Os aeroportos brasileiros continuam sendo geridos à velha moda estatal: o dinheiro para investir é escasso e demora para chegar; a burocracia é ineficiente, inchada e aparelhada por interesses partidários.

A ministra Dilma Rousseff dá mostras de ter compreendido a situação. Talvez motivada pelo sucesso que foram os leilões de estradas federais, na semana retrasada, fala agora que o governo federal poderá privatizar aeroportos – novos e existentes.

A titular da Casa Civil quer também levar a Infraero à Bolsa de Valores. Seria um modo de aproveitar a onda favorável no mercado para capitalizar a empresa e, ao mesmo tempo, submeter esse "antro de corrupção" – as palavras são do relator da CPI do Apagão Aéreo, senador Demóstenes Torres (DEM-GO) – a critérios mínimos de boa governança corporativa.

O problema é o "timing". Costumam decorrer anos do momento em que o governo tem uma boa idéia até a sua implementação. Os investidores não vão ficar esperando.

O discurso de Cabral

Apesar dos insultos, governador do Rio contribui para colocar em discussão o acesso aos métodos contraceptivos

SERIA TUDO mais simples se atitudes de preconceito e obscurantismo, corriqueiras em nossa sociedade, estivessem restritas a alguns poucos porta-vozes inflamados e plenamente convictos do teor de suas manifestações.

O hábito da incorreção política e da disposição discriminatória se mostra, contudo, tão arraigado no discurso cotidiano que contamina até raciocínios enunciados a partir de uma perspectiva igualitária e modernizante.

Referindo-se à Rocinha como "fábrica de produzir marginal", pois são relativamente altos seus índices de fecundidade, o governador fluminense Sérgio Cabral Filho (PMDB) incorreu num lamentável insulto – uma correlação automática entre favela e crime a qual hoje, em entrevista à Folha, procura relativizar. Tal correlação, é preciso ressaltar, se manifesta no pensamento de considerável fatia da população.

Vivemos, afinal, num país em que um assassino e torturador fardado, supostamente incorruptível – o famoso capitão Nascimento, personagem do filme "Tropa de Elite" – ascende com rapidez assustadora ao panteão dos heróis populares.

Das planejadas ações de "higienismo urbano", visando a varrer os mendigos das ruas, aos bárbaros ataques de jovens que incendeiam indigentes durante a noite, parecem surgir na sociedade brasileira sinais de uma perigosa fantasia: a da eliminação sumária de todos os contingentes que, mergulhados na miséria ou no crime, atestam o fracasso histórico das políticas de segurança pública e de inclusão social empreendidas até agora no país.

É precisamente sobre esse fracasso, porém, que o governador Sérgio Cabral visava lançar alguma luz. Apesar da gafe, foi corajoso o seu pronunciamento sobre a necessidade de oferecer aos mais pobres informação sobre planejamento familiar e acesso a métodos anticoncepcionais e de assegurar a brasileiras de todas as classes, dentro de certos limites, o direito legal ao aborto.

"A mulher tem o direito de interromper uma gravidez não-desejada. É assim em Portugal, na Espanha, no Japão e nos EUA. Por que não pode ser assim no Brasil?", perguntou Cabral, quebrando o tabu sobre um tema que tantos políticos preferem tratar com hipocrisia.

Seria arriscado atribuir certeza científica definitiva à tese, por ele invocada, de que o direito ao aborto é fator decisivo na redução da criminalidade. O estudo de Steven Levitt e John Donohue, que argumentava nesse sentido, baseou-se nos dados disponíveis em diversas cidades americanas e estará sujeito a contestações se for o caso de transplantá-lo à realidade brasileira.

Não se trata, em todo caso, de especular sobre a validade de tal teoria. Uma questão de princípios está em jogo. Importa dar igualdade de condições a todas as mulheres na hora de decidir se querem filhos ou não, e em que condições haverão de criá-los.

Salta aos olhos o efeito da desigualdade social no acesso aos métodos contraceptivos. Segundo o Censo de 2000, o índice de fecundidade em favelas cariocas era de 2,6 filhos por mulher, 50% mais alto do que no resto da cidade, onde era de 1,7. Nada que se compare aos números de Gabão (5,4) e Zâmbia (6,1), invocados por Cabral.

O destempero numérico do governador deve ser dissociado, entretanto, da essência de seu argumento. Se a legalização do aborto, dado o caráter essencialmente polêmico do tema, deve ser decidida por plebiscito, o acesso ao planejamento familiar é um direito básico que cumpre assegurar nas comunidades carentes. Colocando com clareza essa discussão, o pronunciamento de Sérgio Cabral se reveste de uma importância que, sem dúvida, as formulações infelizes de que veio acompanhado não são suficientes para diminuir.

Anexo A/10

São Paulo, terça-feira, 30 de outubro de 2007

A Copa e as contas

Brasil merece sediar a Copa do Mundo de 2014, mas o evento precisa marcar uma mudança na atitude dos dirigentes

O BRASIL, candidato único, deve ser oficializado hoje em Zurique como o país-sede da Copa do Mundo de 2014. Mais de seis décadas após o desastre de 1950, quando a seleção nacional perdeu a final para o Uruguai em pleno Maracanã, o país voltará a ser palco da principal competição futebolística do planeta.

Trata-se de uma boa notícia. Eventos do porte da Copa são uma excelente ocasião para fazer negócios, incentivar o turismo e obter investimentos em infraestrutura. Alguns desses ganhos permanecem mesmo depois de encerrada a

competição. É o caso de uma linha de metrô que se construa ou da popularização do Brasil como destino turístico.

Só que as oportunidades também podem dar lugar a um pesadelo. Serão certos os danos à imagem do país se cenas de caos aéreo se repetirem durante a competição, por exemplo. Além disso, persiste também o risco de a Copa, a exemplo do Pan 2007, converter-se numa maratona de prejuízos para o erário.

A diferença entre êxito e fracasso está no planejamento. Para que a competição seja um sucesso e os gastos públicos produzam resultados duradouros, é preciso antecipar os pontos fracos e tomar as medidas para saná-los. Muitas exigem um prazo de maturação de anos.

Lamentavelmente, o histórico do país e o do governo são ruins. Basta lembrar que a administração Lula assistiu inerte a pelo menos dez meses de tumulto aéreo antes de adotar medidas que parecessem uma atitude.

Também está fresco na memória o Pan 2007. Originalmente orçado em R\$ 414 milhões, a maioria em recursos oriundos da iniciativa privada, o custo do evento foi multiplicado por nove: R\$ 3,7 bilhões, tudo pago pelo contribuinte. A Copa do Mundo é uma competição muito maior do que o Pan. Se não houver controle, os quase R\$ 4 bilhões parecerão brincadeira de criança.

E o Brasil já entra no gramado com o pé esquerdo. O relatório da Fifa que o recomenda como sede parece muito mais um "press-release" do que o resultado dos trabalhos de uma comissão que esteve no país. Não são mencionadas cifras de investimentos necessários. Informalmente, fala-se em R\$ 400 milhões para o comitê organizador e R\$ 1,1 bilhão para a renovação dos estádios. Difícil acreditar.

A Alemanha gastou mais de R\$ 20 bilhões na Copa de 2006. E o presidente Lula, que lidera a caravana de políticos que foi a Zurique celebrar a "conquista" brasileira, já advertiu que não pretende poupar gastos na Copa.

A torcida brasileira – pela importância do futebol no país e pela tradição da seleção pentacampeã – merece uma Copa no Brasil. Mas o evento só se justificará se marcar uma mudança na atitude de dirigentes e autoridades. É preciso prestar contas e minimizar o gasto público.

Anexo A/11

Liberdade e pesquisa

Cientistas encaram com alarme iniciativas para barrar experimentos com animais e células-tronco embrionárias humanas

UM CRITÉRIO para julgar o grau de civilização de um povo, já se disse, está no modo como trata seus animais. Em plena era do conhecimento, e a julgar por iniciativas jurídicas recentes no Brasil, seria o caso de incluir nesse critério também o tratamento reservado aos cientistas: são cada vez mais frequentes tentativas de cercear a pesquisa com regulamentos inspirados em valores particularistas, da religião ao sentimentalismo com animais.

No Rio de Janeiro, uma lei municipal (nº 4.685) chegou a ser sancionada – com erros – pelo prefeito Cesar Maia (DEM). O projeto do vereador Cláudio Cavalcanti (DEM) prescrevia multa para maus-tratos com animais, mas havia sido emendado em plenário para isentar a pesquisa. Por erro da Câmara Municipal, foi enviado para sanção na versão original, equívoco anulado depois por ato administrativo.

Enquanto persistiu a confusão, pesquisadores da cidade, como os da renomada

Fundação Oswaldo Cruz, concluíram que seus trabalhos se tornavam inviáveis. A definição de maus-tratos, afinal, era ampla o bastante para abrangê-los: "privação das necessidades básicas, sofrimento físico, medo, estresse, angústia, patologias ou morte".

Iniciativas como essas há muitas pelo Brasil. Em São Paulo, o então deputado estadual Ricardo Tripoli (hoje deputado federal pelo PSDB) também fez vingar um Código de Proteção aos Animais (lei estadual nº 11.977), que dificultava até a pecuária ao proibir o confinamento de animais. Vários dispositivos do código, inaplicável, foram suspensos pelo Tribunal de Justiça.

As pessoas têm uma compreensível empatia com o sofrimento de animais. Sentem repulsa diante de procedimentos que possam causar estresse, dor ou até a morte de cobaias. Mas, infelizmente, não existem métodos alternativos ao emprego de animais em vários estudos imprescindíveis para criar tratamentos destinados a curar seres humanos. A saída para esse dilema ético é estabelecer regras que minimizem o dano sem impedir o avanço do conhecimento.

Cientistas não negam a necessidade dessa regulamentação. Batalham há 12 anos para aprovar na Câmara dos Deputados o projeto de lei nº 1.153, que daria ao país regras similares às de países com pesquisa biomédica digna de menção (nenhum proíbe usar animais). É preciso aprovar um estatuto que proíba todo sofrimento desnecessário, que obrigue ao uso de anestésicos e responsabilizando pesquisadores por eventuais abusos.

Os pesquisadores também voltam sua atenção, agora, para o Supremo Tribunal Federal. Em dezembro estará em julgamento ação direta de inconstitucionalidade (nº 3.510) apresentada pela Procuradoria Geral da República, sob clara inspiração católica, para barrar a pesquisa com células-tronco embrionárias humanas. Seu uso foi autorizado, em condições já bem restritivas, pela nova Lei de Biossegurança (nº 11.105), mas é dada como inadmissível por grupos religiosos.

Câmara e Supremo estão convocados a explicitar qual valor de civilização atribuem à ciência.

Anexo A/12

Mais concessões

Governo Lula se dispõe a reduzir CPMF aos poucos e a limitar gastos, mas proposta ainda é tímida e precisa ser detalhada

O GOVERNO Luiz Inácio Lula da Silva deu mais um passo na tentativa de vencer a batalha da CPMF no Senado. Comprometeu-se a reduzir gradualmente a carga do tributo e a limitar gastos com a folha de pagamentos da União.

A sinalização é promissora, no sentido de mudar com prudência a partilha do bônus do crescimento, aliviando o contribuinte, e de incentivar ganhos de produtividade e qualidade no serviço público. Mas é apenas um ato preliminar, que requer elucidação e novas concessões do Planalto.

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) explicitou o maior defeito da nova proposta do governo: não se conhecem os termos do dispositivo para limitar o crescimento dos dispêndios com servidores a 2,5% ao ano acima da inflação. De saída se pode dizer que o limitador é excessivo. O teto teria de baixar no mínimo para 1,5%, como propunha Lula na apresentação do PAC. Ademais, o redutor não deveria valer só para despesas com pessoal, mas para todos os gastos de manutenção da máquina (as chamadas despesas correntes).

O parlamentar pedetista, cujo voto pode decidir o destino da emenda, avançou uma idéia que deveria pautar as negociações daqui por diante. Ele pleiteia um mecanismo "permanente, inscrito na Constituição", para equacionar, ao longo do tempo, "o problema do crescimento incontrolável dos gastos correntes" não apenas no âmbito da União, mas que envolva também os Estados e os municípios.

Não basta, contudo, fixar metas quantitativas para essas despesas – cuja elevação desmesurada, hoje, é o fator que mais pressiona a carga tributária para cima.

É preciso estabelecer mecanismos que garantam o cumprimento dessas metas (o que não é simples de fazer) e associar à medida um amplo e profundo programa para modernizar a gestão pública. Sem uma preocupação obsessiva com o usuário dos serviços estatais, a reforma jamais se justificará.

Pontos essenciais na proposta do Planalto, portanto, ainda carecem de detalhamento. É forçoso reconhecer, porém, que a qualidade das discussões no Senado melhorou muito. A tênue e incerta maioria do governo na Casa vai fazendo bem ao país.

Anexo A/13

São Paulo, domingo, 18 de novembro de 2007

Cabo eleitoral

Não é a primeira vez que Lula apóia Chávez perto de uma votação decisiva na Venezuela: atitude é péssima política externa

QUANDO A Venezuela está prestes a decidir se corrobora o 18 brumário chavista, quando a oposição ao caudilho de Caracas cresce, legitimada pelas marchas de estudantes, quando uma defecção abala a junta governista do Palácio Miraflores, o presidente Lula decide defender a "democracia" de Hugo Chávez.

A displicência verbal de Luiz Inácio Lula da Silva não pode ser invocada para justificar o afago em seu colega venezuelano. Em política externa, como em quase tudo na vida, admitem-se deslizes ocasionais. Mas, quando o desvio se torna freqüente, então estamos diante de um padrão.

O presidente brasileiro já se prestara ao papel de cabo eleitoral de Chávez no fim do ano passado, quando faltava menos de um mês para a eleição em que o venezuelano obteve o direito de permanecer presidente até 2013. O pretexto era inaugurar uma ponte no país vizinho, mas a campanha chavista não perdeu a oportunidade de faturar em cima da generosidade de Lula.

Agora Lula volta à carga, a 15 dias do referendo em que os venezuelanos decidirão sobre a reeleição ilimitada – arditosamente inserida em pacotes de bondades, como a diminuição da jornada de trabalho, que terão de ser votados em bloco. A mais recente contribuição do presidente brasileiro à mais recente campanha chavista foi lida pelo venezuelano num programa de rádio. Chávez tem motivo para regozijo. Vinha de uma semana ruim, em que seu hábito de insultar governantes provocara uma resposta dura do presidente do governo espanhol, José Luis Zapatero, e do rei Juan Carlos. Em relação ao "Por qué no te callas?", do sábado em Santiago, a falação desastrada de Lula na quarta em Brasília foi o antípoda perfeito.

Desnecessário dizer que o presidente do Brasil deve evitar participações especiais em assuntos de política interna de outras nações. A atitude de resguardo, além de canônica, torna-se prudente quando se prenciam problemas de maior vulto com o país vizinho. Chávez, que já deu a largada para uma corrida

armamentista regional, agora fala em desenvolver energia nuclear para fins pacíficos, nos moldes do programa iraniano (inclusive pela baixa credibilidade).

Lula não precisava ter-se embanado, evocando exemplos de democracias parlamentaristas européias, a fim de defender mandatos ilimitados para Chávez. Tampouco era o caso de sugerir a limitação do mandato na Venezuela. O caso era de seguir o enunciado do rei espanhol e manter-se equidistante de algo que será objeto de voto popular.

A defesa atabalhoada do cesarismo chavista, contudo, acabou por revelar uma inconstância preocupante de princípios no Planalto. O círculo lulista não está convencido de que permitir o terceiro mandato presidencial seja algo fora de questão, na Venezuela ou aqui. Ora emite uma mensagem, de olho em votações importantes no Congresso, ora verbaliza o seu oposto.

Em 2005, na outra vez em que Lula elogiou por "excesso de democracia" o regime chavista – referia-se aos plebiscitos, celebrizados por ditadores como Saddam Hussein –, o brasileiro afirmou que não poderia "fazer as coisas que Chávez fez". O venezuelano era "mais jovem" e tinha "mais petróleo", argumentava. Que a descoberta do campo Tupi não tenha subido à cabeça.

Anexo A/14

Muy amigos...

Tensões diplomáticas e conflitos internos se alastram pela América do Sul e requerem mudança de atitude do Brasil

SERIA EXAGERO afirmar que a América do Sul vive uma situação de crise política generalizada, mas é inegável reconhecer que emergem sinais preocupantes de todos os pontos do subcontinente.

A troca de agressões verbais entre os presidentes Hugo Chávez, da Venezuela, e Álvaro Uribe, da Colômbia, é apenas o mais recente numa série de lances adversos. A animosidade em alta testa a capacidade do Brasil de exercer a liderança regional acalentada por sua diplomacia.

Além do novo entrevero entre Chávez e Uribe, continuam às turras o presidente argentino, Néstor Kirchner, e seu homólogo uruguaio, Tabaré Vázquez. O motivo da disputa é a instalação de fábricas de celulose na porção do rio Uruguai pertencente ao país vizinho, que Buenos Aires rejeita a pretexto do impacto ambiental em seu território.

Em grau bem mais civilizado, o próprio presidente Luiz Inácio Lula da Silva nutre desentendimentos com o colega paraguaio, Nicanor Duarte, por conta de desacordos acerca de Itaipu.

As dificuldades não estão restritas a disputas de egos. Há também situações de risco político concreto, como a da Bolívia, que flerta com a secessão. Na Venezuela, a escalada autoritária do chavismo eleva os riscos de um desfecho violento.

Acrescentem-se a tudo isso disputas de fronteira às vezes centenárias entre países num contexto em que a Venezuela amplia seus gastos militares e anuncia um projeto de construção de usinas nucleares. Caracas tem questões fronteiriças não resolvidas com a Colômbia e com a Guiana.

Há outra fonte potencial de instabilidade comum a vários países. Chávez e seu aliado Evo Morales, da Bolívia, não são os únicos a planejar alterações constitucionais que lhes permitam estender o período de mando. Partidários de Uribe, na Colômbia, e vozes por ora isoladas do lulismo, no Brasil, também acalentam esse projeto.

Habilidade para lidar com cenários multiconflituosos é atributo básico de uma potência regional. Na América do Sul, apenas o Brasil – por suas dimensões econômicas, demográficas e territoriais – tem condições de exercer esse papel. Não se trata, é claro, de impor soluções e pontos de vista, mas de promover o diálogo e atuar para reduzir danos.

É incrível, por exemplo, que, convidado a mediar a crise entre argentinos e uruguaios, o presidente Lula tenha preferido omitir-se. Espantosa, também, foi sua manifestação a favor do terceiro mandato de Chávez a poucos dias de os venezuelanos decidirem o tema nas urnas.

Liderança não vem por gravidade. Um desenvolvimento regional harmônico exige um Brasil mais atuante, que não tome partido, mas aja para facilitar soluções. E é bom agir depressa.

Anexo A/15

Chavismo em choque

Chávez deveria assimilar o recado das urnas e, em favor da reconciliação na Venezuela, abdicar da escalada autoritária

A DERROTA histórica do presidente Hugo Chávez no referendo de domingo é um daqueles eventos que se projetam além das fronteiras. O baque no programa "socialista" de concentração de poder na Venezuela aumentará a resistência contra manipulações constitucionais parecidas – em germe ou em curso – na América do Sul.

O pleito revelou a cristalização de um certo desencanto com o chavismo nas suas próprias bases. Apesar da mobilização da incontrastável máquina do governo, a apatia predominou em redutos do presidente. A abstenção, antes característica da oposição a Chávez, mudou de lado e ajudou a selar o primeiro revés do coronel nas urnas.

O desgaste do regime, o desabastecimento de bens essenciais (sinal de que o socialismo chegou, já se brinca em Caracas), a inflação elevada, o temor de delegar poderes ditatoriais a quem, sem eles, já havia retirado do ar uma das principais redes de TV privadas. Essa associação de fatores logrou produzir um evento raríssimo, para não dizer inédito, na história: freou, pelo voto, o bonapartismo prestes a consumir-se em ditadura.

Fracassou a manobra chavista de inocular os itens mandonistas de sua reforma – a reeleição ilimitada, o estado de exceção por tempo indefinido, a submissão do federalismo ao poder presidencial, a criação da versão "bolivariana" dos soviets – em dois pacotes repletos de benefícios populares, como a diminuição da jornada de trabalho e a extensão da cobertura previdenciária. Mesmo assim, o cavalo-de-tróia foi barrado por maioria estreita: ou seja, os temas polêmicos teriam sido rechaçados por margem bem mais ampla no caso de uma votação individualizada.

A novidade política na Venezuela, que ficou patente nesse referendo, é a reciclagem das forças opositoras. Refluíram organizações, partidárias e empresariais, identificadas com a impopular política tradicional, a tentativa de golpe contra Chávez, a subserviência a Washington e os boicotes às eleições sob o regime chavista. Emergiram lideranças jovens, livres do fardo do passado, que fazem oposição nas ruas e nas urnas.

Perdeu eficácia o maniqueísmo do discurso chavista, que reduz toda oposição a um plano conspiratório a serviço dos interesses americanos. As marchas estudantis não se enquadram nessa alegoria simplista. Ela tampouco basta para desqualificar a

liderança do governador Manuel Rosales – que há pouco menos de um ano obteve 38% dos votos para presidente da República –, do general Raúl Baduel – dissidente do chavismo – e de Leopoldo López, prefeito de Chacao (município que integra Caracas).

Hugo Chávez está agora diante de uma encruzilhada. Se compreender o recado das urnas, vai enterrar seu projeto autoritário e iniciar uma transição negociada para deixar o poder no início de 2013, quando expira seu mandato. Se insistir na estratégia "socialista", vai enveredar pelo caminho da conflagração.

Anexo A/16

Depois da queda

Fim da CPMF requer corte emergencial no gasto público e retomada de negociação para mudar a estrutura tributária

O FIM abrupto da cobrança da CPMF não foi o melhor desfecho. Retirar de chofre R\$ 40 bilhões do Orçamento, sem programa negociado de corte de despesas, não é o modo indicado para obrigar o setor público a gastar melhor o dinheiro dos impostos. De positivo, a sessão encerrada na madrugada de ontem mostrou que o Executivo nem sempre pode tudo no Congresso.

Todo o processo de negociação conduzido pelo Planalto foi de um amadorismo espantoso. A soberba de quem julgava a renovação do tributo um evento de fim de ano tão certo como os fogos em Copacabana deu lugar, nos últimos dias, ao pasmo diante da derrota possível. A chegada de uma carta do presidente Lula que prometia 100% da CPMF para a saúde, quando a sessão no Senado rumava para o final, fechou a novela em cena patética.

Controle de gastos públicos, destinação total da CPMF à saúde, baixa gradual da alíquota do imposto, redução de outros tributos, abatimento no Imposto de Renda, isenção para a baixa renda... A dispersão de "propostas" que circularam nas últimas semanas indica que nem governo nem oposição entraram nesse jogo para confrontar visões de Orçamento, tributação, gasto público e política econômica.

O único interesse do Planalto era manter os cofres cheios por mais três anos. A oposição no Senado fixou-se no objetivo tático de impor uma derrota ao governo, contra a vontade explícita, no caso dos tucanos, de cinco governadores de Estado do PSDB. Não havia ninguém disposto a conciliar o imperativo de baixar os impostos e os gastos públicos com a necessidade de fazê-lo de forma ordenada e paulatina.

É importante que o governo Lula demonstre, após a derrota, a maturidade que lhe faltou ao longo do processo. Optar pela vingança e pela manipulação atabalhoada de outros impostos e de rubricas orçamentárias seria piorar as coisas. Agiu bem o ministro da Fazenda, Guido Mantega, ao assegurar as metas de superávit primário – a poupança para abater dívida pública.

A adaptação emergencial à falta da CPMF deveria começar pela suspensão de gastos novos previstos para 2008, tais como aumentos reais para servidores e salário mínimo. Um pente fino nas emendas parlamentares se justifica. Na regulamentação da emenda 29, que tramita no Senado, pode-se trocar o indexador de gastos para a saúde: em vez do PIB nominal, um índice de inflação. A economia está crescendo com força, o que facilita a diluição dos custos do ajuste.

Mas é preciso, sobretudo, que governo e oposição voltem logo às negociações com espíritos desarmados e ambições mais elevadas. A maneira de solucionar esse impasse de modo duradouro é reformar a estrutura da tributação e do gasto público no Brasil.

Nesse diálogo o governo poderia recuperar parte do que perdeu na CPMF. O imposto do cheque poderia ganhar status permanente, no lugar de tributos mais perversos. E poderia ser costurado um pacto suprapartidário a fim de conter as despesas de custeio, mediante um programa para aumentar a qualidade e a produtividade dos serviços que o Estado presta à população.

Anexo A/17

Além da CPMF

Depois da derrota do governo no Senado, o debate da reforma tributária pode avançar em bases mais sólidas

RUIM PARA a economia, bom para as instituições políticas? Seria demasiado simplista resumir assim o saldo da rejeição, pelo Senado Federal, da emenda que prorrogava a CPMF. São muitas as variáveis em jogo, e incertos, ainda, os desdobramentos concretos da decisão.

Do ponto de vista econômico, o fim do chamado imposto do cheque tende a produzir efeitos em larga medida ilusórios sobre a vida do contribuinte. Não há como supor que o governo possa compensar no curto prazo a perda de R\$ 40 bilhões por meio de uma redução de gastos equivalente.

Ainda que se intensifiquem as pressões para a diminuição da máquina estatal, o que é positivo, os ajustes emergenciais virão pelo caminho costumeiro. A saber, novos aumentos de impostos, com efeitos talvez mais perversos do que os ocasionados pela própria CPMF.

Fortalece-se, entretanto, o peso institucional do Legislativo. Quem acompanhou, pela TV Senado, os vivos e circunstanciados debates da noite de quarta-feira passada terá, sem dúvida, nuançado aquela permanente impressão de despreparo, parasitismo e desfaçatez que, com motivos de sobra, associa-se ao comportamento parlamentar.

Numa questão polêmica e relevante, o Executivo teve de confrontar-se com limites reais à sua capacidade de dobrar as vontades do Congresso. O recurso a apadrinhamentos e liberações de verbas, de resto fartamente utilizado, bem ou mal se revelou insuficiente para resolver um impasse que, nestes dias, atraiu crescente vigilância do eleitor.

Um padrão alternativo de negociação, distante da fisiologia de sempre, foi ao mesmo tempo esboçado. Propuseram-se – é certo que em meio a sinais patentes de inabilidade e arrogância por parte do Planalto – modificações substantivas na emenda, na tentativa de aprová-la. Um diálogo às claras, ainda que truncado, disputou espaço com as gestões menos confessáveis de que usualmente se ocupam os políticos nesse tipo de ocasião.

Talvez a partir daí se possa superar a cisão entre o que houve de progresso institucional e de leviandade econômica no desfecho do episódio. O fim da CPMF surgiu como oportunidade "in extremis" para a oposição demonstrar alguma força política, bem como para adotar a bandeira da redução da carga tributária como ponto fundamental de seu discurso. Para além das trêfegas conveniências de identidade partidária de uns, e do paquidérmico apetite arrecadatário de outros, o debate de todo modo avançou.

Vitoriosos e vencidos agora disputam que versão dos fatos haverá de prevalecer na opinião pública: se foi feita justiça ao contribuinte ou se foi punido o cidadão de baixa renda.

Colocado nesses termos, o dilema é apenas retórico. Uma real reforma tributária

pode ao mesmo tempo reduzir a carga fiscal e corrigir sua iniquidade do ponto de vista distributivo. Encerrada a refrega da CPMF, o país parece emergir um pouco mais maduro para essa discussão.

Anexo B/01

E a licença-paternidade?

MIRIAN GOLDENBERG

É possível uma efetiva igualdade entre os sexos se a mulher detém, quase exclusivamente, o direito e o dever de cuidar dos filhos?

A COMISSÃO de Direitos Humanos do Senado aprovou, por unanimidade, o projeto que aumenta de quatro para seis meses o período da licença-maternidade. A autora do projeto, senadora Patrícia Saboya (PDT-CE), comemorou dizendo: "Está na hora de respeitar a mulher brasileira e as crianças".

Aplaudimos veementemente a aprovação do projeto e o reconhecimento e a valorização da maternidade. Mas perguntamos: não está também na hora de respeitar o homem brasileiro, ou melhor, a paternidade?

Aparentemente não, pois a mesma senadora propõe um projeto para aumentar a licença-paternidade de cinco para 15 dias, com o objetivo de que os pais possam "ajudar" as mães nos primeiros dias de vida do bebê.

Para ilustrar com uma realidade oposta, na Suécia, a licença de mais de um ano para cuidar do recém-nascido é para ambos os pais. O casal pode decidir quem ficará sem trabalhar para cuidar do bebê: o pai ou a mãe. A proposta visa estimular os homens a assumir um papel ativo na criação dos filhos e propiciar uma divisão mais igualitária das tarefas domésticas.

Todos sabem que os meses iniciais são fundamentais para assegurar a adaptação do bebê ao mundo, o que significa que cuidar de um recém-nascido é muito mais do que apenas garantir o aleitamento materno. Esse tempo é necessário para estabelecer o vínculo afetivo com a criança, indispensável para o seu desenvolvimento emocional e social.

Cinco (ou 15) dias são suficientes para que o pai participe da formação emocional e social da criança, enquanto a mãe deve dedicar seis meses exclusivamente a essa tarefa? É possível pensar em uma efetiva igualdade entre os sexos quando a mulher detém, quase exclusivamente, o direito e o dever de cuidar dos filhos? Esse cuidado não pode (e deve) ser igualmente compartilhado pelos homens?

É verdade que muitos homens recusam ou duvidam da própria competência para o exercício da paternidade. Contudo, é fácil constatar, inclusive com a notável discrepância entre os dois projetos, que aqueles que querem exercer plenamente a paternidade estão impedidos de cuidar de seus filhos, já que as mulheres são percebidas como as legítimas detentoras do saber e do poder nesse âmbito. Elas são consideradas as únicas realmente necessárias no momento inicial de vida, cabendo ao pai, quando muito, a função de "ajudar" a mãe.

Limitados a um papel secundário ou terciário (quando o bebê é cuidado pela avó, babá ou empregada doméstica), são ainda acusados de imaturos, ausentes, irresponsáveis, incompetentes e inadequados como pais. Muitas mulheres vivem a maternidade como um poder que não querem compartilhar e percebem os homens como meros coadjuvantes – ou até mesmo figurantes – em um palco em que a principal estrela é a mãe.

Não é possível questionar a suposta superioridade feminina no domínio privado sem enfrentar uma forte reação das mulheres, inclusive de muitas que lutam pela

completa igualdade entre os gêneros. Mas não seria exatamente nesse terreno, completamente dominado pelas mulheres, que se enraizaria a mais profunda desigualdade entre os sexos?

É muito difícil transformar uma realidade social quando ela é vista como da ordem da natureza; natureza que é usada para justificar o papel privilegiado da mãe e para marginalizar ou excluir o pai dos cuidados com o recém-nascido. No entanto, não existe absolutamente nada na "natureza" masculina que impeça um pai de cuidar, alimentar, acariciar, acalantar e proteger seu bebê, assim como não há uma "natureza" feminina que dê à mãe a autoridade de se afirmar como a única capaz de cuidar do recém-nascido.

Os cinco (ou 15) dias de licença-paternidade e os seis meses de licença-maternidade revelam a enorme desigualdade de gênero em nosso país.

Consolida-se, com esse abismo, o monopólio feminino dos prazeres, encargos e sacrifícios com os filhos. Reforça-se, também, a falta de respeito e de reconhecimento da importância do exercício da função paterna.

Sem desmerecer a conquista das mulheres, muito pelo contrário, é mais do que necessário denunciar a injustiça e a discriminação que sofrem aqueles que querem exercer plenamente a paternidade.

Se as crianças de hoje aprenderem que o pai e a mãe podem ser igualmente disponíveis, atenciosos, responsáveis, protetores, presentes e amorosos, é possível que, em um futuro próximo, tenhamos uma verdadeira igualdade entre homens e mulheres e a crença de que em nenhum domínio (público ou privado) um é superior ou mais necessário do que o outro.

MIRIAN GOLDENBERG, 50, antropóloga, mestre em educação e doutora em antropologia social, é professora do programa de pós-graduação em sociologia e antropologia da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro). É autora de "Os Novos Desejos", entre outras obras.

Anexo B/02

São Paulo, quarta-feira, 24 de outubro de 2007

Promover ou diminuir o aborto?

ANTONIO MARCHIONNI

O "delírio de onipotência" da razão científica põe em perigo o planeta.

Costuma-se falar das patologias da religião. E as da razão?

O "DELÍRIO de onipotência" da razão científica e utilitarista põe em perigo o planeta e a sociedade. Costuma-se falar das patologias da religião nos séculos. E as patologias da razão? O que fez a razão médica em Auschwitz e a razão psiquiátrica nos manicômios? O que fez a razão tecnológica em Hiroshima, nas trincheiras com gases asfixiantes, nas hecatombes das guerras mundiais, no envenenamento do planeta? O que fez a razão política nos "gulags" e nas câmaras de tortura? O que faz a razão sociológica na sociedade terapeutizada sob insônias e psicanalistas? O que faz a razão jurídica quando agracia os juízes com salários 70 vezes maiores que os do povo, ao preço de uma guerra fratricida com 50 mil execuções anuais? O que fará a razão ativista e feminista ao propor a eliminação aos milhões de embriões e fetos? Ninguém é inocente. Vistamos a humildade e não olhemos o aborto a partir do nariz adulto, mas nos curvemos sobre a fofura do feto. Nenhuma das ciências, todas elas incipientes, pode excluir que o feto sente alegria-dor, entende as bisbilhotices dos adultos e treme ante o bisturi.

Por qual insensatez debatemos como legalizar as mortes por aborto, e não como

diminuí-las? A proliferação do mal à sombra da lei não comporta a legalização, como o aumento do roubo não faz concluir por sua permissão. O Brasil, primado mundial em assassinato, não necessita ampliar a mentalidade de morte. É hora de um levante cultural pela diminuição das mortes.

Diminuiria a gravidez indesejada se ensinássemos a virtude aos jovens, se reconstituíssemos a família e os rituais de iniciação religioso-civil para crianças e adolescentes, se forjássemos a alma da nação com uma televisão pública mais forte que a intriga novelasca das privadas, se superássemos a monocultura materialista-relativista das universidades.

Diminuiria a tentação de abortar por razões econômicas se, longe de ensangüentar bilhões de reais em centros cirúrgicos de extermínio, a classe política destinasse tal dinheiro ao sustento das crianças nascidas da gravidez indesejada.

Diminuiria a tentação de abortar por razões emotivas se a comunidade adquirisse a cultura de abraçar, e não socar, a menina grávida.

Despencaria a gravidez indesejada se, numa reengenharia social de profissões e remunerações, voltássemos ao casamento no começo da maioridade, como foi durante 100 mil anos desde as cavernas até 1950, quando a juventude curti uma sexualidade diária, que nossos jovens nem sonham. De alguma forma será refeita essa sociedade se quisermos sobreviver no planeta em febre.

O Brasil não precisa macaquear a França e os países avançados que, em sala de aula, são imperialismo cultural e, em tema de aborto, viram paradigma de progresso. O que está em jogo no século 21 é a vitória da "cultura da vida" sobre a "cultura da morte": o Brasil pode muito bem encabeçar, uma vez na vida, a fila dos países jovens em luta pelo Bom.

Cuidemos dos termos. O aborto é algo grave, é a ocisão (ato de matar) do feto. Sufocar o inerte nunca será um direito humano. Inutilmente usaremos eufemismos, como interrupção da gravidez ou direito humano de decidir ou saúde da mulher ou caso de saúde pública. Essas roupagens coloridas não mudam a substância: trata-se de uma ocisão, que mancha a mão de sangue e faz muito mal ao filho, aos pais, ao grupo social.

Mas, se dirá, aquilo não é pessoa humana, é punhado de células. Então, perguntemos à ciência, à filosofia e à teologia.

A ciência psicológica diz que a mãe desejosa de engravidar vê naquele milímetro pulsante os olhinhos e a boquinha do filho: o resto é conversa. A ciência biológica diz que o óvulo fecundado é um ser humano, e não um ser equino ou um fenicóptero: só por interesse um cientista afirma o contrário. A filosofia diz que o óvulo fecundado pertence ao gênero *Homo sapiens* e é "pessoa" tanto quanto o será como bebezinho na maternidade e garotinho na escola: só traindo a missão de sentinela do ser humano um filósofo ensina o contrário. A teologia diz que o embrião é filho do Altíssimo e possuidor da alma imortal, que permanece viva após a ocisão do corpo: os pais reencontrarão esse filho no além e terão que explicar-se.

Dar licença ao aborto é um atalho rápido, mas espinhoso. Promover a vida é escalada longa, mas radiosa.

ANTONIO MARCHIONNI, 63, mestre em teologia pela PUC-SP (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo) e doutor em filosofia pela Unicamp (Universidade Estadual de Campinas), é professor de teologia na PUC-SP e de filosofia medieval na Unifai. É autor, entre outras obras, de "Deus e o Homem na História dos Saberes".

Senado Federal e STF: queda e ascensão

PAULO

BONAVIDES

Nunca nos regimes imperial e republicano o corpo representativo desceu tanto em grau de legitimidade quanto na atual conjuntura

A CRISE do Senado faz parte da deterioração do presidencialismo no Brasil enquanto forma de governo. Perpetua uma crise constituinte de quase dois séculos de longevidade. Tão profunda que derrubou um império e fez soçobrar várias Repúblicas desde 1889 até a instalação da nova República, em 1988.

Dentre os alvitres para sair da crise e tirar do descrédito a legislatura, vilipendiada pelo caso Renan Calheiros – escândalo sem precedente nos anais do Congresso Nacional –, houve um, todavia, que inculcou a desnecessidade do Senado Federal.

Aliás, mesmo as Cartas outorgadas, inclusive a dos generais da ditadura, mantiveram, embora de fachada, um Senado. A única exceção foi a de 1937 – uma espécie de ato institucional intitulado de Constituição. Em substituição ao Senado, a Carta espúria instituíu um Conselho Federal, composto de representantes dos Estados, com dez membros nomeados pelo presidente da República.

A nosso parecer, extinguir a instituição não resolve a presente crise. Pode, ao revés, significar uma tragédia para o regime, por abalar o edifício da Federação, por ferir princípios constitucionais de índole republicana, por enfraquecer o sistema federativo, agravar a crise da governabilidade democrática, transgredir a composição representativa do sistema.

A Câmara Alta tem lugar de honra na tradição política do Império e da República. Foi tribuna em que Rui Barbosa lecionou a liberdade e pregou o respeito à Constituição com a eloquência de uma oratória poderosa, persuasiva e imortal. Suprimir aquela Casa, passando sobre o cadáver da Constituição, vem unicamente em reforço de um presidencialismo que a história condenou e a nação da cidadania consciente não absolveu nem consagrou.

Desferido tamanho golpe de Estado, a partir daí, que resistência poderia opor ao Executivo voraz um Legislativo mutilado, com partidos desfalcados de programas e expostos às fragilidades da servidão clientelista, bem como às seduções corruptoras provenientes da máquina governante?

Mais fácil e de muito menor custo ao presidencialismo é o suborno político de uma só Câmara do que de duas Casas parlamentares. Mediante pressões irresistíveis, o poder dos presidentes não raro fabrica maiorias legislativas que sustentam políticas vexatórias lesivas à nação e à sociedade.

Nunca nos regimes imperial e republicano o corpo representativo desceu tanto em grau de legitimidade quanto na atual conjuntura.

A pior, talvez, de toda a nossa história constitucional.

Mas nem por isso vamos banir da cena política uma Casa de passado digno, por que, se assim procedermos, faremos o Brasil retrogradar, em parte, a 1937, à ditadura do Estado Novo, a qual, durante oito anos, até sua queda, governou o país sem Câmara dos Deputados e sem Senado.

A lacuna se preenchia então por decretos-leis do ditador, lavrados nas antecâmaras do Catete, isto é, nos escaninhos do palácio presidencial, cujas portas sempre estiveram cerradas ao exercício da soberania popular.

Se porventura colocarmos na balança da legitimidade as duas instituições que ora atraem as atenções da cidadania, a saber, o Senado e o Supremo Tribunal Federal, verificaremos o seguinte: enquanto o primeiro decai na confiança do povo, em consequência de escândalos que envolveram seu presidente, o segundo cresce com a renovação de quadros e as decisões do mensalão e da fidelidade partidária. Acerca deste derradeiro instituto, a corte maior, pelo voto majoritário dos ministros que a compõem, parece haver firmado, em definitivo, a jurisprudência da supremacia concreta e normativa dos princípios.

Aí se consubstancia o avanço mais considerável, mais positivo, mais importante da época constitucional que o país ora vive e atravessa.

Ao manter a decisão histórica do Tribunal Superior Eleitoral sobre a fidelidade partidária, aquele órgão da magistratura, ao que tudo indica, inaugurou na esfera constitucional uma nova era em que a supremacia da Constituição é, em primeiro lugar, a supremacia dos princípios.

De princípios se compõe toda a medula do sistema. Caso não se arrede pois dessa posição, o Supremo doravante caminha na direção certa. O futuro da Constituição e da democracia reside em concretizar princípios, em reconhecer-lhe a força imperativa, em formar a convicção incontestável e sólida de que eles legitimam os Poderes constitucionais. E o fazem já no âmbito teórico, já no domínio da prática, em que o que mais importa é estabelecer a república da liberdade e dos direitos fundamentais.

Portanto, aquela que sempre esteve nas aspirações do povo brasileiro desde as nascentes da nacionalidade.

PAULO BONAVIDES, 82, doutor "honoris causa" da Universidade de Lisboa (Portugal), é professor emérito da Universidade Federal do Ceará, presidente emérito do Instituto Brasileiro de Direito Constitucional, diretor da "Revista Latino-Americana de Estudos Constitucionais" e membro do comitê de que fundou a Associação Internacional de Direito Constitucional. É autor, entre outras obras, de "História Constitucional do Brasil".

Anexo B/04

São Paulo, sábado, 27 de outubro de 2007

A legalização do aborto ajudaria a combater a criminalidade?

NÃO

Os perigos da simplicidade

GEORGE MARTINE e SONIA CORRÊA

A GRAVIDEZ indesejada, a pobreza e a violência são questões importantes e, sem dúvida, todas elas se encontram presentes no cenário das favelas cariocas. Mas essa convivência não significa causalidade. Apesar das boas intenções, as declarações do governador Sérgio Cabral a respeito da legalização do aborto como forma de conter a violência refletem uma lógica simplista: pobre tem filho demais e isso gera mais pobreza, que, por sua vez, gera violência.

A singeleza de tais raciocínios seduz a opinião pública, escamoteia as principais causas de problemas sociais complexos como a violência e faz dos pobres, principalmente as mulheres, seus bodes expiatórios.

Em vez de recorrer apenas ao senso comum, porém, o governador lança mão de um capítulo do livro "Freakonomics", de Steven Levitt e Stephen J. Dubner, no qual

se afirma que a redução da violência nos Estados Unidos, no final do século passado, pode ser atribuída, em grande parte, à legalização do aborto. Contudo, tanto a afirmação sobre a alta fecundidade nas favelas como a tese de que a legalização do aborto reduz a violência são contestáveis.

Na realidade, a população das favelas cariocas apresenta hoje níveis baixos de fecundidade. De acordo com estudos da Escola Nacional de Ciências Estatísticas do IBGE, as mulheres que residem nas favelas têm 2,6 filhos por mulher, em média, comparado com 1,7 para o resto da população carioca. As mulheres com mais de nove anos de estudo, sejam elas faveladas ou não, têm níveis de fecundidade comparáveis aos da Europa – 1,6 por mulher. Mulheres com níveis de renda per capita acima de um salário mínimo também apresentam níveis de fecundidade abaixo da reposição.

Portanto, para poder exercer seus direitos reprodutivos, as faveladas precisam de melhor renda e educação. Além disso, não se deve fazer ilação direta entre número de filhos e violência; nesse caso, o Maranhão, onde a média de filhos atinge 3,2 por mulher, seria campeão da violência.

A famosa tese de que a legalização do aborto reduz a criminalidade é igualmente atraente, mas peca também pela sobre-simplificação.

O estudo, escrito por Levitt e John Donahue, enfoca um período curto e negligencia outros determinantes da criminalidade norte-americana, tais como os efeitos diretos da ascensão e da queda da epidemia do crack durante o período estudado sobre o aumento e a posterior retração da criminalidade. Também usa categorias etárias pouco desagregadas e se baseia em números absolutos de detenções, e não em médias per capita.

É importante ressaltar também que a intenção dos autores era analisar as possíveis conseqüências da relação entre a legalização do aborto e a criminalidade, e não oferecer bases normativas. Inclusive, o próprio Donahue já afirmou que um dos achados fundamentais da pesquisa é que, ao poderem decidir sobre suas vidas reprodutivas, as mulheres tomam decisões que têm efeitos positivos sobre seus filhos e a sociedade.

Em suma, é lamentável que problemas sociais complexos continuem sendo mesclados nesse afã pela busca de soluções fáceis. O governador Sérgio Cabral tem razão quando considera o aborto um grave problema de saúde pública e se posiciona a favor da descriminalização, conforme as decisões adotadas nas conferências internacionais do Cairo (1994) e de Beijing (1996), que definiram os direitos sexuais e reprodutivos.

Entretanto, é preciso sublinhar que, historicamente, as políticas de controle da fecundidade que fizeram recurso ao aborto de maneira instrumental, seja por motivações eugênicas, seja como caminho para solucionar problemas sociais complexos, não apenas foram condenadas como abuso dos direitos mas também não tiveram os resultados esperados.

GEORGE MARTINE, 68, mestre em sociologia pela Universidade Fordham e doutor em demografia e ecologia pela Universidade Brown, é consultor e presidente da Abep (Associação Brasileira de Estudos Populacionais).

SÔNIA CORRÊA, 58, antropóloga, é pesquisadora associada da Abia (Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids) e membro da Comissão de Cidadania e Reprodução.

A legalização do aborto ajudaria a combater a criminalidade?

SIM

Filhos indesejados e criminalidade

GABRIEL CHEQUER HARTUN

OITO ANOS depois da divulgação do trabalho seminal de Steven Levitt, muito se discute sobre a validade e o uso do seu resultado. O artigo mostra que a decisão da Suprema Corte americana, que permitiu em 1973 o aborto nos 50 Estados daquele país, foi determinante para a forte redução nas taxas de criminalidade na década de 90. Segundo o estudo, metade da redução de 40% nas taxas de crimes violentos e cerca de um terço da redução de 30% nas taxas de crimes contra o patrimônio se devem à legalização do aborto.

A evidência de Levitt é bem contundente. Primeiro, mostra que a criminalidade começou a cair nos EUA exatamente 18 anos após a legalização do aborto, momento em que os bebês nascidos depois da decisão da Suprema Corte entravam na faixa etária de maior envolvimento criminal. Em seguida, mostra que, nos cinco Estados em que o aborto foi permitido três anos antes do resto do país, as taxas de criminalidade começaram a cair exatamente três anos antes. E termina mostrando que os Estados nos quais houve proporcionalmente mais abortos durante a década de 70 foram os que apresentaram redução mais acentuada da criminalidade. A justificativa teórica para o aborto afetar a criminalidade se expressa em duas proposições: 1) a legalização do aborto reduz o nascimento de filhos indesejados; 2) filhos indesejados têm uma chance maior de se envolverem em atividades criminosas.

A primeira proposição é verdadeira por definição. A segunda proposição encontra suporte em aproximadamente 40 anos de pesquisa acadêmica. Por exemplo, Dagg (1991) mostra que filhos que nasceram porque não foi permitido pela Justiça que as mães abortassem se tornaram adolescentes com probabilidade bem superior de participar de atividades criminosas se comparados com crianças com mesmo "background" familiar, mas cujas mães não expressaram judicialmente a intenção de interromper a gestação.

Meu estudo aborda a mesma questão sob uma ótica distinta. Vejo, usando dados de São Paulo, que fatores como a proporção de filhos nascidos de mães adolescentes, nascidos de famílias monoparentais e a taxa de fecundidade são determinantes mais importantes da criminalidade 20 anos mais tarde do que fatores socioeconômicos tradicionais, como o crescimento econômico, a desigualdade e a presença da polícia.

A relação entre meu estudo e o de Levitt é que o aborto reduz a criminalidade, em grande medida, porque reduz esses fatores. Porém, o objetivo de nenhum desses trabalhos é justificar a legalização do aborto. Sua contribuição envolve apenas mostrar um de seus benefícios. Cabe à sociedade decidir, ponderando ao mesmo tempo os custos de ordem moral e normativa associados à saúde pública. Além disso, há outras formas além do aborto de atacar problemas como gravidez indesejada, gravidez adolescente e alta fecundidade.

O investimento em educação é, provavelmente, a medida mais óbvia e mais eficaz para atacar o problema.

Analisando dados do Censo 2000, percebemos que a fecundidade de mulheres

sem instrução chega a ser seis vezes maior que a de mulheres com 12 anos ou mais de educação formal, pertencentes à mesma faixa de renda. Além de reduzir a fecundidade, a educação tem um impacto direto na criminalidade, uma vez que adolescentes mais educados têm menor probabilidade de se envolverem em atividades criminosas. A pré-escola, em especial, parece ser um grande redutor direto de criminalidade.

Políticas públicas que melhorem a educação reprodutiva e planejamento familiar também devem contribuir para a redução da criminalidade. Uma experiência interessante é a do Instituto Kaplan, que reduziu em 91% a ocorrência de gravidez entre adolescentes, estudantes do ensino médio, em 24 escolas da rede estadual em 14 municípios do Vale do Ribeira.

Infelizmente, esse tipo de política, mesmo que seja amplamente adotada hoje, só deve começar a fazer efeito na criminalidade em aproximadamente 20 anos. Enquanto isso, a sociedade brasileira terá que enfrentar seus velhos desafios na segurança pública.

GABRIEL CHEQUER HARTUNG, 25, economista, mestre em economia e doutorando da Escola de Pós-Graduação em Economia da FGV-RJ (Fundação Getúlio Vargas). É co-autor do estudo "Fatores Demográficos como Determinantes da Criminalidade".

Anexo B/05

O Brasil tem condições de sediar a Copa de 2014?

SIM

Preparação e superação dos problemas

MAURICIO MURAD

FOI O que o Brasil ouviu da Fifa. Único concorrente, pentacampeão mundial, maior celeiro de craques, rodízio entre continentes, boa avaliação dos inspetores. Deu tudo certo. A Copa de 2014 será mesmo aqui. O mais importante, agora, é saber o que vamos fazer com tudo isso.

O Brasil foi escolhido apesar da violência, da corrupção, da impunidade. Nada disso é novo, embora alarmante. Novidade é o que podemos ganhar com a Copa. A Fifa e seus investidores exigem muito, mas também ajudam.

E com essa gente não tem brincadeira. Os interesses são grandes, e prazos, metas, orçamentos e compromissos têm que ser cumpridos. Assim, a Copa é uma boa oportunidade para o Brasil experimentar coletivamente novos conceitos e melhores valores.

Está no caderno de exigências da Fifa: avaliar, planejar e investir, tudo a curto, médio e longo prazo; mapear e controlar os problemas com ações de inteligência e prevenção; se preparar para aproveitar ao máximo o evento – antes, durante e depois. Afinal, é um direito e um dever ir além do campo esportivo, agregar valores e realizações que fiquem. Temos um histórico de vitórias dentro de campo. É hora de outras conquistas.

A Copa é uma chance rara de nos obrigarmos a construir e cumprir minimamente esse plano estratégico. Os ganhos em termos de emprego direto e indireto, na cultura, na segurança e em outros domínios são conhecidos. Por isso, é bom aprender com quem já fez. Nossos laboratórios são o Mundial de 2006, na Alemanha, e o Pan de 2007, no Rio. Pesquisas ajudam no planejamento, na

execução e na gestão do legado. Então, vamos convocar uma pequena seleção de resultados de pesquisa para auxiliar a avaliação.

A Copa da Alemanha foi um projeto da sociedade e uma ajuda à inclusão e ao desenvolvimento. Por cinco anos, investiram em infra-estrutura, além de campanhas mostrando o evento como uma grande oportunidade, e o futebol, como patrimônio cultural.

Não somos a Alemanha, mas temos sete anos pela frente. Não é muito, mas também não é tão pouco. É preciso começar já e estender ao máximo os efeitos da Copa. Devemos lembrar o que os alemães cantaram no Portão de Brandemburgo: "A Itália ganhou uma Copa, a Alemanha, uma alma". O Brasil precisa ganhar uma alma e passar a limpo suas instituições.

Lá, a segurança foi prioridade, para garantir os investimentos e a integridade das pessoas. O apoio das polícias internacionais, tido como fundamental, seguiu o previsto: pesquisa, inteligência, prevenção, convivência. A lei foi aplicada com autoridade.

Aqui, nosso estudo do Pan, com 2.410 homens e mulheres de diferentes idades, classes sociais e escolaridades, mostrou que, para 93%, a segurança é essencial na qualidade de vida. E 83% acharam que a segurança foi prioridade só no papel e que dela ficará pouco, "porque foi para gringo ver". A experiência alemã (e não o Pan) incorporou o que deu certo e deve ser o exemplo.

Que tal aproveitar os investimentos e a pressão internacional da Copa para fazer da segurança uma real prioridade? Não é porque nos falta segurança que não devemos ter a Copa; devemos ter a Copa para ajudar a ter segurança, entre outros aspectos.

A cooperação polícia-população, os fundamentos educacionais do esporte, o envolvimento das escolas e uma política para as áreas esportivas são condições exigidas pela Fifa e devem ficar como legado.

A pesquisa do Pan mostrou a necessidade de melhorar o transporte, o trânsito e a iluminação das ruas. Leis duras e ações preventivas. Integração entre município, Estado e União em políticas públicas e projetos sociais.

Desde 2001, a Alemanha preparou 2006. O Brasil deve solicitar – e já – a ajuda alemã, como fez a África do Sul, sede de 2010. Isso é um direito previsto e bem-visto pela Fifa e seus patrocinadores. Não é um favor.

A Copa de 2006 e o Pan de 2007 são o nosso pontapé inicial. Temos que fazer mais, organizar melhor e controlar os custos. Bilhões estarão em jogo e sob avaliação internacional.

Nossa imagem também. Temos a obrigação de não perder essa. Esporte é atividade socioeducativa, expressão de identidade, fator de socialização. Uma Copa não resolve questões básicas, estruturais, mas pode ajudar. Depende de nós.

MAURICIO MURAD, 57, sociólogo, doutor em sociologia do esporte, é professor da Uerj (Universidade do Estado do Rio de Janeiro) e do mestrado da Univero. É autor, entre outras obras, de "A Violência e o Futebol, dos Estudos Clássicos aos Dias de Hoje".

O Brasil tem condições de sediar a Copa de 2014?

NÃO

A quem serve a Copa no Brasil?

SÓCRATES e GUSTAVO VIEIRA DE OLIVEIRA

NÃO SE tem dúvida do êxtase que será uma Copa no Brasil. Festa e futebol é uma combinação perfeita para nós, brasileiros. É o que temos de melhor para mostrar ao mundo. Porém, ao observar esse grande evento no seu entorno, de forma mais profunda, percebe-se a distância que nos separa das condições e do merecimento para recebê-lo.

O futebol é fenômeno social, parte fundamental da cultura do país, inegável elemento de identidade nacional e extremamente simbólico. O futebol brasileiro (dentro e fora de campo) muito diz sobre o que somos, nossos valores, a dinâmica social e as relações de poder. É uma mostra didática do que é o Brasil. A Copa não deve ser analisada sob ótica diferente.

A falta de condições salta aos olhos nos primeiros movimentos realizados rumo à indicação e, a partir de agora, à organização desse megaevento. Ao verificar as lideranças que ameaçam tomar frente do processo, é possível antecipar o futuro de apropriação do bem coletivo, da personificação maliciosa da obra social difusa, da preponderância de interesses indignos e ilegítimos em benefício de si mesmos, de seu pequeno grupo e na defesa do podereco que eterniza essas práticas no futebol (e no país).

O comitê organizador da Copa 2014 é o melhor retrato (conforme informação desta Folha): uma só pessoa, que tudo pode e a ninguém presta satisfação e contas. Um déspota! Mas não devemos nos preocupar.

Qualquer evento esportivo acontece por si só. É só a bola rolar que as atenções se direcionam para o campo e esses "requintes" se esvaem e depois são esquecidos com a avalanche de informações direcionadas – especialmente as veiculadas pelo império midiático, onipresente e onipotente no futebol, que tem papel fundamental no atraso das instituições esportivas. Sempre foi assim no Brasil, não é?

O que interesseiramente ignoram e querem que ignoremos é o potencial mobilizador e de transformação social desse fenômeno jogado com os pés. Essa é a legítima função do futebol, a qual, se aflorasse, não encontraria limites para transformar realidades, integrar culturas e pessoas, formar cidadãos e consciências, enfim, servir de vetor do desenvolvimento e da igualdade social.

Essa é o entendimento fundamental que nos falta, a essência que daria sentido a uma Copa no Brasil e que, com esses valores, por beneficiar a todos (benefício verdadeiro, não apenas a felicidade fugaz por assistir a alguns jogos), nos faria, com muito orgulho, merecer tal evento.

Nem mesmo se pode afirmar que há condições para as melhorias dos equipamentos urbanos, consequência do fato de sediar um evento dessa magnitude. É o que se verifica com a experiência do Pan. Apesar de inúmeras promessas de legados fantásticos e benfeitorias maravilhosas, passada a competição, pouco se verifica de melhoria na vida cotidiana do carioca.

O que se viu foi uma imensidão de recursos públicos investidos de forma nada transparente, usados, em sua maioria, para maquiagem ações sociais provisórias e, portanto, ineficientes, melhorias urbanas não prioritárias e para construir praças esportivas que servem aos mesmos citados anteriormente, seja em forma de

concessões à exploração privada a preços ridículos, seja para um efêmero "circo sem pão" esportivo que sustenta esse podereco.

Nesse cenário, o mais cruel é perceber que o único que merece vivenciar uma Copa do Mundo, devido à paixão delirante dedicada ao futebol, pela intensidade com que esse esporte é parte de sua cultura e identidade, é aquele que, também por tudo isso, não é estimulado a discernir sobre a manipulação de sua paixão e a enxergar essa realidade – ou seja, o torcedor e o povo brasileiro.

Sob esses aspectos, com uma visão mais profunda e complexa, que insere a Copa do Mundo e o próprio futebol dentro do contexto social e político, driblando a idéia e o poder dos contrários, enfim, por ir além da festa e do futebol, mesmo que sufocando o torcedor dentro de nós, não vemos condições de o Brasil sediar um evento com tal magnitude e simbolismo e, ao mesmo tempo, proporcionar transformações na realidade social do nosso país, que é o que a nós (sonhadores de um Brasil mais humano e justo) interessa.

SÓCRATES BRASILEIRO SAMPAIO DE SOUZA VIEIRA DE OLIVEIRA, 53, é médico e ex-jogador de futebol (Copa do Mundo de 82 e 86).

GUSTAVO CECILIO VIEIRA DE OLIVEIRA, 30, é advogado, especializado em administração esportiva pela FGV.

Anexo B/06

São Paulo, sábado, 10 de novembro de 2007

A ciência pode abrir mão de fazer experiências com animais?

SIM

Essa ciência não entrega a cura prometida

SÔNIA T. FELIPE

AS INVESTIGAÇÕES científicas mais relevantes para a preservação da saúde e da vida humanas resultaram de estudos feitos com base na clínica, na observação e no mapeamento das doenças que mais incidem sobre a população humana ou de estudos voltados para a prevenção das doenças, não exclusivamente para o combate de seus sintomas.

As descobertas científicas que mais contribuíram para prolongar a vida humana resultaram basicamente de estudos e observações clínicos, e não de testes feitos em animais vivos de outras espécies.

Via de regra, estudos baseados no modelo animal vivo (vivi-seccção) servem apenas para desenvolver a habilidade dos cientistas na construção de modelos que terão de ser, mais tarde, redesenhados para a aplicação em estudos destinados à investigação de possíveis terapêuticas para doenças humanas.

Após todo esse esforço, as drogas não funcionam como prometido. Muitas delas são retiradas do mercado após constatada sua letalidade para humanos. A ciência usa o dinheiro e investe o tempo de seus operadores se perdendo nos labirintos da vivi-seccção. Seu investimento nesse único método de pesquisa é diretamente proporcional ao seu fracasso em responder satisfatoriamente às questões às quais se propõe responder com a investigação.

Enquanto gerações e gerações de jovens cientistas são transformadas em vivisseccionistas sob a imposição hegemônica de uma ideologia claramente fracassada, outras tantas gerações de jovens, bebês e adultos morrem a cada ano daquelas mesmas doenças que o cientista há mais de cinco ou seis décadas promete curar ao buscar em organismos de ratos e camundongos a resposta para males que afetam cada vez mais devastadoramente organismos de indivíduos humanos.

A ciência vivisseccionista não tem feito nenhum progresso na busca da cura dos grandes males que produzem as doenças crônicas, dolorosas e letais mais comuns em organismos humanos: câncer, acidentes vasculares, diabetes, hipertensão, mal de Alzheimer, mal de Parkinson. Além do fracasso evidente de todas as drogas até hoje empregues para a "cura" dessas doenças, é preciso contabilizar o fracasso de outras inventadas a partir do modelo vivisseccionista para o tratamento das demais doenças que afligem os seres humanos, a exemplo da depressão e de outras formas de sofrimento psíquico.

Ao adotar o organismo de camundongos, ratos, cães, gatos, porcos, cavalos, aves e primatas não humanos como referência para a investigação, a ciência deixa de estudar e conhecer o organismo e o psiquismo dos seres da espécie humana, a destinatária de seus resultados.

O que o cientista vivisseccionista faz é estudar a fisiologia dessas doenças em organismos que, via de regra, nem sequer as produzem naturalmente. É preciso "fabricar" um camundongo com câncer para testar nele as drogas prometidas para curar o câncer em organismos que não foram "fabricados" com câncer, mas que o desenvolvem. A morte por câncer continua a ser praticamente previsível, apesar das drogas às quais o paciente humano é submetido na "luta contra" ele. Adiar a morte não cura.

Essa ciência pode abrir mão do uso de animais vivos, pois, embora ela tenha produzido uma quantidade incalculável de drogas para combater os sintomas de tais males, ao sustentar sua investigação no vivisseccionismo, não produz resultados que garantem a "cura" de nenhum daqueles males mais frequentes que afetam crônica ou agudamente a saúde e destroem a vida humana.

SÔNIA TERESINHA FELIPE, 53, doutora em filosofia moral e teoria política pela Universidade de Konstanz (Alemanha) com pós-doutorado em bioética-ética animal pelo Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa (Portugal), é professora da graduação e da pós-graduação em filosofia e do doutorado interdisciplinar em ciências humanas da Universidade Federal de Santa Catarina.

A ciência pode abrir mão de fazer experiências com animais?

NÃO

Uma necessidade científica básica

LUIZ EUGENIO MELLO

PRECISAMOS respirar? Essa poderia ser a tradução da pergunta sugerida. O uso de animais é tão básico para a ciência como é respirar para qualquer um de nós. Para explicar de outra forma, a interrupção da experimentação animal representaria a morte de parte importante da ciência, do ser humano e do planeta.

É claro que podemos voltar para a Idade da Pedra e tentar viver sem energia

elétrica, sem os excessos do mundo moderno e em plena harmonia com a natureza. Para os que não percebem a falácia oculta nessa utopia, relembro apenas que nesse mundo idealizado não haveria tampouco os avanços médicos que permitem a milhões de pessoas existir. Ideal para quem, portanto?

Digamos que não se trate de renegar toda a ciência e os avanços do mundo moderno, mas simplesmente de impedir o sofrimento dos animais de experimentação. Dizendo de outra forma, deveríamos impedir a experimentação animal, pois o sofrimento de qualquer criatura deve ser evitado a todo custo. Fora dessa equação, ficam todos os pacientes que hoje sofrem de doenças incuráveis. Fora dessa equação, ficam todas as futuras vítimas de novas doenças. Poucas pessoas? Lembremo-nos apenas da dengue. Doença antiga e ainda sem cura.

Neste ano, as pesquisas com animais de laboratório indicam que há uma possível vacina. Teríamos essa vacina sem animais? Não. Talvez no século 22, 23 ou no futuro remoto.

Espécies animais são extintas o tempo todo. Teríamos capacidade de preservar ou recriar animais sem experimentação animal? Não. É só porque aprendemos a dominar a fertilização in vitro e a clonagem que hoje somos capazes de impedir a extinção de aves, gatos selvagens etc.

Cientistas são pessoas como quaisquer outras. Não são sádicos nem monstros. Assim, é importante esclarecer a população sobre alguns aspectos. A primeira delas é que ciência não se associa a maus-tratos de animais.

Nas atividades de pesquisa, o uso de cobaias segue normas éticas. Os cientistas trabalham arduamente na busca de respostas para questões que afligem tanto homens como animais.

Outro argumento apresentado é a existência de diferenças anatômicas e fisiológicas entre ratos, rãs, cães, gatos e gambás e os humanos. Certamente há diferenças, mas há muito mais similaridades. A biologia molecular tem sido pródiga em demonstrar a riqueza de informações possíveis de serem obtidas a partir da biologia comparativa.

O fato de testes de drogas em ratos e chimpanzés terem mostrado alguns efeitos diferentes quando aplicados a seres humanos também tem sido listado entre os argumentos contra o uso de animais de experimentação.

Os que se opõem fazem referência ao caso da talidomida. Após a talidomida, as regras mudaram. Podemos dizer que, se não fosse a experimentação animal, teríamos dezenas de casos equivalentes ao da talidomida.

Outra questão polêmica é a introdução de técnicas alternativas que substituam a utilização de animais em ensino e pesquisa, tais como uso de células em cultura e biologia computacional. Esses procedimentos são completamente diferentes. Se os computadores pudessem prever tudo, a experimentação animal certamente seria desnecessária. Isso não é assim em nenhum país do mundo.

Não há como prever todas as interações de um organismo complexo. Em 1995, o então deputado Sérgio Arouca apresentou o projeto de lei 1.115, que estabelece procedimentos para o uso científico de animais. O projeto foi elaborado com competência e integridade intelectual, mas questionado em alguns pontos. Foi então apresentado o PL 3.964/97.

Em outubro de 2007, completaram-se 12 anos desde a proposição de Arouca e uma lei ainda não foi regulamentada no país.

O uso de animais na ciência é absolutamente necessário. Ciência é questão de

soberania nacional. Não se trata de procedimento obsoleto. Nossa segurança estaria mais comprometida caso não pudéssemos antes testar esses medicamentos em animais de laboratório. Analgésicos, antiinflamatórios, vacinas, antibióticos, hormônios em suas versões mais modernas dependeram tanto da experimentação animal como nós dependemos do ar para respirar e viver.

LUIZ EUGENIO ARAUJO DE MORAES MELLO, 50, graduado em medicina, mestre e doutor em biologia molecular com pós-doutorado em neurofisiologia pela Universidade da Califórnia, em Los Angeles (EUA), é professor titular de fisiologia e pró-reitor da Universidade Federal de São Paulo e presidente da Federação das Sociedades de Biologia Experimental.

Anexo B/07

São Paulo, domingo, 18 de novembro de 2007

América Latina: à altura dos desafios

ANOOP SINGH

A América Latina vive a mais longa fase de crescimento econômico contínuo desde os anos 70. O Brasil destaca-se como exemplo de sucesso

ESTE ANO assinala um marco importante para a América Latina. Como mostra a nova edição do informe "Perspectivas Econômicas: As Américas do FMI", a região desfruta do mais longo período de crescimento econômico ininterrupto desde a década de 1970. Em relação a 2002, há mais 25 milhões de pessoas empregadas, enquanto 16 milhões foram alçadas de uma situação de pobreza com bons programas sociais.

O Brasil se destaca como exemplo de grande sucesso. Ao contrário de períodos anteriores, a atual expansão se caracteriza por elevados superávits em transações correntes e melhorias nos fundamentos econômicos.

Esses bons fundamentos são de fato razão essencial da resistência da América Latina, até agora, à turbulência financeira que começou em agosto. Houve certa volatilidade, mas, de modo geral, a região não se deixou abater pela crise do crédito "subprime" nos EUA, já que a exposição dos países a esse tipo de investimento é mínima e as oscilações nos fluxos de capital foram absorvidas pelo câmbio. Isso não significa, naturalmente, que a América Latina esteja agora imune ao contágio. Nosso relatório mostra que a região continua altamente sensível a uma desaceleração global acentuada, ao aperto dos mercados de crédito ou à deterioração das relações de troca. Uma maneira de atenuar esses riscos é a consolidação e a ampliação das melhorias recentes nos fundamentos macroeconômicos.

A política fiscal é um exemplo. No ano passado, a região registrou superávits primários históricos, mas, em geral, os gastos públicos estão crescendo a um ritmo acelerado. Mantida essa tendência, a situação das finanças públicas estaria ameaçada. Cabe aos governos encontrar a forma de equilibrar investimentos sociais e de infraestrutura com a necessidade de reduzir a dívida pública e a vulnerabilidade. Contas públicas ajustadas ajudam os países a absorver melhor a entrada de capitais e dar respaldo à política monetária.

Uma supervisão cuidadosa do setor financeiro também é fundamental. No ano passado, o crédito ao setor privado cresceu em média 40%. No Brasil, os mercados de capitais também estão em rápida expansão, como ilustra a multiplicidade de emissões privadas de ações e títulos de dívida e aberturas de

capital.

Considerando os baixos níveis de intermediação financeira na região, essa expansão não é necessariamente motivo de preocupação. Contudo, as turbulências recentes são um lembrete de que há um risco inerente em tentar ampliar uma carteira de crédito à custa de relaxar os critérios para a concessão de empréstimos. Outra área crítica é a da política monetária e cambial. A região desenvolveu regimes de política monetária muito melhores nos últimos anos, que têm se mostrado flexíveis às mudanças nos cenários externo e interno. Todavia, em muitos países, há sinais claros de que a inflação começa a subir. Isso se deve, em parte, a fatores relacionados à oferta, como os aumentos nos preços dos alimentos e dos combustíveis, mas também é um sinal de um ambiente de crescimento vigoroso. Essas tendências inflacionárias têm de ser cuidadosamente monitoradas.

Nesse contexto, as moedas de vários países, incluindo o real, se valorizaram. Isso é, em parte, resultado da fragilidade do dólar, mas também é um sinal de prosperidade econômica.

No Brasil, por exemplo, o fortalecimento do real está sendo acompanhado pelo crescimento dinâmico das exportações. É claro que uma moeda mais forte implica alguns custos de transição, mas também reforça a importância de promover avanços em outras frentes para aumentar a produtividade e o investimento.

Em resumo, a região vem apresentando bons resultados, e as turbulências recentes mostram que a América Latina é hoje mais resistente a choques do que no passado. Além do mais, a economia mundial ainda cresce a um ritmo vigoroso, os preços das commodities estão em alta e os fluxos financeiros beneficiam a região. Porém, é pouco provável que o ambiente seja sempre favorável e deve-se aproveitar a ocasião para identificar e solucionar as vulnerabilidades.

Ao mesmo tempo, cabe aos países manter o foco na promoção do crescimento, com expansão do investimento e aumento da produtividade, o que ajudará a consolidar os ganhos na batalha contra a pobreza e as desigualdades sociais. O Fundo Monetário Internacional continua empenhado em contribuir para esses esforços, prestando assistência técnica e assessoria na formulação de políticas econômicas apropriadas para lidar com essas questões.

ANOOP SINGH, 57, é diretor do Departamento do Hemisfério Ocidental do FMI (Fundo Monetário Internacional).

Anexo B/08

São Paulo, sexta-feira, 30 de novembro de 2007

Infecção pelo HIV/Aids: sucessos e insucessos

VICENTE AMATO NETO e JACYR PASTERNAK

Temos neste ano alguns dados muito auspiciosos que, na nossa opinião, são muito significativos no combate à Aids

TEMOS NESTE ano alguns dados muito auspiciosos que, na nossa opinião, são muito significativos no combate à Aids. Temos, também, como sempre, fatos que não nos deixam tão otimistas. Vamos primeiro dar as boas notícias. Os inibidores da integrase, a enzima que integra a cópia DNA do RNA viral no nosso genoma, chegaram ao uso clínico experimental e logo estarão na rotina assistencial.

Com a inibição da transcriptase reversa, proteases e integrase, agiremos mais radicalmente contra o vírus, limitando a sua proliferação.

Além dos inibidores de fusão, inibidores da ligação do vírus ao receptor CCR5 também atingem nível clínico, atacando outro ponto crítico da penetração do vírus nas células-alvo.

A parte problemática desses itens vai situar-se no preço. As drogas novas são caras – quanto mais novas, mais caras – e ficarão necessárias para os muitos pacientes que perderam a resposta a fármacos mais antigos.

Incidentalmente, consideramos a quebra de patente do anti-retroviral Efavirenz uma faca de dois gumes. Se precisamos viabilizar nosso generoso e eficiente programa de combate à infecção pelo HIV e, por isso, é essencial manter os gastos com ele sob controle, igualmente é verdade que quebrar patente implica algum grau de risco.

Sem discutir moralidade ou fatores desse tipo, o fato é que, se as multinacionais não quiserem licenciar no Brasil os remédios que produzem, não poderemos fazer absolutamente nada para obrigá-las.

Preparações novas não são produzíveis nos laboratórios farmacêuticos nacionais, incluindo os estatais. Países como a Índia, a China ou a Coreia do Sul, que investiram em indústria química de ponta, podem tentar, mas, aqui, isso é simplesmente inviável.

Dirão os senhores que o Brasil é um grande mercado para os anti-retrovirais. Pode ser verdade, mas, se uma empresa farmacêutica resolver morder a bala, vamos descobrir mais uma vez que nosso governo não pode tudo que pensa que pode. Voltando à parte animadora, a epidemia da infecção pelo HIV não explodiu na Índia como poderia ter acontecido. Fatores sociais e culturais aí são diferentes dos da África. Por outro lado, não se pode negar a expansão da epidemia na Índia, na Ucrânia, na Rússia e nos países da Europa Oriental – se não foi catastrófica, continua sendo assustadora, como outrossim é a difusão nas camadas mais pobres da população latino-americana e até norte-americana.

Trabalhos educativos continuam sendo o único método limitador, por enquanto, e educação para a saúde pressupõe a de base – e, nisso, os progressos foram singelos.

Dispomos de dados brasileiros sugerindo alguma melhora, mas discreta, quanto à quantidade de infectados. O próprio tratamento limita a disseminação da infecção: pessoas com cargas virais inferiores a 1.500 genomas/ml são muito menos contaminantes (mas não deixam de sê-lo) do que as com cargas virais mais altas. A pior notícia deste ano se refere à vacina: uma tentativa, mais uma, não se mostrou eficaz. Vacinação profilática ou mesmo terapêutica contra o HIV até agora não existe. Tentativas vão continuar sendo feitas, mas nos preocupa o simples fato biológico de não existir imunizante valioso contra retrovírus em nenhuma espécie, o que sugere que deve ser muito difícil conseguir alguma coisa desse tipo.

A descoberta do RNA interferente é uma promessa para que, no futuro, algo assim seja usado para prevenir a infecção pelo HIV. No entanto, a distância entre o fenômeno biológico demonstrado e seu emprego clínico é imensa: só imaginar como colocar o RNA interferente dentro de células é de enorme complexidade.

Preocupamo-nos com a impressão leiga de que uma descoberta científica dá frutos imediatos – em medicina, isso definitivamente não é assim.

No Brasil, nos entusiasma o fato de que nosso programa de assistência aos pacientes com HIV/Aids continue funcionando tão bem; é quase inédito, neste país,

que um plano de longo prazo, tocado por governos politicamente divergentes, tenha se mantido e expandido de maneira adequada com a cobertura que alcançou.

Isso nos faz perguntar por que em outras situações clínicas mais comuns não há iniciativas tão bem organizadas e articuladas. Mas é aquela história, se todos os componentes da área da saúde imitassem o nosso sistema de atenção aos acometidos de HIV/Aids, o Brasil seria a Suécia.

VICENTE AMATO NETO, 80, médico especialista em clínica de doenças infecciosas e parasitárias, é professor emérito da Faculdade de Medicina da USP.

JACYR PASTERNAK, 67, médico especialista em clínica de doenças infecciosas e parasitárias, é doutor em medicina pela Unicamp (Universidade Estadual de Campinas).

Anexo B/09

São Paulo, sábado, 01 de dezembro de 2007

É positiva a proposta para a 28ª Bienal de SP, que prevê, entre outras coisas, um andar vazio?

NÃO

Perda irreparável

NELSON AGUILAR

O CANCELAMENTO da mostra internacional da 28ª Bienal de São Paulo e sua conversão em palco de debates configura uma perda irreparável não só à cidade e à arte brasileira e latino-americana mas também ao circuito internacional. Uma edição da Bienal paulistana, boa ou má, reúne artistas, críticos, galeristas, estudantes, visitantes de todas as partes do mundo há mais de 50 anos. No lugar disso, propõe-se uma série de conferências. A montanha pariu um rato e almeja-se que essa natividade seja celebrada, se não como megaevento, ao menos como "um gesto radical".

O papel do presidente da Fundação Bienal de São Paulo é seguir os estatutos e realizar aquilo para o que é nomeado, a saber, a exposição de artes plásticas bianual. É respaldado por um conselho de notáveis, no qual têm assento o ministro das Relações Exteriores e o da Cultura, o secretário da Cultura do Estado e o do município. O que terá sucedido a essa rede capilar que liga o evento às mais importantes instituições nacionais?

A Fundação Bienal vive do aluguel do pavilhão onde acontece a mostra e da capacidade de persuasão da diretoria nos segmentos públicos e privados da sociedade para a consecução de sua finalidade. Um presidente sem essa interlocução sobra no comando de uma entidade sem fins lucrativos que pretende servir à comunidade.

Escapa à compreensão do cidadão por que a fundação cede espaço e promove a Bienal Internacional de Arquitetura, ora em andamento, sem que para isso exista qualquer exigência regimental, gastando energia e dinheiro, enquanto envia às urtigas a razão de ser de sua existência.

A Bienal anterior, embora tivesse por tema "Como viver juntos", notabilizou-se pela convivência insuportável entre diretoria e curadoria, numa competição de desacertos que desembocou num resultado medíocre no que diz respeito à divulgação do evento, a começar pela ausência de catálogo.

Não obstante a pálida gestão, o presidente foi reconduzido e prosseguiu a

seqüência de atos falhos por meio da idéia de um concurso entre curadores para a edição seguinte cujas regras foram reformuladas no último minuto.

Propôs-se uma solução de compromisso, firmada entre dois participantes do certame, Ivo Mesquita e Marcio Doctors, de discutir publicamente o evento em 2008 e efetivá-lo em 2010. Era a tentativa de fazer falsas janelas para simular simetria. Houve mesmo o expediente de emendar o estrago por meio do tema: o vazio na arte. Em 2008, para gáudio de palestrantes indiferentes ao arredor, aconteceria apenas a mesa redonda, visto não existir, segundo o parecer dos dirigentes, tempo hábil para executar o evento (despendido nas dificuldades que a diretoria teve para convencer os conselheiros a aprovar as contas da 27ª Bienal).

Como o presidente não é vitalício, ainda que o atual seja o de maior duração no posto, à exceção de Ciccillo Matarazzo, o fundador, e não podendo garantir o que acontecerá em 2010, a estratégia não funcionou a contento. Marcio Doctors, ciente de que não haveria sentido em transformar o mundo artístico num palavrório, desiste do pleito.

Ivo Mesquita, agora sozinho, aceita a incumbência de transformar a mostra em sucedâneo, algo virtual, uma "second life", substituindo formas por discursos e atualizando de maneira macabra o debate sobre a morte da arte. Promete performances, apresentação de vídeos, 40 dias de conferências, mostra de arquivo e um andar vazio.

Isso substitui a experiência estética, a visita de críticos de arte, de artistas dos países participantes, dos respectivos curadores, o posicionamento dos brasileiros diante da cena internacional, a freqüentação de galerias, ateliês, museus, coleções particulares exercida pelos que vêm conhecer ou restabelecer contato com a segunda Bienal mais conhecida do circuito?

O presidente da Bienal de 2010 terá que arcar com a quebra da periodicidade do evento, o que significa perda de verbas dos países visitantes, com o recomeço difícil. Mas 2010 está tão longe das artes quanto 2014 está próximo do futebol.

NELSON AGUILAR, 62, é professor de história da arte da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas). Foi curador-geral da 22ª (1994) e da 23ª (1996) Bienal de São Paulo e da quarta Bienal do Mercosul (2003).

É positiva a proposta para a 28ª Bienal de SP, que prevê, entre outras coisas, um andar vazio?

SIM

Temos que enfrentar o horror ao vazio

IVO MESQUITA

"Estragon: We are numbed" (S. Beckett, "Waiting for Godot", 1955)*

O PROJETO proposto para a 28ª Bienal de São Paulo, diferentemente do que parece ter sido a compreensão geral da mídia, não tem como tema o vazio nem quer fazer dele objeto de um espetáculo curatorial arrogante, narcisista e frívolo. O que ele põe em questão, problematizando, não é a arte ou a produção artística diretamente, mas, sim, o sistema e a economia das bienais, que se nutrem delas, e toma a Bienal de São Paulo como caso para observação e análise.

Assim, a 28ª BSP se articulará a partir de quatro componentes: biblioteca, arquivo e website sobre as bienais no circuito artístico contemporâneo, organizados a

partir de documentos no arquivo Wanda Svevo da Fundação Bienal de São Paulo (seu único patrimônio, a memória), provendo suporte ao ciclo de conferências; uma praça, passagem livre com a cidade, lugar para acontecimentos e construção do social, marcando uma abertura da instituição às energias que vêm do seu entorno; entre eles, o segundo andar do pavilhão, totalmente aberto, materializando o gesto de suspensão da mostra e a busca por novos conteúdos e configurações; e, por fim, publicações que sistematizarão idéias e trabalhos desenvolvidos.

Com exceção do segundo andar, todos os demais espaços terão trabalhos e intervenções de artistas convidados. Portanto, haverá bastante para ver e pensar, só que não no formato tradicional de uma exposição. Aprendemos com a arte que tudo pode ser diferente. Questão de experimentar.

É importante que também seja percebido que a divisão dos espaços conforme proposto pelo projeto, um intervalo entre dois campos de energia (a praça – a intuição e os sentidos; a biblioteca – a razão organizadora), é um gesto simbólico, radical, mas necessário ao exercício da criatividade e da imaginação. Esse gesto toma o espaço em sua estrutura como o lugar onde as coisas são em potência, um devir pleno e ativo, ao contrário de algo niilista, onde as coisas deixam de ser e perdem o sentido.

É ali, no território do suposto vazio, que a intuição e a razão encontram solo propício para fazer emergir as potências da invenção, abrindo múltiplas possibilidades para ser cruzado. Faz um corte, suspendendo o processo voraz de produção e consumo de representações, para problematizar o possível esgotamento dos diversos discursos no território da instituição. O corte aqui quer aguçar a crise da organização, do modelo, do sistema, e não recalá-los com mais uma exposição. A proposta para a 28ª BSP é suspender a mecânica das sucessivas bienais desde 1951 para considerar o descompasso entre o modelo atual da mostra e a realidade em que ela se inscreve, seja local, seja internacionalmente. Um processo de análise da sua condição presente poderá apontar perspectivas para uma nova etapa do seu programa diante dos desafios do século 21. O objetivo é colocar a Bienal de São Paulo novamente "em vivo contato" com a sua história, a sua cidade, os seus pares e o seu tempo. O meu compromisso, e o do projeto, é com a instituição e o valioso serviço que ela tem prestado à cidade, ao país e à arte contemporânea.

Na Bienal, aprendi a história dessa arte e os princípios da minha profissão. É por acreditar que ela, ante uma crise vocacional quase endêmica (sem espaço aqui para explicar como e por que) e que, por ter lastro de trabalho feito e história construída, merece o investimento na busca de novas possibilidades para a instituição.

Afinal, se hoje temos um circuito artístico mais profissional e qualificado que em 1951, a Bienal de São Paulo muito contribuiu para que chegássemos aqui. Portanto, se quisermos que nossas instituições artísticas e culturais atendam aos serviços que, acreditamos, elas devem oferecer, é nossa responsabilidade brigar por isso.

A polêmica inicial revelou a capacidade de mobilização em torno da Bienal e o lugar que ela ocupa no imaginário da cidade. Começamos bem. Mas devemos abandonar, temporariamente, nossas origens intelectuais no barroco e seu "horror vacuii" e encarar o fato de que há, sim, um vazio, mas ele não está apenas na Bienal de São Paulo.

IVO MESQUITA, curador-chefe da Pinacoteca do Estado, está curador da 28ª Bienal de São Paulo.

Novo marco para o debate dos "S"

ARMANDO MONTEIRO NETO

É hora de dar à sociedade argumentos corretos para que forme opinião sobre o Sistema S. Há mitos que precisam ser destruídos

A MÍDIA tem sido veículo de debate intenso sobre o Sistema S. O tema é recorrente e ressurgente estimulado por razões políticas e fatos conjunturais. São diferentes os ângulos de abordagem. Ora se questionam a eficiência da gestão privada e a liderança empresarial na formação de recursos humanos, ora se aponta, de forma equivocada, a ausência de controle externo sobre as instituições, forçando a imagem de que somos "caixa preta". Fomos para a berlinda, recentemente, pois, como industriais, defendemos a redução da CPMF. Em troca, pediram o corte da arrecadação que mantém o sistema.

Quem ganha com debate tão enviesado? Certamente não os trabalhadores que formamos e que – em sua grande maioria – saem empregados dos cursos mantidos pelo sistema.

Julgamos que está na hora de dar à sociedade argumentos corretos para que forme opinião sobre os "S". Há mitos que precisam ser destruídos.

Um deles é o de que não há controle externo sobre o sistema. Na melhor das hipóteses, essa afirmação revela desconhecimento dos articulistas; na pior, má-fé. O controle existe, é abrangente e rigoroso. As entidades são e sempre foram auditadas pela Controladoria Geral da União e pelo Tribunal de Contas da União. O Sistema Indústria, ao qual pertencem Senai e Sesi e que integra os "S", tem suas contas na internet, permitindo livre acesso aos dados de gestão.

Tampouco nos furtamos a discutir o modelo de financiamento do Sistema S, cuja compulsoriedade é questionada. Somos a favor de sua continuidade – e por razão relevante: a capacitação é essencial para o desenvolvimento industrial e não pode ficar à mercê de decisões individuais e do humor dos ciclos econômicos ou políticos. O sistema privado de formação profissional deve ser avaliado, mas de forma rigorosa, à luz da realidade da rede pública e do papel do Estado, responsável pelas políticas na área da educação.

Esse modelo não é singularidade brasileira. Na Europa, apóia-se em contribuições compulsórias das empresas, semelhante ao nosso formato. No modelo ultraliberal americano, a formação é feita basicamente por empresas de grande porte. Na malograda experiência latino-americana, o sistema é estatizado e sofre discontinuidades geradas por instabilidades.

Quanto à falta de trabalhadores qualificados em alguns setores da economia, esse, sim, é um argumento real e decorre da aceleração do crescimento nos últimos dois anos. Mas é totalmente incorreto atribuir ao Sistema S a responsabilidade pelo descompasso. O Senai tem 65 anos de história e contabilizou no período 43,2 milhões de matrículas. Respondeu, em 2006, por quase 50% das matrículas da educação profissional técnica de nível médio para a indústria e, no ensino superior, predominantemente pela formação de tecnólogos.

Há que considerar, ainda, que o percurso de evolução da indústria é dinâmico e se altera no tempo. Em seis décadas, os ciclos de expansão do setor foram colocando

novos desafios à medida que se ampliou a complexidade da matriz industrial e houve crescente incorporação de tecnologias que modificaram o perfil requerido para a força de trabalho.

A mobilidade do capital produtivo é outro fator e cria demanda por escolaridade onde o sistema público exibe infra-estrutura mais frágil. A CNI (Confederação Nacional da Indústria) já diagnosticou que o baixo nível educacional é fator limitador do crescimento sustentável. Em resposta, lançou o programa Educação para a Nova Indústria, 2007-2010, arrojada iniciativa que ampliará em 30% as matrículas dos cursos do Senai e do Sesi, com recursos de R\$ 10,5 bilhões nesse quadriênio. A meta é atingir 16,2 milhões de matrículas, 7,1 milhões em educação básica e continuada (Sesi) e 9,1 milhões em educação profissional (Senai). Docentes serão formados, e os laboratórios, modernizados, como requer a nova indústria.

O Senai tem áreas de excelência reconhecidas internacionalmente e, como diz o economista Claudio de Moura Castro, sem a entidade, "a revolução industrial do Brasil não teria sido possível". Na 39ª edição do WorldSkills Competition – maior competição mundial de educação profissional –, que acaba de ocorrer no Japão, nossos alunos ficaram com o segundo lugar entre 48 países, superados apenas pela Coreia do Sul. É um marco.

Esses argumentos certamente não esgotam o assunto. Mas são elementos para a construção de um debate mais substantivo sobre o Sistema S. Temos a certeza de que a sociedade precisa ser bem informada.

ARMANDO MONTEIRO NETO, 55, advogado, é presidente da CNI (Confederação Nacional da Indústria) e deputado federal pelo PTB-PE.

Anexo B/11

São Paulo, quinta-feira, 06 de dezembro de 2007

A prorrogação da CPMF

FRANCISCO DORNELLES

É preciso prorrogar sua vigência para ganhar fôlego e aprofundar o debate sobre o sistema tributário e a política de gastos

NOS ANOS 80, aproximadamente 70% da receita tributária da União provinha de dois impostos, o Imposto de Renda e o IPI. O capítulo da Constituição dedicado à seguridade social abriu caminho para que a União, reduzindo o peso dos impostos cuja receita era compartilhada com Estados e municípios, criasse uma série de contribuições, a maior parte delas de natureza regressiva e cumulativa, que hoje propiciam uma arrecadação maior que aquela derivada dos impostos. Foi no bojo dessas mudanças que foram criadas a Cofins, a contribuição sobre os lucros, a CPMF e a Cide.

A CPMF tem o encanto da facilidade da cobrança. Mas é uma incidência retrógrada, regressiva e cumulativa, que incide sobre o consumo, o investimento, as exportações, que estimula a desintermediação bancária e que indiretamente alcança mais as pessoas de baixa renda.

É forçoso reconhecer que o governo federal, ao se comprometer a não cobrar a CPMF de pessoas com renda mensal de até R\$ 2.894, elimina a regressividade direta dessa contribuição, na medida em que ela poderá ser deduzida da contribuição para a

Previdência Social.

Se, de um lado, a carga fiscal do país é baseada em incidências de baixa qualificação, de outro lado, existe no país uma série de ações e uma enorme e importante rede de proteção social.

São 24 milhões de pessoas que recebem benefícios da Previdência Social, cujo gasto atual corresponde a 7,23% do PIB; 2,9 milhões de idosos com mais de 65 anos e pessoas portadoras de deficiência recebem o benefício da Loas, que representa uma despesa de 0,54% do PIB; 11,6 milhões de famílias que estão situadas abaixo da linha de pobreza recebem o Bolsa Família; estima-se que cerca de 40 milhões de pessoas sejam beneficiadas por esse programa, que consome recursos equivalentes a 0,36% do PIB; 11,1 milhões de trabalhadores recebem o abono salarial do PIS/Pasep, o 14º salário, benefício de um salário mínimo que é pago para todos os empregados cujo salário, em média, é de até dois salários mínimos mensais; isso custa 0,16% do PIB; 6 milhões de trabalhadores recebem anualmente o seguro-desemprego, que representa um gasto de 0,44% do PIB; 108 milhões de brasileiros são cobertos pelas ações de saúde do SUS (Sistema Único de Saúde), que custa, em seu conjunto, 1,44% do PIB; 41,8 milhões de estudantes da rede pública são beneficiados pelas transferências da União para ajudar os Estados e os municípios a custear o ensino básico, por intermédio do Fundeb e do FNDE; esse repasse da União corresponde a 0,69% do PIB; 575 mil estudantes recebem ensino público e gratuito nas universidades e escolas técnicas federais, o que consome recursos equivalentes a 0,68% do PIB.

Somados, o montante desses benefícios e ações representam um gasto público atual de 11,54% do PIB.

Essa situação mostra que é muito complexo discutir política tributária separada da política de gastos.

O país está precisando encontrar um melhor equilíbrio entre a necessidade de recursos, que poderiam ser obtidos por um sistema de impostos mais justos, progressivos e transparentes, e a imperiosa manutenção da rede de proteção social. Esse é um debate para ser realizado e decidido com mais precisão técnica e maior reflexão política, no âmbito de uma reforma tributária maior, o que não é o objeto da emenda que trata de duas medidas emergenciais, a CPMF e a DRU.

É preciso prorrogar sua vigência para ganhar o fôlego necessário para aprofundar o debate sobre o sistema tributário e a política de gastos.

A CPMF responde por uma arrecadação de R\$ 40 bilhões, o correspondente a aproximadamente 6% da arrecadação do governo federal e a sua eliminação no momento, 20 dias antes do início do ano fiscal, exigiria do governo três posicionamentos.

Um corte drástico no investimento, com reflexo extremamente negativo na taxa de crescimento, prejudicando inclusive Estados e municípios. Um corte também drástico no gasto social, o que seria injusto com as classes menos favorecidas.

O aumento do endividamento, com reflexos sobre a taxa de juros e o equilíbrio fiscal. Por essa razão, em que pese todas as disfunções da CPMF, bastante minoradas pela isenção compromissada pelo governo, sou favorável a sua prorrogação, mas entendo ser necessária uma ampla e abrangente discussão sobre a política fiscal do país, compreendendo a reforma tributária e a política de gastos.

FRANCISCO DORNELLES, 72, advogado, doutor em direito financeiro pela UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), é senador da República pelo PP-RJ e vice-presidente nacional do partido. Foi ministro da Fazenda (governo Sarney), da Indústria, Comércio e Turismo e do Trabalho e

Anexo B/12

São Paulo, segunda-feira, 10 de dezembro de 2007

O inimigo número 1 da democracia

GEDDEL VIEIRA LIMA

Não tenho nada contra d. Cappio. Só não posso aceitar o terrorismo simbólico nem permitir que a chantagem substitua o diálogo

É INEGÁVEL a força dos símbolos na sociedade moderna. Mas é inegável também que símbolos já foram usados incontáveis vezes ao longo da história como instrumentos para fraudar, enganar, manipular, distorcer e fragilizar a democracia e as instituições.

Numa ofensiva simbólica, o bispo de Barra (BA), d. Luiz Flávio Cappio, iniciou uma nova greve de fome. Justifica esse gesto radical como resposta contra a transposição e a favor da revitalização do rio São Francisco. A esse respeito, levanto duas questões: deve uma democracia se dobrar à certeza de um único indivíduo, por mais impactante que seja o simbolismo a que ele pretenda se associar? A democracia avança ou se entorpece quando se submete ao regime dos ícones? Na forma, o gesto de Cappio tenta se aproximar da estética dos mártires.

O problema, no entanto, é de conteúdo. No correr dos séculos, a greve de fome foi um instrumento sagrado de luta contra iniquidades brutais. Mas é um erro banalizar esse modo de enfrentamento para tentar impor uma vontade individual à decisão de um governo legitimamente constituído.

Atropelar os ritos, desprezar o diálogo e ignorar as instituições, numa democracia, é pecado capital. Que uma coisa fique bem clara: quem está fazendo seu protesto, atentando contra a própria vida, não é um bispo. Não é o pastor de um rebanho religioso. Não é um líder espiritual. Tanto não é que a atitude de Cappio foi publicamente condenada por dom Aldo Pagotto, bispo da Paraíba.

Sendo assim, Cappio toma emprestada a aura simbólica de sua condição religiosa para colocá-la a serviço de uma militância política baseada num fundamentalismo que só entende a rendição incondicional como resposta. Fundamentalismos – venham de onde vierem, praticados seja como for – são o inimigo público número 1 da democracia.

Fundamentalista é tudo o que não é a igreja, a santa igreja, a minha igreja como instituição. A tolerância e o perdão sempre foram pilares sagrados dessa fé, ao lado da devoção de seus sacerdotes à causa do homem e do bem. Quando se vê que até políticos veteranos, como o ex-governador de Sergipe João Alves Filho, já partiram em peregrinação para tirar vantagem da greve de Cappio, percebe-se nessa profanação que ele está sendo usado até mesmo para a tentativa de milagres políticos, por meio da ressurreição nas urnas. Cappio merecia apóstolos melhores.

Pessoalmente, não tenho nada contra Cappio. Defenderei sempre o direito de cidadãos como ele de manifestar suas posições. Tanto é assim que, tão logo assumi o Ministério da Integração Nacional, telefonei para ele e pedi para conversar. Ele respondeu que iria fazer "algumas consultas" e jamais retornou a ligação. Cappio enviou uma carta ao presidente da República dizendo que aceitava apenas a paralisação imediata das obras e o arquivamento definitivo do projeto.

Defender o democrático direito da divergência, como defendo, implica submeter-se ao pressuposto fundamental da democracia. E esse pressuposto está baseado num tripé: representatividade popular, legitimidade institucional e respeito às leis.

Defenderei sempre o direito de Cappio de se candidatar a um cargo eletivo com a bandeira de paralisar a transposição. Ele também terá em mim um aliado incondicional em sua prerrogativa de criar um partido político com essa plataforma. Estaremos inteiramente juntos na premissa de que ele pode entrar na Justiça para tentar embargar o projeto. Mas nossa afinidade termina quando o despreço às instituições começa. O que não podemos aceitar é o terrorismo simbólico. O que não podemos permitir é que a chantagem substitua o diálogo e a democracia. Todo governo tem que levar em conta o que pensa a sociedade. Mas todo debate, para ser produtivo, precisa chegar a um fim. Governos não são feitos para serem unânimes, em que pese o forte apoio que há ao presidente Lula e à transposição. Governos são feitos para serem legítimos.

Poderia aqui ter discorrido sobre os inúmeros benefícios e as inegáveis qualidades da transposição do São Francisco, especialmente no que diz respeito à redenção de uma das regiões mais carentes do Brasil. Seguramente, a transposição significará a emancipação dos grotões e o golpe de morte na indústria da seca. Como cidadão, preferi colocar em perspectiva o gesto radical de dom Cappio e seu significado para a democracia. Como cristão, desejo que ele retome o equilíbrio e não desperdice sua vida de uma forma tão brutal. Que Deus o abençoe, o ilumine e o traga de volta à razão.

GEDDEL QUADROS VIEIRA LIMA, 48, administrador de empresas, pecuarista e cacauicultor, é ministro da Integração Nacional e deputado federal pelo PMDB-BA (licenciado).

Anexo B/13

São Paulo, sábado, 15 de dezembro de 2007

É hora de o Brasil modificar sua política externa para a América do Sul?

NÃO

Uma política à altura dos desafios

JOSÉ FLÁVIO SOMBRA SARAIVA

A AMÉRICA do Sul é e seguirá sendo área de grande interesse do Brasil. A política em curso para a região é congruente com o interesse nacional, o acumulado histórico da diplomacia brasileira e os desafios do momento. Essa é uma área de Estado que não merece reformulação contundente. Três razões alinham o argumento. Em primeiro lugar, a América do Sul não é objeto obscuro de desejo de linhagens políticas que se revezem no poder. Nem é objeto descartável quando deixa de freqüentar o coração do processo decisório nacional. Cuidar da fronteira ocidental do Brasil é necessidade prática e objetiva, além de decorrer dos valores da integração, consagrados no texto constitucional.

É matéria de Estado e merece a noção de projeto estratégico de longo prazo. Um país com tantas fronteiras territoriais em convívio de paz e cooperação é um

ganho histórico dos antepassados a preservar no presente.

As fronteiras jamais são fáceis, em nenhum lugar do globo, como ensinamos aos alunos das gerações que formamos em nossas universidades e nos livros publicados.

O Brasil, ao adensar presença econômica na América do Sul por meios múltiplos – da internacionalização das empresas aos investimentos produtivos e à exportação de produtos com valor agregado, todos fatores nucleares ao entendimento da celebrada folga cambial e redução de vulnerabilidade externa –, não esperava colher apenas louros e palmas dos vizinhos. Há tensões no front. Há choques de interesses, valores e idéias.

O Brasil, no entanto, confere tratamento construtivo aos problemas que emergem das fricções. O país é prudente porque não sufoca vizinhos em momentos de dificuldades internas. E é construtivo porque propõe arranjo horizontal de interesses comuns, especialmente no campo da recuperação social dos órfãos das reformas liberais dos anos 1990 na região.

Em segundo lugar, a presença ampliada do Brasil na América do Sul tem trazido certa pedagogia. O mundo muda rápido, há acelerações de velocidades no plano da economia política global e há a hipótese de a América do Sul, ao contrário da Europa ou da Ásia indo-chinesa, se tornar mero segmento indiferenciado do mercado internacional, sem soberania política e capacidade decisória própria. O Brasil oferece, com animação, o cardápio da integração, não como uma panacéia, mas como um instrumento útil à formação de uma região diferenciada, com peso econômico e político no mapa mundial para a futura história do século 21. O projeto de integração proposto pelo Brasil é apetitoso em duas direções. Primeiro, ao demonstrar que a única via preferencial da integração regional é a do desenvolvimento das capacidades comparadas tecnológicas, produtivas, de base industrial e competitiva internacionalmente, e não a via liberal e primária. Segundo, ao reforçar a idéia de capacidade decisória regional por meio da colocação em marcha de ativismo diplomático que mobiliza interesses econômicos e sociais em torno da busca de consenso mínimo, mas essencial: isolados e divididos, os países da América do Sul não possuem massa crítica para interferir na construção de normas, padrões e regimes internacionais.

Por fim, uma terceira grande área de ganho na política exterior do Brasil para seus vizinhos: o país vem se fazendo interlocutor natural para todos os temas e dificuldades da região.

A nova presidente da Argentina sabe que a via do acoplamento da economia argentina à brasileira é a única saída para os gargalos de crescimento e sustentabilidade econômica que enfrentará nos próximos anos. O presidente da Venezuela também sabe que tem no Brasil uma última reserva de confiança, mas não infinita, para seus gestos. E sabem todos, sociedades nacionais e governos andinos e amazônicos de países vizinhos, que a integração estruturante da América do Sul passa pelas relações no eixo Buenos Aires-Brasília-Caracas.

A integração do norte da América do Sul ao eixo platino é também obra de Estado, não de governos que passam, mas com avanços inequívocos do governo atual.

JOSÉ FLÁVIO SOMBRA SARAIVA, 47, doutor em história pela Universidade de Birmingham (Inglaterra), é professor do Instituto de Relações Internacionais da UnB (Universidade de Brasília). É autor, entre outras obras, de "Relações Internacionais – Dois Séculos de História".

O resgate dos princípios democráticos

GARIBALDI ALVES FILHO

Como novo presidente do Senado, pretendo adotar medidas para corrigir rumos, remover entraves, desobstruir a pauta

A DEMOCRACIA representativa está em crise em todos os quadrantes mundiais, provocando alterações nos vetores de força de alguns de seus componentes. Como resultado, vemos o enfraquecimento dos Parlamentos, a dispersão das oposições, a fragmentação e a pasteurização partidária e a desconjunção no sistema de pesos e contrapesos criado para promover a harmonia entre os Poderes.

Na esteira desses fenômenos, a democracia brasileira se depara com uma cultura política eivada de mazelas, a partir do patrimonialismo, situação que confere ao sistema político-institucional uma arquitetura peculiar, tomando-se como exemplo a figura do nosso hiperpresidencialismo, que acaba plasmando um parlamentarismo às avessas: o Executivo realiza as ações decorrentes do arsenal legislativo que ele mesmo impõe.

O abuso de medidas provisórias usurpa a função legislativa do Congresso. O Poder Legislativo também se vê diante de um conjunto de decisões emanadas das altas cortes da Justiça, algumas exibindo nítido caráter normativo, sob o argumento dos magistrados de que, se assim o fazem, é porque o Parlamento falha no cumprimento da ação legislativa. Ou seja, os princípios constitucionais da independência, autonomia e harmonia entre os Poderes perdem força. Sob essa moldura e com a consciência de que não podemos mais conviver com as contrafações que rasgam a letra constitucional, assumo a presidência do Senado Federal.

Inspira-me a idéia-mor de resgatar a prática democrática da tripartição dos Poderes, com respeito às funções atinentes a cada ente, sem o que se tornarão frágeis os eixos da nossa incipiente democracia.

Entendamos que o Congresso Nacional, quando não decide, não o faz por indolência nem por falta de capacidade técnica. As duas Casas abrigam o entrechoque de idéias, o conflito de opiniões, em respeito às diversas correntes da opinião pública. Sua decisão só se efetiva quando se chega a um consenso ou à intermediação das divergências.

Ao editar uma medida provisória ou ao tomar uma decisão baseada em códigos jurídicos herméticos, distantes da compreensão comum, o Executivo e o Judiciário não se balizam pela harmonia dos contrários. O primeiro tem diante de si premências e carências tempestivas da administração, e o segundo não pode se afastar da frieza dos textos jurídicos, sob pena de se envolver no debate emotivo das ruas e impregnar-se de parcialidade.

Como novo presidente do Senado e do Congresso, pretendo adotar medidas para corrigir rumos, como as que possibilitam o exame sumário das medidas provisórias sem caráter de urgência e relevância. Trabalharei para que esse exame seja feito em conjunto pelas Mesas da Câmara e do Senado, afastando, de pronto, a obstrução das pautas. Outros entraves deverão ser removidos, como os excessivos prazos de publicação, leituras reiteradas, discussões, que, em matérias

reconhecidamente relevantes, poderão ser dispensados pelas lideranças, em decisão majoritária, sem prejuízo da decisão final do plenário.

O Congresso precisa trabalhar com uma agenda positiva, abrigando temas que exijam rápida decisão. A reforma tributária não pode ser novo remendo, mas um conjunto de propostas capazes de atender, de forma satisfatória, às reais necessidades dos entes federativos. Não é possível só transferir receitas e encargos maiores que as receitas sem que isso se faça de forma a restaurar o equilíbrio perdido entre União, Estados e municípios.

A reforma tributária não se esgota em tributos. Implica real divisão de poder entre todos os mandatários. Ou se faz repartição de forma mais justa, ou não se faz reforma.

De igual modo, urge realizar a reforma política. Não podemos ficar a reboque do Judiciário, que começa a legislar até em matéria política. Os partidos precisam ganhar substância doutrinária, deixando de ser siglas de baixa referência. O sistema partidário há de ganhar vigor pelo adensamento de escopos doutrinários e engajamento das bases, essenciais para evitar a ação arbitrária das cúpulas e o oportunismo. Voto distrital, puro ou misto, financiamento de campanhas políticas, cláusulas de barreira, suplências de candidatos majoritários constituem temas, entre outros, que podem contribuir para o aperfeiçoamento do sistema político. Essa é uma agenda mínima que ponho à mesa do debate para o revigoramento da nossa democracia.

GARIBALDI ALVES FILHO, 60, bacharel em direito e jornalista, senador da República pelo PMDB-RN, é presidente do Senado Federal. Foi governador do Rio Grande do Norte (1995-2002) e prefeito de Natal (1985-1988).

Anexo B/15

São Paulo, segunda-feira, 17 de dezembro de 2007

Não posso e não devo me calar

PAULO CESAR DE ARAÚJO

2007 ficará marcado na vida de Roberto Carlos como o ano em que ele não lançou nenhum novo CD, mas tirou de circulação sua biografia

FOI UM "erro de digitação". Essa foi a resposta que o advogado de Roberto Carlos forneceu à Folha ao ser indagado sobre a denúncia de adulteração do conteúdo do livro "Roberto Carlos em Detalhes" na queixa-crime que seu escritório enviou à Justiça contra mim. Recapitulando: no livro, digo que na jovem guarda havia uma "combinação de sexo, garotas e playboys". Pois na página 16 da queixa-crime essa frase é citada com a troca da palavra "garotas" por "drogas" e, em seguida, os advogados escreveram: "(...) e por aí vai o querelante, misturando sexo grupal com homicídio, consumo de drogas com corrupção de menores e bestialismo". Ressalte-se que não apenas naquele documento como também em entrevistas o advogado Marco Antônio Campos tem atribuído ao livro frases que não escrevi. À revista "Aplauso", por exemplo, ele afirmou que no livro está dito que o cantor "era assíduo frequentador da cobertura de Carlos Imperial, onde as festinhas eram regadas a todos os tipos de drogas", e que, "uma vez, uma menor foi estuprada e morta numa dessas festas". Ocorre que o livro não fala em drogas ou homicídios na casa de Imperial e muito

menos associa Roberto Carlos a isso. Narra, sim, um escândalo que abalou a jovem guarda em 1966, com Imperial e outros artistas acusados de se envolver com garotas menores. No texto, enfatizo que aquilo não atingiu Roberto Carlos. Qualquer um pode confirmar isso no livro, da página 306 até a página 311. Basta ler! É lamentável que Roberto Carlos tenha entrado na Justiça sem ao menos ter lido a sua biografia. "Fizemos um resumo para ele", confessa Campos. Se o resumo que o advogado fez ao cantor foi o mesmo que está na queixa-crime e propaga em entrevistas, está finalmente explicado por que Roberto Carlos ficou tão furioso com um livro que engrandece a sua vida e a sua arte. E agora também finalmente sabemos a que ele estava se referindo quando, na primeira manifestação contra o livro, disse em entrevista coletiva que nele haveria "coisas não verdadeiras". Ou seja, diante de toda a imprensa brasileira, um dos maiores artistas do país desqualifica o trabalho de um profissional apenas baseado num resumo adulterado que lhe foi fornecido por colaboradores. Campos fala agora em "erro de digitação". Roberto Carlos, assim como o presidente Lula, provavelmente vai dizer que nada sabia. E, aí, estamos conversados? Não, não estamos. Como bem afirmou Paulo Coelho meses atrás em artigo aqui mesmo na Folha, o que está em jogo nessa polêmica não é apenas o meu livro, não é apenas o meu caso. É a liberdade de expressão no Brasil, direito adquirido depois de longa luta contra a ditadura. Porque, se valer para outras figuras públicas o que está valendo para Roberto Carlos, ninguém mais poderá escrever a história deste país. Várias personalidades que já leram "Roberto Carlos em Detalhes", como Caetano Veloso, Nelson Motta e Ruy Castro, declararam que se trata de um livro carinhoso e positivo para o cantor. Em recente entrevista à "Veja", o renomado jurista Saulo Ramos afirmou que o livro "é uma biografia perfeita. Não tem um ataque moral contra o Roberto. Ele me consultou e eu o aconselhei a não tomar nenhuma providência. Recusei a causa, e ele procurou outros advogados". Será que todas essas pessoas estão erradas e apenas os advogados que o cantor procurou estão certos? É óbvio que esses advogados estão fazendo o papel deles, mas daí a tergiversar no processo, adulterar o conteúdo da obra para induzir a Justiça a erro vai uma grande diferença. E, diante disso, não posso e não devo me calar. Pois foi baseado no conteúdo dessa queixa-crime que o juiz Tércio Pires, do Fórum Criminal da Barra Funda (SP), julgou que o livro cometia grande ofensa à honra de Roberto Carlos. Acreditando nisso, por duas vezes esse juiz ameaçou mandar fechar a editora Planeta durante aquela fatídica audiência, em 27 de abril. Sentindo-se coagida, a editora decidiu aceitar o acordo, me deixando abandonado. Resultado: o livro foi proibido, 10.700 exemplares do estoque foram apreendidos, e outros tantos, recolhidos das livrarias e entregues a Roberto Carlos para serem destruídos. É uma violência cultural sem precedentes em países sob vigência do Estado democrático de Direito. Para o cantor, esse imbróglio trouxe desgaste de imagem e nenhum sentido prático, pois o conteúdo do livro está na internet. Além disso, o tempo ficou cada vez menor e até agora ele não conseguiu aprontar um novo álbum ou lançar uma ou duas novas músicas – fato que não acontecia desde que gravou seu primeiro disco, há 48 anos! Portanto, 2007 ficará marcado na história de Roberto Carlos como o ano em que ele não lançou nenhum novo CD, mas, ao contrário, tirou de circulação a sua biografia.

PAULO CESAR DE ARAÚJO é historiador e jornalista, autor de "Roberto Carlos em Detalhes".

São Paulo, quarta-feira, 08 de agosto de 2007

O Supremo e a fidelidade

BRASÍLIA – Em março, o TSE decidiu que os mandatos de deputados pertencem aos partidos. Criou uma nova interpretação sobre fidelidade partidária. Quem muda de legenda perde a vaga no Congresso.

Por analogia, a regra teria de ser também observada nas Assembleias Legislativas estaduais e nas mais de 5.500 Câmaras de Vereadores do país. Goste-se ou não da decisão da Justiça Eleitoral, o fato está aí na frente de todos. Imediatamente, partidos entraram no Supremo Tribunal Federal indagando a respeito do novo procedimento.

O STF seguiu então o conselho de d. João 6º ao chegar ao Brasil: quando não sabes o que fazer, não faças nada. Estamos em agosto. Não há sinal de que os magistrados da mais alta corte de Justiça do país estejam dispostos a tomar uma posição a respeito da regra de fidelidade partidária imposta pelo TSE. Não é a primeira omissão do Supremo diante de assuntos importantes para a regulação das eleições.

O caso mais clássico foi o da chamada cláusula de desempenho (ou de barreira). A lei foi aprovada e era questionada havia 11 anos quando o Tribunal decidiu classificá-la como inconstitucional. Um escárnio.

Agora, daqui a dois meses, políticos de todo o país precisam estar filiados a algum partido para concorrer nas eleições municipais de 2008 – a lei determina o prazo.

Mas em qual partido? Ninguém sabe. Vigora uma completa instabilidade jurídica nesse campo.

O vácuo aberto pelo titubeio do STF produziu um terreno fértil para a Câmara retomar o tema. Hoje, deputados querem tentar novamente votar a esdrúxula fórmula da fidelidade só por três anos do mandato. Depois desse tempo, cada um estaria livre para trair a agremiação pela qual foi eleito. Seria uma espécie de regularização para a temporada de troca-troca. Só o Supremo pode evitar tal anomalia.

São Paulo, domingo, 21 de outubro de 2007

O governador Nascimento ou o capitão Cabral?

WÁLTER FANGANIELLO MAIEROVITCH

ESPECIAL PARA A FOLHA

O governador Sérgio Cabral, com as operações de guerra realizadas nas favelas da Coréia, Rocinha e Dona Marta, legitimou-se para poder pedir ao governo George W. Bush uma "boa-grana" para lançar o "Plan Rio de Janeiro". Algo da série "Plan Colombia" e do recentíssimo "Plan México", dos presidentes Calderon (México) e Bush.

Se faltava sangue, morte de uma criança e helicóptero para matar covardemente suspeitos em fuga, depois da Operação Bope na favela da Coréia tudo ficou completo. Ou melhor, os requisitos básicos foram atendidos para a política bélica do governo Sérgio Cabral adequar-se à "War on Drugs" (Guerra às Drogas). Esta iniciada pelo então presidente Richard Nixon, de triste memória.

A Guerra às Drogas, que emprega o confronto para matar "inimigos", foi ampliada pelo então presidente Ronald Reagan.

Coube a Reagan globalizar a "War on Drugs", pois declarou combate bélico em qualquer ponto do planeta. Como se sabe, queria mesmo um pretexto para invadir países, a fim de combater o comunismo. Na "War on Drugs", que os presidentes pós Nixon, democratas ou republicanos, mantêm até hoje, entraram de cabeça vários ditadores.

Alguns até para "lavar" os indícios de aliados do narcotráfico, como o presidente Hugo Banzer na Bolívia e Noriega no Panamá. E a relação é grande. Por exemplo, a dupla formada pelo ex-presidente Alberto Fujimori e pela eminência parda da ditadura, Wladimiro Montesinos, ex-agente da CIA. Ambos estão presos no Peru. Ainda passa pelos presidentes colombianos Andrés Pastrana e Álvaro Uribe. Dentro e fora dos Estados Unidos, a militarização do combate às drogas e ao crime organizado que opera o tráfico, a chamada "War on Drugs", faliu. Os norte-americanos são campeões mundiais de consumo de drogas ilícitas. Apesar do alerta inserto na Convenção de Viena de 1980, pelos sistemas bancário e financeiro internacionais, o mercado das drogas proibidas continua a movimentar anualmente cerca de US\$ 300 bilhões.

A operação do Bope na favela da Coréia, com a morte de 15 pessoas, incluídos um menino de quatro anos e um policial, foi uma outra irresponsabilidade do governador Cabral, agora a encarnar o papel de capitão Nascimento.

Mais uma vez, civis inocentes, favelados e pobres, ficaram no meio do fogo-cruzado. E as autoridades fluminenses afirmaram que a ação foi planejada. Como se percebeu, ela foi projetada para a população ficar em risco, entre policiais e traficantes. Traficantes do bando de um tal Márcio da Silva Lima, apelidado de Tola, que, pelo jeito, não está entre os mortos suspeitos de integrar o bando que tem controle social e territorial da Coréia. Para o governo do Rio de Janeiro, antes do confronto foram realizados trabalhos de inteligência. Seguramente, uma inteligência-burra.

Modernamente, a inteligência, no combate às drogas – que é um dos rentáveis negócios da criminalidade organizada –, ocorre pela infiltração voltada a afetar a economia movimentada. Para isso, o infiltrado oferece vantagens à organização criminosa: lavagem, reciclagem, ampliação de lucros, drogas em consignação, armas potentes etc.

Como tais propostas de vantagens dependem sempre da aprovação do "chefão", abre-se caminho para o contato e a coleta de informações. Outra medida utilizada é desplugar o bando das redes de oferta de drogas no atacado e de armas. Enfim, existem vários caminhos engenhosos em países que, em respeito a direitos humanos e à eficiência no contraste ao crime, não aceitam a fracassada e enganosa política da "War on Drugs".

A "War on Drugs", no momento, só é útil em dois casos. Primeiro, para tentar legitimar o presidente mexicano Calderon, que desde o primeiro dia de mandato guerreia com os cartéis das drogas, sem sucesso e muitas mortes. Segundo, governos populistas, que faturam politicamente em ações espetaculares e de resultados lamentáveis.

WÁLTER FANGANIELLO MAIEROVITCH, 60, desembargador aposentado, ex-secretário nacional antidrogas (governo FHC) e presidente do Instituto Brasileiro Giovanni Falcone de contraste às máfias

GILBERTO DIMENSTEIN

Droga de elite

Com boa pontuação na USP, preferiu pedagogia – e voltaram a dizer que Giovanni deveria ser desequilibrado

GIOVANI FERREIRA É UM exemplo de como pode ser difícil a vida de um superdotado. Filho de pais analfabetos, nascido no interior de Minas Gerais, ele não só era chamado de deficiente mental pelos seus professores como, com frequência, era punido por seu comportamento. Quando os castigos já não funcionavam, Giovanni foi encaminhado para internação psiquiátrica e foi aí que perceberam que seu único problema era ter uma inteligência muito acima da média – e essa era a razão da dificuldade de lidar com a rotina escolar. "Na escola, eu sempre tive de fingir."

Aos oito anos, montou uma estação de rádio de ondas curtas e tornou-se um radioamador – apenas lendo um manual da Marinha dos Estados Unidos, depois de ter aprendido inglês lendo uns poucos livros e ouvindo a BBC. Veio para São Paulo, passou com alta pontuação no vestibular da USP e poderia entrar em qualquer curso, inclusive medicina. Preferiu pedagogia – e muitos voltaram a dizer que Giovanni deveria ser mesmo desequilibrado.

Como sempre adorou informática, criou, logo no primeiro semestre do curso, um método de leitura em braille pela internet, adotado pela Unesco. Nem com todas as conquistas se sentia acolhido em sala de aula. "As pessoas acham que os superdotados vão se dar bem na vida, mas a maioria se deprime com a incompreensão." Essa depressão significa, muitas vezes, drogas e violência.

Um sinal da incompreensão é a burocracia para que ele tire seu diploma na graduação. Não conseguia frequentar com assiduidade. Precisava, por exemplo, ir às aulas sobre o método braille, que queria conhecer melhor apesar de já ter feito a invenção na rede. Por causa das faltas, o diploma não sai. Nem o interesse da pós-graduação da Escola Politécnica da USP em atraí-lo diminui as dificuldades de ordem burocrática.

O caso Giovanni, apresentado na sexta-feira passada num seminário sobre superlotação e altas habilidades, é um dos ângulos relevantes no debate sobre a violência no Brasil, provocado ainda mais pelo filme "Tropa de Elite".



Um dos pontos do filme que mais suscitaram polêmica foi o fato de os jovens de maior poder aquisitivo manterem o comércio de drogas.

Esse fato traduz-se em estatísticas do estudo que vem sendo feito pelo economista Marcelo Neri, da Fundação Getúlio Vargas, um dos maiores especialistas brasileiros em questões sociais. Aproveitando a onda levantada pelo filme – e com uma ponta de ironia –, o economista batiza o estudo de "Droga de Elite".

O problema da violência, de fato, não é a droga, cujo comércio, acertadamente mostra o filme, é bancado pelos mais ricos. O problema é a falta de perspectiva. Se, num passe de mágica, conseguíssemos fazer com que ninguém cheirasse cocaína ou fumasse maconha, as periferias não passariam a viver em calmaria. As quadrilhas iriam mudar de foco. E, talvez, fizessem coisas ainda mais ameaçadoras como roubos e seqüestros.



O maior desperdício brasileiro é o desperdício de talentos – uma parte deles, além de não produzir nada, ainda vai para o crime. De acordo com as estatísticas do seminário, devem existir no Brasil 5% de pessoas com potencial para altas habilidades – os tais superdotados.

Deixe-me traduzir: temos atualmente 60 milhões de crianças e adolescentes, o que significaria que 3 milhões seriam notáveis cantores, médicos, engenheiros, artistas plásticos – e por aí vai. Seus talentos não despertam porque esses jovens não têm estímulo nem na escola nem na família – a maioria deles acaba se acomodando numa vida medíocre.

Há projetos brasileiros, como o Ismart, que caçam talentos entre os mais pobres, matriculando-os nas melhores escolas privadas. Os jovens conseguem rapidamente recuperar o tempo perdido e encontrar uma vocação. Vemos como conseguem brilhar, como se abrissem a janela de um quarto escuro.

Mas o que acontece ao superdotado se estiver num ambiente que convida seu espírito empreendedor e sua inteligência não para tocar em concertos, pintar quadros, fazer neurocirurgias, mas para entrar na indústria do crime?



Por qualquer número que se examine – jovens nas periferia, taxa de escolaridade ou de emprego –, vê-se a brutal dimensão da marginalidade. Temos 7 milhões de jovens que nem estudam nem trabalham. Segundo as estatísticas, entre eles, teríamos 350 mil supertalentosos.

O pior é que, para muito deles, como alertou Giovani, o talento é mais uma fonte de ressentimento, porque são chamados de burros na escola ou pela família. Sua inteligência é, todavia, aceita nas quadrilhas que exigem destreza. É claro que essas histórias sempre acabam mal.



Em se tratando de violência, a discussão mais relevante não é a legalização das drogas, mas a abertura de mais espaços para os jovens a fim de que tenham perspectiva e, assim, possam apostar no futuro. Um país que joga fora quase 3 milhões de seres altamente talentosos só pode ter uma droga de elite.



PS – Coloquei em meu site (www.dimenstein.com.br) textos para ajudar os professores a perceber se os alunos têm alta habilidade. Como é comum superdotados serem hiperativos, muitos deles estão sendo medicados com antidepressivos. Detalho também a entrevista de Giovani Ferreira. Incomodou-me menos o fato de Giovani ser levado, quando criança, a um instituição psiquiátrica, apontado como deficiente mental, do que o fato de ser ironizado por ter optado, na USP, pela pedagogia. Esse é um sinal de que não respeitamos justamente quem deveria descobrir e encaminhar os talentos. Tivesse nascido nos Estados Unidos, seria paparicado por todos os lados.

São Paulo, sexta-feira, 26 de outubro de 2007

CARLOS HEITOR CONY

Rodin, o Michelangelo dos Pobres

Se Rodin tivesse vivido na Renascença, criaria melhor. Mas viveu com o tédio da burguesia

ASSIM COMO chamaram Puccini de "o Lehár dos ricos", o escultor francês Auguste Rodin pode ser chamado de "o Michelangelo dos pobres". Tanto um como outro recebem restrições dos entendidos, mas, curiosamente, são mais amados do que os modelos originais.

Puccini começou pelo alto, mas sua tendência era popularizar-se, compor para a plebe, com a gloriosa exceção de "Turandot".

Rodin fez trajetória oposta: da plebe chegou à elite. Muitos o acusam de ser uma tentativa de cópia do gênio florentino. Respeitadas as épocas, há influências poderosas de um sobre o outro.

O primeiro viveu na Renascença, no apogeu do retorno ao classicismo: quando viu pela primeira vez o famoso torso do Belvedere, Michelangelo descobriu que tudo o que fizera, até então, nada valia.

O mesmo aconteceria com Rodin: ao descobrir Michelangelo repudiou o que antes aprendera com Carpeaux e, mais tarde, com Carrier-Beleuse, em cujo estúdio fizera sua iniciação. Ele próprio, imitando o modelo renascentista, fazia inúmeras cópias de um torso bastante aproximado ao de Belvedere.

Com os anos, Rodin permaneceu fiel às paixões iniciais, mas adquiriu outras. E, acima de tudo, paixão pelas mulheres. Seduziu várias ao mesmo tempo, e pelo menos num caso, teria provocado uma tragédia. Relacionando-se com suas modelos e alunas, levou uma delas à loucura.

Camille Claudel fora sua assistente, aluna, modelo e amante. Passaria os últimos 30 anos de sua vida num hospício. Como os deuses, os gênios enlouquecem aqueles que querem perder.

Filho de operários, chegou a pensar em ser frade, foi um jovem torturado e deprimido pelo fato de ser pobre. Quando se dedicou à escultura, teve um início medíocre, com suas obras recusadas nos salões e ignoradas pelos potenciais compradores. Até que veio a viagem à Itália, a descoberta de Donatello, Dante e Michelangelo. A partir daí, não mais lhe faltaram temas e inspiração.

Extraordinariamente dotado para a forma, fiel às linhas essenciais do corpo humano, chegou a ser acusado de usar, como modelo, um corpo vivo, que ele teria moldado com gesso para obter a forma que receberia o bronze: um ótimo roteiro para filme com Vincent Price. Só assim se explicaria a minúcia dos detalhes e a exatidão anatômica.

A lenda o acompanhou durante algum tempo, a princípio como condenação, mais tarde como exaltação.

Se Rodin tivesse vivido na Renascença, criaria menos e melhor. Teria encontrado um mecenas na pessoa de um Médici ou de um Giuliano della Rovere, que se tornou papa. Ele viveu sua fase mais fértil num final do século em que a burguesia, cem anos depois da Revolução Francesa, atingia seu instante de esplendor e tédio.

Teve de fazer bustos, dois deles criaram fama: o de Victor Hugo, que provocou escândalo; e o de Balzac, também inacabado como a "Porta do Inferno", um trabalho que muitos consideram sua obra-prima.

Não deixa de ser curioso que Rodin tenha imortalizado em bronze os dois maiores romancistas da burguesia francesa que chegava ao poder ao longo do século 19.

Por falar em burgueses, outra de suas obras mais valorizadas são "Os Burgueses de Calais", um episódio da Guerra dos Cem Anos, que provocou complicada briga entre o artista e o prefeito da cidade. O grupo dos seis heróis (que durante algum tempo viraram anti-heróis e depois voltaram a ser heróis) parecia trabalho superior à capacidade de um só artista. Surgiria a lenda de que Rodin explorava o trabalho de seus assistentes – uma acusação comum a criadores de obra extensa.

Desde a Renascença o mundo não vira um artista como ele, tendo contra si a assombrosa facilidade de criar as linhas e a luz do corpo humano em movimento. Um movimento que capta extraordinariamente em "O Beijo" e "Primavera Eterna" – para ficar em duas das mais conhecidas obras.

Mas há igualmente um movimento misterioso em "O Pensador". A mão do homem que pensa é o núcleo da estátua, ponto de apoio não apenas do rosto, mas do conjunto. Nada de admirar que tenha se tornado um dos artistas mais reproduzidos da história. Até mesmo em falsificações e cópias de duvidoso gosto

Anexo C/05

São Paulo, sexta-feira, 26 de outubro de 2007

MARCOS LISBOA

A desqualificação como fuga do debate

O encontro com a esquerda intolerante e preconceituosa é penoso como a dor da perda do objeto do nosso afeto

HÁ ALGUNS mitos da inocência da infância que, por tão entranhados na nossa formação, resistimos para além do razoável em vê-los desfeitos, e cada violação da crença gera um incômodo para além do razoável. Formei-me acreditando na identidade entre esquerda, liberdade e justiça.

Acredito que a maior conquista do espírito democrático é defender o direito a expressão daqueles de quem discordamos. Tendo crescido sob o golpe militar, tenho horror visceral ao autoritarismo, à restrição à liberdade e à intolerância. Um traço do autoritarismo e da intolerância é definir a priori aqueles que têm o direito à opinião e à análise dos seus argumentos. Ao contrário, acredito que todo argumento deve ser analisado pelos seus méritos, ou defeitos, intrínsecos, devendo-se jamais afastar uma conclusão simplesmente por preconceito contra seu autor.

Idealmente, os argumentos devem ser eliminados da identidade de seus autores para que evitemos qualquer influência dos nossos preconceitos. Na boa academia, por exemplo, textos submetidos à publicação têm seus méritos analisados por pesquisadores que não têm acesso aos nomes nem à instituição de origem dos autores.

A falta de liberdade causa-me repulsa apenas semelhante ao preconceito, à desqualificação do outro ou à desqualificação das idéias por algum atributo idiossincrático de seu autor como a origem familiar ou a cor da pele.

O encontro com a esquerda intolerante e preconceituosa é-me, ainda depois de tantos anos, penoso como a dor da perda do objeto do nosso afeto, não obstante as seguidas demonstrações de que parcelas importantes da esquerda apenas defendem o direito a sua liberdade de expressão, não o de quem discordam. Por isso, minha tristeza e indignação com o artigo de João Sicsú publicado nesta Folha, na edição do último sábado. Respondendo a uma crítica de Alexandre Schwartzman, Sicsú não contrapõe argumentos, mas simplesmente desqualifica seu crítico.

Alexandre Schwartzman defenderia superávit primário apenas para atender aos interesses dos seus patrões. Os argumentos de Alexandre Schwartzman não devem nem mesmo ser analisados ou criticados. Devemos desconsiderá-los porque o autor não é de direito. Puro e simples preconceito. Intolerância.

Eu também uso a marca amarela.

Eu também trabalho para um grande banco e acredito que uma política fiscal sustentável é saudável para o Brasil. Não acho que defenda esse argumento porque seja adequado aos interesses dos meus patrões. Nem acho que um superávit primário maior [economia que o governo faz para pagar juros] melhore seus negócios para além dos benefícios que geram ao nosso país. Se a intolerância permitir, posso apresentar meus argumentos.

Caso João Sicsú tenha argumentos que me mostrem equivocado, terei prazer em lê-los. Lerei e analisarei quaisquer argumentos que me sejam encaminhados, procurando, com o máximo esforço possível, ignorar a origem de quem o enuncia. Mesmo que seja alguém tão intolerante e preconceituoso como João Sicsú.

MARCOS LISBOA, 43, doutor em economia pela Universidade da Pensilvânia (EUA), é diretor-executivo no Unibanco. Foi secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda de 2003 a 2005 e diretor-presidente do Instituto de Resseguros do Brasil – IRB, de 2005 a 2006. Hoje, excepcionalmente, não é publicado o artigo de **LUIZ CARLOS MENDONÇA DE BARROS**.

Anexo C/06

São Paulo, sexta-feira, 26 de outubro de 2007

BARBARA GANCIA

Sérgio Cabral pisou no tomate?

Faz sentido dizer que a promiscuidade oriunda da pobreza oferece um terreno fértil para a criminalidade?

JÁ ABORDEI O ASSUNTO outras vezes neste espaço, mas a discussão em torno das declarações do governador carioca, Sérgio Cabral, que ligou o aborto ao crime, me compelem a voltar à vaca-fria.

Resumindo, Cabral disse que o aborto de filhos indesejados, gerados nas regiões mais pobres do Rio, pode ajudar a conter a violência. Na Folha de ontem, a respeitada socióloga Julita Lemgruber o contestou, afirmando que filhos de pobres não são necessariamente marginais. É óbvio que ela tem razão. Mas também está na hora de acordarmos para a realidade.

O governador pode ter sido um tanto truculento no frasear, mas rebatê-lo, chamando o estudo em que ele se baseou para dar sua opinião de "reacionário" e "preconceituoso" é empobrecer o debate. Reacionário e preconceituoso para quem, cara pálida?

Veja: no ano 2000, dois professores tão respeitados quanto a senhora

Lemgruber, John J. Donohue, da Escola de Direito de Stanford, e Steven D. Levitt, do Departamento de Economia da Universidade de Chicago, produziram "O Impacto do Aborto Legalizado sobre o Crime", um estudo mostrando que, nos EUA, a legalização do aborto contribuiu para reduzir o crime em até 50%. A tese é a de que filhos não desejados e/ou de mães solteiras são mais negligenciados e sofrem abusos maiores. Conseqüentemente, têm mais chances de se envolver com o crime.

Só em São Paulo, são 3,4 milhões de jovens entre 15 e 24 anos, dos quais 950 mil não estudam ou trabalham. No Brasil todo, esse número sobe para 7 milhões de jovens sem nenhuma atividade produtiva. Some a isso uma geração de políticos que emergiu da ditadura com asco da autoridade policial e um poder público que não consegue nem sequer cumprir metas de saneamento básico e você terá, sim, uma conexão entre filhos indesejados e criminalidade.

Ninguém em sã consciência é favorável ao aborto. Pessoalmente e por convicção religiosa, não faria jamais, mas não permitir que a grávida disponha de seu corpo como bem entende é negligenciar a mulher que depende do sistema público de saúde. A que tem recursos faz aborto na hora que desejar. Só a mais pobre é obrigada a ter filhos que não terá como criar. Mais: dizer que embriões de poucas semanas são equivalentes a seres humanos com complexos sistemas neurais e cerebrais é outro argumento um tanto ultrapassado.

Cabral pode ter errado no tom e nas estatísticas que apresentou quando disse que a Rocinha tem padrões africanos de fecundidade (na verdade, não são tão diferentes daqueles da zona sul carioca), mas está coberto de razão quando defende que as mulheres mais pobres tenham acesso aos mesmos meios utilizados pelos ricos. Parece fazer sentido dizer que a promiscuidade oriunda da pobreza oferece um terreno fértil para a criminalidade. Um indivíduo sem estrutura familiar, sem educação, que não recebeu afeto e não dispõe de condições mínimas de higiene não terá mais chances de se tornar violento? Em todo caso, para tirar a história a limpo, sugiro que se faça uma pesquisa entre a população carcerária para conhecer a porcentagem dos que não tiveram pai e mãe. Que eu me lembre, o Marcola é órfão e o Fernandinho Beira-Mar é filho de mãe solteira.

Anexo C/07

São Paulo, sexta-feira, 16 de novembro de 2007

LUIZ CARLOS MENDONÇA DE BARROS

Reflexões sobre a CPMF

Eliminá-la agora é ineficiente do ponto de vista econômico, mas a alíquota pode cair para 0,10% ao final da gestão Lula

A RENOVAÇÃO da CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira) está hoje no centro do debate público no Brasil. Graças aos senadores da oposição, a sociedade brasileira pode exercitar um de seus direitos mais fundamentais, que é o de poder refletir sobre as questões mais importantes que afetam seu dia-a-dia.

A democracia representativa só pode funcionar com eficiência quando ocorre o conflito de idéias entre governo e oposição, sob o acompanhamento da opinião pública. São nesses momentos que o cidadão comum pode julgar a ação de seus representantes no Legislativo.

O rolo compressor do governo na Câmara dos Deputados retirou esse direito

dos brasileiros. Aprovada de forma corrida, com seus poucos debates ocorrendo na madrugada, a prorrogação da CPMF seguiu o modelo de nosso vizinho, a Venezuela, que parece tão caro ao PT e ao nosso presidente. Mas no Senado a coisa engasgou, o debate ganhou uma dimensão pública e o governo vai ter de ceder em questões importantes.

Talvez o ganho que a sociedade terá com a redução gradativa desse tributo seja menor, em termos monetários, do que as benesses que os membros da chamada base aliada conseguiram do governo. Mas já me parece ser um avanço. A CPMF foi criada no governo Fernando Henrique Cardoso a fim de permitir a quadratura do círculo representado pela combinação da necessidade de controle fiscal com um Orçamento marcado por forte vinculação dos gastos e com taxas de juros elevadas e em um ambiente de baixo crescimento. Embora vendido à opinião pública como um tributo para aumentar os gastos com a saúde, quem viveu e acompanhou os bastidores sabe que o objetivo era financiar de forma não inflacionária os juros elevadíssimos da segunda metade da década dos 90 do século passado.

No momento em que se discute a renovação desse tributo, vivemos uma realidade totalmente diferente. Os juros estão em queda – entre 2007 e 2008 vai haver uma redução da ordem de 2% do PIB (Produto Interno Bruto) – e a economia cresce de forma sustentada. Por outro lado, precisamos reduzir a carga fiscal do setor produtivo para permitir que o crescimento atual seja preservado em um ambiente de grande pressão da concorrência externa via importações. Nessa situação, não existem argumentos racionais para a manutenção desse tributo na magnitude proposta pelo governo.

Por outro lado, Lula já mostrou seu lado gastador, inclusive como instrumento de preservação de seu poder de manipular o ambiente político. Apenas com menos receitas – e, portanto, menor espaço para aumentar seus gastos correntes – é que a sociedade pode criar limites para a expansão da carga tributária, hoje em mais de 35% do PIB. O governo federal tem hoje um volume de arrecadação de tributos suficiente para manter a máquina pública em funcionamento. Não precisa da totalidade da arrecadação atual da CPMF.

A solução mais eficiente me parece ser uma redução gradativa desse tributo ao longo dos próximos anos, chegando a uma alíquota estável de não mais do que 0,10% no fim do mandato do presidente Lula. Sua manutenção, como tributo definitivo, deriva da experiência positiva que já temos com essa contribuição como instrumento eficaz na luta contra a sonegação. Sua simples eliminação agora me parece politicamente irrealista e ineficiente do ponto de vista econômico em uma sociedade com forte tradição de sonegação.

LUIZ CARLOS MENDONÇA DE BARROS, 64, engenheiro e economista, é economista-chefe da Quest Investimentos. Foi presidente do BNDES e ministro das Comunicações (governo Fernando Henrique Cardoso).

Anexo C/08

São Paulo, terça-feira, 30 de outubro de 2007

FERNANDO BONASSI

Esclarecimentos sociopoliciais

Há tropas e há elite; as primeiras poderão ser numerosas, mas a outra será a

mínima possível

VISANDO LEMBRAR o nível indigesto do debate saudável, vimos por meio desta alimentar a explicação, expiação ou confusão... E informar que:

Há tropas e há elite.

As tropas costumam ser policiais, mas a elite é sempre política. As tropas poderão ser numerosas, dependendo da quantidade de conflitos para distribuir ou injustiça para administrar entre os muito pobres pelos mais ricos; mas a elite destes últimos será a mínima possível, para que os altos lucros geridos em sua posição não configurem maior distribuição e ascensão dos que precisam manter embaixo.

Uns dependem dos outros diretamente para ficar onde estão, como disseram de antemão os marxistas mais antigos e conservadores, leninistas ou lenientes. Aliás, faz tempo que é assim, meio imoral, meio inconsciente, por mais moderno que o velho nos apareça...

Assim, por mais sutil que pareça, uma tropa de elite é sempre uma tropa da elite, sejam honestas ou duvidosas, disciplinadas, avacalhadas ou perigosas as circunstâncias em que atuem umas e outras.

Isso não quer dizer que os membros de uma tropa de elite percebam as mesmas honrarias, patrimônios ou honorários dos integrantes da tropa da elite. Não. É preciso dar condições aos soldados, mas não demais... É mais de um modo que os funcionários militares se atenham às ordens dos patrões e menos às pregações dos militantes revolucionários.

Um homem ordinário de uma tropa de elite, por exemplo, poderá sonhar com um Rolex em seu pulso, mas é mais provável que a tropa de perdulários da elite os possua, ainda que representem algemas em seus braços. De todo modo, nem todos os traços que possuem nessas coisas importadas – sejam de que tropa for – poderão atestar a sua procedência nestas terras.

Uma tropa de elite deverá ser identificada por farda, equipada com coletes à prova de bala, fuzis de grosso calibre e viaturas blindadas, enquanto a tropa da elite há de preferir garantir seus interesses à paisana, entre cercas eletrificadas, com segurança contratada ao inimigo e de canetas pretas em punho, como armas brancas que assinam decretos em carros de defunto "descaracterizados".

O uniforme de uma tropa de elite deve ser funcional, formal ou camuflado, de acordo com cada ocorrência hipotética, enquanto o traje da tropa da elite poderá até ser informal, cosmético ou espalhafatoso, preparado num corte charmoso pelos estilistas elitistas de plantão (em tempo: as costureiras bolivianas são recrutadas por licitação manjada, sem carteira assinada pela imigração).

Uma tropa de elite normalmente atinge essa posição por mérito de sua experiência policial ou deve ser recrutada por concurso público, enquanto a tropa da elite se dedica ao conluio privado e informal, onde impera o mandato e o jeitinho congênito, genético e hereditário dos monarquistas, conforme atestam as biografias e heranças dos capitães do mato e demais arrivistas desta República.

Uma tropa de elite dessas poderá ser racista em seus conceitos de atuação, mas serão capitalistas os recursos financeiros empregados em sua sustentação pela tropa da elite, que é por natureza preconceituosa, já que está na situação daqueles que são melhores do que os outros.

As piores tropas de elite poderão ser promíscuas com o Estado, mas é a tropa da elite o Estado ele mesmo, mesmo que possa tê-lo cedido em comodato ou aluguel

subsidiado aos operários e doutores pseudo-socialistas.

Em relação estas tropas sempre estão num ser e não ser que não resolve a questão...

Independentemente dos monólogos tediosos que fizermos e das justificativas filosóficas que tivermos desses casos e versões, é fato que uma tropa de elite e as tropas de elite têm em comum esses fóruns de privilegiados... Uns porque serão julgados em segredo para a satisfação de seus parceiros de armas, outros porque se protegerão das armadilhas da legislação vigente sem vergonha das imunidades obscenas que ganharam de presente na eleição.

Uma tropa de elite precisa ser um time bem unido, mas "muito amigos" nós só encontraremos entre os membros de delitos e delitos das tropas da elite... Uma tropa de elite pode até contar suas histórias de ficção para as câmeras, mas a verdade é que a tropa da elite mesmo não queimará seu filme aparecendo de peito aberto nas luzes das salas de exibição.

O espetáculo do anonimato é a sua melhor proteção.

Anexo C/09

São Paulo, domingo, 18 de novembro de 2007

ROSALINO FERNANDES

Causas e efeitos da crise do gás

O que ocorreu recentemente foi um episódio que nenhum brasileiro consciente gostaria de ver repetido

COMPROMETER a credibilidade conquistada pelo uso do gás natural, nas indústrias e na área de GNV (gás natural veicular), constitui uma séria ameaça para a continuidade do emprego desse insumo no Brasil. Sem isso, os recursos previstos no Plano de Expansão do Gás Natural, da Petrobrás, os investimentos privados na distribuição do gás e na indústria, a geração de empregos e o conseqüente crescimento econômico, rumo a um país mais competitivo, ficam praticamente inviabilizados. E isso vai impactar, por conseqüência, a área de geração de energia elétrica.

Tudo indica que, acontecendo esse cenário, o Brasil estará comprometendo o seu futuro e a possibilidade de contar com uma matriz energética mais diversificada, competitiva e limpa.

A crise de abastecimento de gás natural, que há pouco tempo, durante um dia, abalou os Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo, tem origens que remontam há anos. A partir do momento em que o Brasil começou a dispor de gás importado da Bolívia, através de um contrato de "take or pay" com o país vizinho, a demanda interna de gás era bem menor. Tendo de pagar por uma energia que não consumia, a Petrobrás iniciou um forte programa de massificação do uso do gás natural, estimulando a substituição de combustíveis convencionais, na indústria e em veículos. Para o crescimento da demanda, a Petrobrás contava com a expansão da oferta de gás da Bolívia e com a produção a partir de reservas internas.

Dadas as conseqüências resultantes do primeiro apagão elétrico e os atrasos verificados no programa de construção de novas hidrelétricas, o gás natural passou também a ser considerado como uma reserva para o atendimento das necessidades das termelétricas, em vez do óleo combustível ou óleo diesel, até então usados. Enquanto isso, crescia a demanda por gás, em conseqüência dos estímulos promovidos pela Petrobrás e pelo governo. Mais adiante, o Brasil é surpreendido por outra crise,

originada pelo novo governo boliviano, envolvendo reajustes no contrato de gás natural. Isso fez com que fossem logo inviabilizados os projetos de expansão do gasoduto Brasil-Bolívia, surgindo os planos de contingenciamento para o abastecimento de gás.

Diante de tal quadro, os consumidores de gás natural, que foram estimulados a trocar os combustíveis que até então usavam, possivelmente serão os grandes prejudicados. Há quem defenda que as termelétricas devam ter toda a prioridade, em detrimento dos demais consumidores que detêm contratos firmes de abastecimento de gás. Há outras pessoas que dizem ainda que o crescimento do consumo da indústria e do GNV foi grande demais, e deveria ser contido. Diga-se que grande número de termelétricas nem sequer dispõe de contratos de fornecimento.

O que aconteceu recentemente, na virada do mês, foi simplesmente um episódio que nenhum brasileiro consciente gostaria de ver repetido.

O uso de gás natural em veículos é fundamental para substituir parte dos derivados de petróleo e gerar melhores condições ambientais e sociais. O uso de biocombustíveis tem conhecidas limitações, e os preços do petróleo já superam US\$ 95 por barril. O Brasil ainda importa cerca de 500 mil barris de petróleo por dia, impactando o balanço de pagamentos. Nesse cenário, o GNV, que já demonstrou dispor de tecnologias avançadas, compatíveis com uma segurança maior que os combustíveis líquidos, e uma experiência mundial de mais de 7 milhões de veículos, tem certamente um importante papel a desempenhar.

ROSALINO FERNANDES, 64, engenheiro mecânico pela UFRJ, é vice-presidente da ALGNV (Associação Latino-Americana de GNV).

Excepcionalmente, hoje, a coluna de **JOSÉ ALEXANDRE SCHEINKMAN** não é publicada.

Anexo C/10

São Paulo, terça-feira, 04 de dezembro de 2007

VINICIUS TORRES FREIRE

Reeleições tomam uma tunda

Datafolha sobre o terceiro mandato, derrota de Chávez e "recuo tático" na Bolívia avariam idéias continuístas

FOI UM FINAL de semana bem ruim para os aspirantes a guias geniais e perpétuos dos povos latino-americanos. A pesquisa Datafolha deu um banho frio no continuísmo petista-lulista. Hugo Chávez exagerou em suas palhaçadas sinistras e apanhou nas urnas. Por fim, em tom menor, houve um "recuo tático" na Bolívia. Decerto petistas-lulistas assanhados leram o Datafolha ao inverso.

Acreditam que a parcela de 34% do eleitorado favorável ao terceiro mandato, ou o 31% favorável ao terceiro mandato de Lula em particular, é indício de que está apenas no início a "longa marcha" para fazer com que o presidente tenha direito a um terceiro mandato consecutivo.

Chávez tem pelo menos até 2012 para renovar as surtidas continuístas. O "lua preta" e vice de Evo Morales, o ideólogo-mor da revolução boliviana, García Linera, disse à **Folha** que a reeleição indefinida vai ser votada à parte do conjunto da nova

Constituição. Trata-se de um passo atrás diante do acirramento do conflito na Bolívia. Mas, em breve, Morales pode tentar dois passos adiante. Ainda assim, no conjunto da obra – dos revezes na opinião pública ao tumulto nos países vizinhos –, vazou a maré continuísta.

Por fim, nos casos de Chávez e Lula, ficou evidente que a maior parte do eleitorado dissocia a aprovação do governante da perspectiva de vê-lo continuamente no poder. No Brasil, houve evidente aprovação das normas atuais para a escolha dos chefes do Executivo. Embora o atual sistema esteja longe da maioria "absoluta" (39% o rejeitam), 58% dos entrevistados aprovam uma recondução consecutiva à Presidência. A maioria prefere esse sistema que, na prática, oferece um mandato de oito anos com um "recall" a meio caminho, a possibilidade de uma reeleição. O apoio ao terceiro mandato ou a reeleições indefinidas no Brasil por ora parece associado à avaliação que o eleitor faz do governo Lula.

Mais de dois terços dos entrevistados favoráveis a reeleições consecutivas são eleitores que avaliam o governo Lula como ótimo ou bom (embora, mesmo entre esses eleitores mais lulistas, o terceiro mandato só tenha a preferência de 47%). A opção pelas reeleições consecutivas é 44% maior que a média nacional entre o eleitorado que declara o PT como seu partido preferido e 133% maior que a daqueles que preferem o PSDB. Além do mais, os eleitores são mais inclinados a aceitar um terceiro mandato para presidente do que para governadores e prefeitos, o que, parece provável, tem a ver com a hipótese de uma nova reeleição estar mais associada à idéia e a rumores da permanência de Lula no poder.

É impossível dizer se a aceitação de um terceiro mandato continuará mais forte entre o eleitor pró-Lula. A presente pesquisa Datafolha ocorre num momento em que o prestígio de Lula volta às alturas pré-mensalão. Além de positiva, é a mais equilibrada desde os dias do escândalo: é forte entre as diversas classes de renda. Se a nota de Lula piorar, será ainda menor a opção pró-terceiro mandato (ou vice-versa)? Seja como for, a maioria do eleitorado não quis associar a satisfação com o governo à redução das chances de rodízio de poder.

vinit@uol.com.br

Anexo C/11

São Paulo, segunda-feira, 03 de dezembro de 2007

LUIZ CARLOS BRESSER-PEREIRA

Democracia na Venezuela

Chávez tem personalidade autoritária, mas o regime político existente na Venezuela é democrático

NÃO ESTOU seguro se Hugo Chávez será afinal um bom ou um mau presidente da Venezuela. Político de esquerda e nacionalista dotado de personalidade forte, foi fortalecido pelo alto preço do petróleo e por várias eleições. Indignado com a participação do governo dos Estados Unidos na tentativa de golpe que sofreu em 2002, vem fazendo críticas duras e desabridas ao presidente George W. Bush. Seus excessos de fala e seus grandes gastos em armamentos são boas razões para que muitos brasileiros discordem dele, como também seu nacionalismo, os grandes gastos que vem realizando na área social e sua coragem são razões para outros brasileiros o apoiarem.

Respeito as duas posições, mas considero absurdo o que vem fazendo a direita brasileira em relação à Venezuela e à sua candidatura ao Mercosul. Ao procurar rejeitá-la no Congresso porque a Venezuela não seria uma democracia, está confundindo personalidade autoritária com instituições autoritárias. Chávez tem uma personalidade autoritária, mas, segundo a definição que hoje existe em qualquer bom livro de teoria política, o regime político existente na Venezuela é democrático. Ali há o Estado de Direito, a liberdade de pensamento e de imprensa e eleições livres – os três requisitos essenciais de uma democracia.

Se a permissão constitucional para disputar eleições sucessivas fosse incompatível com a democracia, os Estados Unidos teriam sido uma ditadura até a Segunda Guerra Mundial. Estou escrevendo este artigo sem saber se Chávez venceu ou perdeu o referendo de ontem sobre a mudança da Constituição, mas o respectivo noticiário foi mais uma indicação de que a Venezuela é um país democrático ao mostrar a forte oposição da imprensa venezuelana conservadora.

Depois da transição democrática, a qualidade da democracia de cada país corresponde aproximadamente a seu grau de desenvolvimento econômico e social. A democracia existente na Venezuela está longe de ser a democracia ideal, como é possível ver pelas contínuas tentativas de golpe de uma oposição corrupta e aliada aos Estados Unidos que não promoveu o desenvolvimento do país e só se interessou pelas rendas do petróleo. Não é certamente uma democracia consolidada como é a brasileira, porque aqui já realizamos nossa Revolução Capitalista e contamos com uma grande classe média para garanti-la, enquanto a Venezuela, apesar de sua retórica bolivariana, talvez esteja agora realizando a sua: será bem-sucedida se neutralizar sua grave doença holandesa, industrializar o país e promover o surgimento de uma classe média.

A tese de que a Venezuela não é uma democracia porque lhe falta qualidade para tal é uma tese autoritária de direita muito semelhante à tese autoritária que a esquerda latino-americana usava nos anos 1950 e 1960 para desclassificar as democracias então existentes no continente.

Essas democracias seriam, segundo essa tese autoritária, democracias "formais", não substantivas. Argumentar contra essa tese foi fundamental na luta pela redemocratização depois de 1964. Agora, é a direita latino-americana que adota tese semelhante sob inspiração da grande imprensa do Norte – desse Norte rico que Chávez está incomodando. Ao Brasil não interessa hostilizar esse Norte, mas não interessa também a ele se subordinar.

LUIZ CARLOS BRESSER-PEREIRA, 73, professor emérito da Fundação Getúlio Vargas, ex-ministro da Fazenda, da Reforma do Estado e da Ciência e Tecnologia, é autor de "Macroeconomia da Estagnação: Crítica da Ortodoxia Convencional no Brasil pós-1994".

Internet: www.bresserpereira.org.br

lcbresser@uol.com.br

Anexo C/12

São Paulo, sexta-feira, 07 de dezembro de 2007

CARLOS HEITOR CONY

O general e eu

Me perguntaram se era verdade que, logo após o golpe de 64, escrevera apoiando

o regime

ALUNO QUE está fazendo doutorado numa universidade do interior de São Paulo mandou-me e-mail perguntando se era verdadeira a informação que recebera de um professor local, segundo a qual, em 1964, logo após o golpe militar de abril, eu escrevera diversas crônicas num jornal carioca apoiando aquele movimento.

Um outro aluno, acho que do mesmo professor, queria saber se eu era amigo do então ministro da Guerra, o ainda general Artur da Costa e Silva, mais tarde marechal e presidente da República. Que eu fora visto entrando certa vez em seu gabinete – havia foto de jornal provando o nosso encontro.

Honestamente, eu poderia esperar tudo de pior da internet, mas desta vez acho que ela exagerou. Limitei-me a enviar ao aluno a mais recente edição de um livro de crônicas que publiquei primeiramente em julho de 1964, poucos meses após o golpe de abril. O livro foi best-seller na época, vendeu diversas edições por ocasião de seu lançamento. Como acontece com outras obras datadas, saiu do catálogo algum tempo depois, mas recebeu recente publicação em 2004, pela editora Objetiva, quando foram lembrados os 40 anos do golpe militar.

Neste volume, estão as crônicas que escrevi a partir de 2 de abril daquele ano, inclusive aquelas que se referiam ao processo que o ministro da Guerra abriu contra mim, baseado na Lei de Segurança Nacional, que poderia me botar na cadeia por 30 anos.

Funcionavam ainda uns escombros da Justiça e meu advogado, Nelson Hungria, recorreu ao Supremo Tribunal Federal, que descaracterizou o feito, livrando-me da LSN mas me enquadrando na Lei de Imprensa então vigente, pela qual seria condenado a apenas três meses de prisão.

Estive realmente no gabinete do ministro Costa e Silva, no dia 8 de setembro de 1964, data marcada pelo juiz encarregado do processo para ouvir o depoimento do autor da ação. No cumprimento de um dispositivo legal, o ministro de Estado não precisaria comparecer à audiência no foro dos demais cidadãos. A audiência é que iria a seu gabinete. A montanha iria a Maomé.

E o réu da ação teria de estar de corpo presente para ouvir as acusações que aquela autoridade faria contra mim.

Escrevi duas crônicas a respeito deste episódio: no próprio dia 8, sob o título de "Na Cova do Leão"; e no dia 10, "Maomé e a Montanha", narrando a audiência, na qual registrei não apenas as pesadas acusações que o ministro me fez, mas a sua civilidade tratando-me com respeito em nível pessoal.

"O General" – escrevi na ocasião – "é um homem mais feio do que parece nas fotografias, mas, quando começa a falar, adquire uma certa simpatia, um calor humano que o torna respeitável e quase bonito. Cruzou seu gabinete para vir falar com o cronista. Estendeu-me a mão, apresentando-se:

– General Costa e Silva!

Respondi no mesmo tom:

– Jornalista Cony!

O ministro recuou um pouco, fez um gesto com a mão acima de sua cabeça, para exprimir altura, e disse:

– Imaginava-o mais alto!

Gostei do pronome corretamente empregado e deixei que o ministro se servisse da minha insignificante altura. ("O Ato e o Fato", páginas 152-153, Objetiva, 2004). Foi esta a primeira e bastante visita que fiz ao prédio do Ministério da Guerra,

conduzido por oficiais de Justiça, promotores e advogados das partes.

Sem contar uma outra, na noite de 16 de novembro de 1965, quando, em companhia de Antonio Callado, Glauber Rocha, Márcio Moreira Alves, Joaquim Pedro de Andrade, Flavio Rangel, Mario Carneiro e Jayme Azevedo Rodrigues, fomos presos durante uma manifestação no Hotel Glória e levados para lá provisoriamente, até que nos trancafiaram por uns tempos no sinistro quartel da PE da rua Barão de Mesquita. Dias depois, ali também ficou preso o poeta Thiago de Mello.

Voltando à consulta que me fez o doutorando paulista: não sei de onde o professor que ele cita em seu e-mail tirou a informação que repassou ao seu aluno. Que aliás, pediu que eu mandasse um exemplar do meu livro para o próprio.

Desconfio que seria inútil.

Anexo C/13

São Paulo, terça-feira, 29 de janeiro de 2008

CARLOS HEITOR CONY

A morte de Jango

RIO DE JANEIRO – Simone Iglesias, repórter da Folha em Porto Alegre, entrevistou na prisão de segurança máxima de Charqueadas o ex-agente uruguaio Mário Neira Barreiro. Ele revelou detalhes sobre a morte de João Goulart. Anteriormente, fez o mesmo a João Vicente, filho de Jango, que já entrou na Justiça pedindo a reabertura do caso, uma vez que acredita no assassinato de seu pai. E, entre numerosas provas, transcreve as declarações do ex-agente do Serviço Secreto do Uruguai.

Em pesquisa para o livro "O Beijo da Morte" (Objetiva, 2003), Anna Lee e eu entrevistamos durante 14 horas o mesmíssimo Mário, que nos disse a mesmíssima coisa que mais tarde diria a Simone Iglesias e a João Vicente: Jango morreu devido a uma troca de medicamentos proposital, dentro do plano de eliminá-lo antes que tentasse voltar ao Brasil.

Nosso trabalho não podia ser conclusivo. Levantamos as hipóteses surgidas sobre a morte, em apenas nove meses, dos três líderes (JK, Jango e Lacerda) que haviam formado a Frente Ampla, tentando dar um basta à ditadura militar instalada em 1964. Foram mortes anunciadas em 1975, num ofício confidencial do coronel Manuel Contreras, chefe do Dina, serviço secreto do Chile, ao general João Figueiredo, então chefe do SNI.

Pedimos a Mário Barreiro uma prova de sua participação na morte de Jango, ele garantiu que tinha dez horas de gravação, as fitas estavam com outro preso, precisávamos da autorização de um tal Papagaio, preso também em segurança máxima. Depois de muita pressão, mandaram que buscássemos as fitas num endereço que não existia.

Embora muita coisa do relato de Barreiro seja fantasiosa, seu depoimento deve ser levado em conta pelas autoridades do atual governo.

Anexo C/14

São Paulo, sexta-feira, 14 de dezembro de 2007.

CLÓVIS ROSSI

O futuro condenou Chávez

SÃO PAULO - À primeira vista, é razoável supor que o derrotado no plebiscito venezuelano de domingo foi o Hugo Chávez do futuro, aquele que pretendia perpetuar-se no poder (sua última menção ao ano em que deixaria o posto foi para cravar 2050, quando teria provectoros 96 anos).

É claro que a derrota respinga também -e fortemente- no Hugo Chávez do passado e do presente, aquele que está no poder desde 1999. Mas esse Chávez detém ainda uma dose formidável de popularidade, atestada pelo melhor metro dos humores latino-americanos que é o Latinobarómetro.

Chávez é tão popular internamente quanto é impopular fora da Venezuela, a ponto de perder até para o "diabo", mais conhecido como George Walker Bush, nos outros países latino-americanos, proeza formidável.

Na Venezuela, no entanto, ele só perdeu porque uma impressionante fatia de seus seguidores deixou de votar. A abstenção (44,11%) quase duplica a da eleição presidencial de 2006 (25%).

Posto de outra forma: entre sancionar a reeleição indefinida, não desejada, e "trair" o caudilho, votando "não", um pedaço do "chavismo" escolheu ficar em casa. Essa é a leitura mais lógica, com a ressalva de que América Latina e lógica nem sempre são parentes.

Que diferença faz essa leitura, se correta, argumentarão as pessoas práticas que olham o placar e vêem 50,7% contra Chávez e 49,29% a favor? O presidente perdeu. Ponto.

A diferença é a seguinte: a oposição não pode acreditar que o placar indica que ela é majoritária. O "não" teve pouco mais de 28% do total de votos possíveis.

Ou, traduzindo politicamente: a era dos caudilhos eternos parece encerrar-se na América Latina, mas não a era dos dirigentes atentos, real ou demagogicamente, às necessidades das massas pobres -chamem-se populares ou populistas.

Anexo C/15

São Paulo, domingo, 16 de dezembro de 2007

Carlos Heitor Cony

Lula, uma chanchada

RIO DE JANEIRO – A semana que passou foi, ao mesmo tempo, dura e mole para o presidente da República. Como chefe do governo, amargou duas derrotas no Senado, uma delas vexatória, pois se empenhou pessoalmente até o último momento pela prorrogação da CPMF.

Pode-se dizer que a classe política e a mídia (esta em forma consensual) não aprovam sua atuação no cenário nacional.

Poucas vezes na história do Brasil um presidente e um governo recebem tantas críticas e despertam tantas cóleras nos arraiais da política e da mídia praticamente não há, nos meios de comunicação, uma voz discordante, clamando no deserto. O pau é geral.

Na mesma semana em que Lula perde duas batalhas importantes, sua popularidade cresce, passando de 48% em setembro para 51% em dezembro. E a taxa de aprovação do seu governo segue alta, com 63%.

Isso me faz lembrar do tempo dourado das chanchadas do cinema nacional. Os intelectuais e a unanimidade da crítica e dos entendidos baixavam o pau em todas elas, apontando-as como calamidade social, uma perversidade que fazia do brasileiro comum um ser abjeto que curtia o que de pior podia ser produzido pelo ser humano.

Apesar desta verdade brandida em tom exaltado pelos meios de comunicação e pelas rodas cultas, o povão fazia filas para ver a turma de sempre, as correrias de sempre, os números musicais que eram tocados no rádio à exaustão.

Neste particular, Lula parece uma chanchada. Não é um Bergman, um Fellini, um Billy Wilder, um John Ford. Faz alguma força para isso, mas não dá jeito. Mas a maioria gosta dele mesmo assim. E atribui os seus insucessos no governo à onda de rejeição que provoca nas classes sofisticadas que não o aceitam porque erra nas concordâncias e nos plurais.